

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA COMUNICAÇÃO

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
SERVIÇO SOCIAL

GRAU: BACHARELADO
Modalidade: PRESENCIAL

IDENTIFICAÇÃO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Campus I

Endereço: Rua Antônio da Veiga, 140 - Itoupava Seca

89030-903 - Blumenau - SC

Telefone: 47 3321-0200

Página da FURB na internet: <http://www.furb.br>

Reitora: Profa. Me. Márcia Cristina Sarda Espindola

Vice-Reitor: Prof. Dr. João Luiz Gurgel Calvet da Silveira

E-mail: reitoria@furb.br



Pró-Reitor de Ensino de Graduação, Ensino Médio e Profissionalizante: Prof. Dr. Romeu Hausmann

Pró-Reitor de Administração: Prof. Me. Jamis Antonio Piazza

Pró-reitor adjunto de Administração: Prof. Me. Nazareno Loffi Schmoeller

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura: Prof. Dr. Oklinger Mantovaneli Junior

Diretora do Centro: Profa. Dra. Cleide Gessele

Vice-Diretor do Centro: Prof. Dr. Sandro Lauri da Silva Galarça

NDE:

Cleide Gessele – Presidente do NDE

Ricardo Bortoli – Coordenador do Curso

Marilda Angioni

Maiko Rafael Spiess

Celso Kraemer

Claudia Sombrio Fronza

LISTA DE SIGLAS

AACC – Atividades Acadêmico-Científico-Culturais
AEE – Atendimento Educacional Especializado
AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem
CAE – Coordenadoria de Assuntos Estudantis
CEE/SC – Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CEUA – Comitê de Ética na Utilização de Animais
COMAVI – Comissão de Avaliação Institucional
CONAES – Comissão Nacional de Educação Superior
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CPC – Conceito Preliminar de Curso
CRI – Coordenadoria de Relações Internacionais
DAF – Divisão de Administração Financeira
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DCNs – Diretrizes Curriculares Nacionais
DGDP – Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas
DME – Divisão de Modalidades de Ensino
DPE – Divisão de Políticas Educacionais
DRA – Divisão de Registros Acadêmicos
DTI – Divisão de Tecnologia de Informação
EAD – Educação a Distância
ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau
IES – Instituição de Ensino Superior
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais
MEC – Ministério da Educação
MCMV – Minha Casa Minha Vida
NDE – Núcleo Docente Estruturante

NGE – Núcleo de Gestão de Estágios

NInc – Núcleo de Inclusão

NPJ – Núcleo de Práticas Jurídicas

PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras

PAIURB – Programa de Avaliação Institucional da FURB

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PPI – Projeto Pedagógico Institucional

PPC – Projeto Pedagógico do Curso

PROEN – Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, Ensino Médio e Profissionalizante

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SINSEPES – Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	CONTEXTO EDUCACIONAL	8
2.1	HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE	8
2.2	APRESENTAÇÃO DO CURSO	12
2.3	DADOS GERAIS DO CURSO	17
2.4	FORMAS DE INGRESSO	18
2.5	JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO	19
2.6	BASE LEGAL	20
2.7	OBJETIVOS DO CURSO	21
2.7.1	Objetivo Geral	21
2.7.2	Objetivos Específicos	22
2.8	PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO E ÁREAS DE ATUAÇÃO	22
3	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	25
3.1	POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	25
3.1.1	Ensino	25
3.1.2	Extensão	27
3.1.3	Pesquisa	36
3.2	APOIO AO DISCENTE	39
3.3	PROVAS DE SUFICIÊNCIA	42
3.4	ESTUDOS COMPLEMENTARES	42
3.5	MONITORIA	42
3.6	CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA	42
3.7	INTERNACIONALIZAÇÃO E MOBILIDADE	42
3.7.1	Oferta de disciplinas em língua estrangeira	44
4	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA	45
4.1	METODOLOGIA	45
4.2	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	46
4.3	COMPETÊNCIAS E ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PELO ALUNO EM CADA FASE	51
4.4	ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC) / ATIVIDADES COMPLEMENTARES	52
4.5	ESTÁGIO	52
4.6	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	57
4.7	COMPONENTES CURRICULARES NA MODALIDADE A DISTÂNCIA (EAD)	57

4.8	REGIME CONCENTRADO OU AULAS AOS SÁBADOS.....	58
4.9	SAÍDAS A CAMPO.....	58
4.10	INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA LOCAL E REGIONAL DE SAÚDE E O SUS	58
4.11	ESTRUTURA CURRICULAR.....	58
4.11.1	Matriz curricular.....	58
4.11.2	Pré-requisitos.....	63
4.11.3	Detalhamento dos componentes curriculares.....	64
4.11.3.1	Detalhamento dos componentes curriculares do Eixo Geral.....	64
4.11.3.2	Detalhamento dos componentes curriculares específicos do curso.....	68
5	MUDANÇAS CURRICULARES.....	102
5.1	ALTERAÇÕES DAS CONDIÇÕES DE OFERTA.....	102
5.2	ADAPTAÇÃO DE TURMAS EM ANDAMENTO.....	106
5.3	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS.....	106
6	CORPO DOCENTE.....	107
6.1	PERFIL DOCENTE.....	107
6.2	FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE.....	108
6.3	COLEGIADO.....	108
6.4	NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE).....	108
7	AVALIAÇÃO.....	110
7.1	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	110
7.2	AVALIAÇÃO DO CURSO.....	113
7.2.1	Avaliação institucional.....	113
7.2.2	Avaliação externa.....	114
7.2.3	Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso.....	115
7.3	AVALIAÇÃO DO PPC.....	116
7.4	AVALIAÇÃO DOCENTE.....	116
8	INFRAESTRUTURA.....	117
8.1	ESPAÇOS ADMINISTRATIVOS E DE ENSINO.....	117
8.2	COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP).....	117
	REFERÊNCIAS.....	119
	ANEXOS.....	120

1 INTRODUÇÃO

O Projeto Pedagógico ora apresentado constitui uma adequação do PPC aprovado em 2017. Resultou da necessidade de adequar o curso à Resolução n. 201/2017, que institui Diretrizes Gerais e Curriculares Institucionais para os cursos de graduação da FURB, bem como, adequar o estágio obrigatório em observância à Resolução n. 089/2018, que regulamenta o estágio na FURB.

Embora a adequação do PPC acima citada tenha atendido as necessidades postas pela Resolução n. 201/2017, restaram outras adaptações que deram origem a proposta apresentada. Dentre elas destacamos a curricularização da extensão, em atendimento ao Plano Nacional de Educação - 2014-2024, Meta 12.7; a ampliação das possibilidades de inserção dos/as estudantes na realidade social por meio da incorporação, na carga horária das disciplinas, de atividades de extensão.

Estas mudanças ora apresentadas foram produzidas por um grupo de trabalho instituído a partir de reunião do grupo de professores do Departamento de Serviço Social, as quais foram submetidas, posteriormente, à apreciação do NDE e do Colegiado de Serviço Social e ao Conselho de Unidade do CCHC.

Para a elaboração deste PPC foram realizados estudos de artigos que tratam da formação em Serviço Social a partir da implantação das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), bem como de legislações e artigos que versam sobre a curricularização da extensão em atendimento ao PNE; foram reunidas as sugestões dos estudantes e egressos, produzidas em oficina ocorrida em 30 de abril de 2019, foram considerados os resultados das avaliações dos estudantes acerca das disciplinas e as orientações da Divisão de Políticas Educacionais/PROEN.

Portanto, este PPC fundamenta-se na literatura produzida sobre a formação em Serviço Social, no projeto ético-político da categoria, expresso nos princípios do Código de Ética Profissional, nas Diretrizes Gerais para os Cursos de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social; na Lei n. 8.662/93 que regulamenta a profissão de assistente social; na Resolução CFESS n. 533, de 29 de setembro de 2008, que regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social; na Resolução n. 89/2018 que regulamenta o estágio na FURB; na Resolução nº 2, do CNE, de 18 de junho de 2007, que trata da carga horária mínima para cursos de bacharelado; na Lei 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional – LDB; no Projeto Pedagógico Institucional da Universidade Regional de Blumenau; entre outros documentos.

Inicialmente há uma contextualização do curso de Serviço Social da FURB, identificando sua gênese e trajetória, além de um levantamento da realidade atual, as demandas, lacunas e necessidades presentes no processo de formação profissional.

Posteriormente, faz-se uma abordagem sobre a compreensão de currículo que norteará as ações didático-pedagógicas, bem como apresenta-se a concepção do curso sobre ensino-aprendizagem. Nesta etapa, destaca-se o objetivo central do Curso, além do perfil docente e profissiográfico e a matriz curricular proposta.

O presente documento traz também uma breve abordagem sobre a organização das práticas de estágio, com destaque para concepção de estágios adotada pelo Serviço Social; sobre a extensão como componente curricular; bem como acerca da organização do Trabalho de Conclusão de Curso.

Em seguida, é apresentado um planejamento de formação continuada para docentes e discentes do curso. Por último, uma proposta de avaliação da implementação do PPC ora proposto.

2 CONTEXTO EDUCACIONAL

2.1 HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE¹

Foi na década de 1950 que surgiram as primeiras manifestações públicas em defesa da implantação do ensino superior em Blumenau. O movimento que deu origem, em 1964, à FACEB, embrião da FURB, deve ser entendido no contexto de reivindicações pelo ensino superior no estado, em expansão, e sua interiorização. A aula inaugural, proferida pelo professor da UFSC, Alcides Abreu, aconteceu apenas no dia 02 de maio de 1964, data esta reconhecida como sendo a da fundação oficial da FURB. Em 1967, foram criadas mais duas faculdades, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a Faculdade de Ciências Jurídicas.

Devido ao aumento dos cursos e dispersão dos mesmos em espaços diversos, em janeiro de 1968 foi criado o Movimento Pró-Sede Própria, cujo principal objetivo era angariar fundos

¹ Fonte: UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI/FURB 2016-2020 (Revisão 2018) - Disponível em: < <http://www.furb.br/web/4699/institucional/avaliacao/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi>>. Acesso em: 22. ago. 2018.

para a construção dos três primeiros prédios da Instituição, por meio da venda de rifas. Em abril de 1968 inaugurou-se junto à entrada do Campus I, o marco no qual se pode ler “Juntos construímos a nossa Universidade”. O Movimento Pró-Sede Própria atingiu seus objetivos no dia 02 agosto de 1969, quando foram inaugurados os três primeiros prédios (blocos A, B e C), atualmente pertencentes ao Campus I. Além disso, ao envolver diversos municípios do Vale do Itajaí nesse movimento, contribuiu de maneira fundamental para a compreensão da importância de uma Universidade regional para o desenvolvimento da região.

Ao término da década de 1960, Blumenau contava com os seguintes cursos superiores: Economia (1964); Direito (1968); Letras (1968) com habilitações em Licenciatura em Língua Portuguesa e respectivas Literaturas, Língua Inglesa e respectivas Literaturas, Língua Alemã e respectivas Literaturas e Língua Francesa e respectivas Literaturas; Matemática (1968) - Licenciatura e Bacharelado; Química (1968) - Bacharelado; Pedagogia (1968); História Natural (1968), atual Ciências Biológicas, Licenciatura e Bacharelado.

Em 24 de dezembro de 1968, foi assinada a Lei Municipal nº 1.557 instituindo a FURB, uma entidade de direito público cujos objetivos eram a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível superior.

Em continuidade aos planos de expansão e diversificação de cursos, foram criadas: a Faculdade de Engenharia de Blumenau, a Faculdade de Educação Física e Desportos e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), depois renomeado para Instituto de Pesquisas Tecnológicas de Blumenau (IPTB). No final da década de 70, a FURB contava com novos cursos superiores: Ciências Contábeis (1972), Administração (1973), Engenharia Civil (1973), Engenharia Química (1973), Educação Física (1974) e Educação Artística (1974).

A partir da década de 1970, a FURB consolidou-se definitivamente como instituição de ensino, pesquisa e extensão. Para além de sua expansão física com os novos campi e blocos, houve o incremento na oferta e diversificação de cursos de formação no decorrer dessa década. Em 1974, é instalado o Laboratório de Línguas, que passou a atuar como escola de idiomas da Universidade. Em 1980, iniciam as atividades da Escola Técnica de Agropecuária do Vale do Itajaí, a qual, em 1981, muda sua nomenclatura para ETEVI, atualmente, consolidada como a escola de ensino médio da Universidade.

A instalação oficial da Universidade aconteceu no dia 07 de fevereiro de 1986, com a presença do ministro da educação Marco Antônio de Oliveira Maciel. No decorrer da sua trajetória, ampliou atividades de ensino, pesquisa e extensão, prestando serviços especializados e de interesse público, como o Projeto Crise (1983), o qual deu origem ao Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA) em 1995. Nessa década, também foi criado o Instituto de Pesquisas Sociais

(IPS). No campo da extensão cultural, a FURB inaugurou a sua editora, a Editora da Furb (Edifurb), em 1986, e promoveu, em 1987, a primeira edição do Festival Universitário de Teatro, atual Festival Internacional de Teatro Universitário de Blumenau (FITUB).

No final da década de 1980, a FURB contava com outros cursos superiores: Ciências Sociais (1987), Serviço Social (1987), História (1987), Turismo e Lazer (1988) e Ciência da Computação (1988).

A década de 1990 iniciou-se com o desenvolvimento dos programas de pós-graduação, como o primeiro mestrado da Instituição, o de Educação, criado em 1991. Nessa mesma década são criados ainda os mestrados de Administração e Engenharia Ambiental (ambos em 1998) e Desenvolvimento Regional (1999). Nesse período, houve também a expansão dos grupos estáveis de cultura, somando-se ao já existente Grupo de Teatro Phoenix (1974) o Coro (1992), o Grupo de Danças Folclóricas (1994), a Orquestra (1999) e a Camerata de Violões (2000). Em 1992, foi lançado o projeto da Universidade para 3ª Idade, que teve suas atividades iniciadas no ano seguinte (1993), passando, em 1994, a denominar-se Programa de Atualização Permanente (PROAP), e atualmente denominado Programa de Educação Permanente (PROEP).

No início de 1990, foi realizado o primeiro vestibular para o curso de Medicina. Iniciou-se, também, a discussão a respeito da criação de um Hospital Dia Universitário, cujas atividades tiveram início em 2012. Os serviços de saúde da FURB, desde 1995, inseridos na rede pública de saúde, são executados de forma integrada na Policlínica Universitária que realiza os serviços de fisioterapia, psicologia, nutrição, farmácia, medicina e serviço social. A Policlínica mantém em sua estrutura laboratório de análises clínicas e farmácia - com estoque de medicamentos mantidos pelo Sistema Único de Saúde - SUS e por doações de indústrias farmacêuticas. Todas as consultas e procedimentos são feitos por acadêmicos da FURB, supervisionados por profissionais de cada área. O atendimento é gratuito e segue os critérios definidos pelo SUS, ou seja, todos os pacientes são encaminhados pela rede de saúde de Blumenau e região.

Para consultas e atendimento médico especializado, o paciente obrigatoriamente é encaminhado pela Unidade de Saúde mais próxima de sua casa, exceto para consultas em pediatria e psicologia que podem ser marcadas diretamente na recepção. A Policlínica não realiza atendimento de urgência e emergência.

Em 1999, com a expansão dos cursos na área da saúde, a Universidade inaugurou diversas clínicas (Odontologia, Psicologia e Fisioterapia), visando servir de campo de estágio para os(as) estudantes e prestar atendimento à comunidade, seguindo o exemplo do Serviço Judiciário (1972) e do Ambulatório (1995), transferido para o Campus V em janeiro de 2014. Já em 2007, foi inaugurada a Clínica de Nutrição. Investiu-se no aprimoramento da estrutura

para as práticas esportivas na FURB, com a construção do Ginásio de Esportes, em 1992, e do Ginásio-Escola, em 1997, junto ao Complexo Esportivo; como resultado, a Universidade passou a manter e incentivar ainda mais equipes esportivas e atletas. Em 1994, ocorreu a criação do Núcleo de Rádio e Televisão e, em 2003, o canal de rádio FURB FM entrou no ar.

Ao final dos anos noventa, a FURB contava com os seguintes novos cursos superiores: Secretariado Executivo Bilíngue (1990), Licenciatura em Artes Visuais (1990), Medicina (1990), Engenharia Elétrica (1990), Comércio Exterior (1991 – posteriormente denominado Curso de Tecnologia em Comércio Exterior), Arquitetura e Urbanismo (1992), Comunicação Social (1992), Teatro (1992), Fisioterapia (1994), Engenharia Florestal (1995), Psicologia (1995), Música (1995), Ciências da Religião (1997), Moda (1997), Odontologia (1998), Farmácia (1999) e Engenharia de Telecomunicações (1999).

No terceiro milênio a FURB ingressou em uma nova fase. A expansão dos cursos de graduação, na década anterior, deu lugar à consolidação dos programas de pós-graduação, por meio da oferta de: (a) novos cursos de Mestrado em Química (2002); Engenharia Elétrica e Ciências Contábeis (2005); Engenharia Química (2007); Ensino de Ciências Naturais e Matemática (2008); Engenharia Florestal (2010); Saúde Coletiva (2012); e, além desses, o Mestrado em Transformadores de Potência, oferecido em convênio com a empresa WEG (a partir de 2010); (b) novos cursos de Doutorado em Ciências Contábeis e Administração (2008), o primeiro da Instituição; Desenvolvimento Regional (2011); Engenharia Ambiental (2013) e Educação (2019).

Em 2005, a FURB foi credenciada pelo MEC para oferecer cursos de pós-graduação lato sensu a distância e, em 2008, a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina, a Associação dos Magistrados Catarinenses, a Fundação Fritz Müller e a Universidade firmaram um convênio que possibilitou a abertura de uma extensão da Escola de Magistratura no campus da FURB. Já em 2009, por meio de convênio firmado entre o Governo Federal, a Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina e as Universidades do Sistema da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE), a FURB passou a participar do PARFOR. Esse programa contemplava, inicialmente, somente as instituições federais de ensino superior, porém, após diversas negociações, a ACADE foi inserida no programa, sendo, portanto, o único sistema de instituições de educação superior não federal inserido no projeto.

Em 2010, foi criada a Escola de Educação Continuada (EDECON), agregando os cursos sequenciais da FURB. A EDECON, a partir de 2013, passou a fazer parte do Instituto FURB, assim como os cursos de especialização e os serviços que eram prestados pelos três institutos de pesquisa (IPTB, IPA, IPS).

Muitos foram os investimentos na ampliação e reestruturação da estrutura física da FURB nesse período. Em 2001, a Universidade adquiriu e equipou o Campus III, o qual abriga diversas clínicas e laboratórios da área da saúde, bem como as turmas de *lato sensu*. Em 2003, foi inaugurado o novo prédio do Núcleo de Prática Jurídica (antigo Fórum do Município de Blumenau), órgão de coordenação e supervisão do Estágio Orientado de Prática Jurídica do Curso de Graduação em Direito e do Serviço Judiciário. Em 2007, foi inaugurado o Complexo Aquático, utilizado nas atividades didático-pedagógicas dos cursos de Educação Física e Fisioterapia e pelos demais estudantes e servidores da Instituição como mais uma opção para a prática desportiva.

Em março de 2010, pela Lei Complementar Municipal nº 743, votada e aprovada pela Câmara de Vereadores e sancionada pelo prefeito municipal, a FURB reorganizou sua estrutura administrativa e passou à condição de autarquia municipal de regime especial, com sede e foro no município de Blumenau, estado de Santa Catarina, sendo aplicadas as prerrogativas e os privilégios da fazenda pública municipal.

Na primeira década do terceiro milênio, a FURB criou os seguintes cursos superiores: Engenharia de Produção (2000), Tecnologia em Eletromecânica em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) (2000), Sistemas de Informação (2001), Design (2003), Enfermagem (2003), Nutrição (2004), Medicina Veterinária (2006), Tecnologia em Marketing (2009), Letras – Língua Alemã (2009), Biomedicina (2012), Engenharia de Alimentos (2013), Engenharia Mecânica e Jornalismo (2014). Em 25 de junho de 2014 foi inaugurado o Hospital Escola Veterinário, infraestrutura importante para as aulas práticas do curso de Medicina Veterinária.

Passadas cinco décadas de existência, a FURB é atualmente um referencial na área de educação. É reconhecida por toda a sociedade, tendo graduado mais de 40 mil profissionais em diversas áreas do saber. Pouco mais de meio século de história, no qual a Instituição se consolidou como polo de conhecimento, reconhecida pela qualidade de sua contribuição na vida regional, nacional e global.

2.2 APRESENTAÇÃO DO CURSO

A proposta de criação do Curso de Serviço Social na Fundação Universidade Regional de Blumenau foi apresentada, pela primeira vez, como carta consulta ao Conselho Estadual de Educação (CEE), em julho de 1978. Nesta Consulta, entre outros requisitos, foi apresentado um diagnóstico regional mostrando a necessidade de criação do curso. Desenvolvido pela Assessoria Técnica de Ensino da FURB, o referido diagnóstico envolveu empresas (84, com

média de 489 empregados cada), hospitais (14) e prefeituras de 50% dos municípios da Microrregião e 15% das prefeituras do Alto Vale do Itajaí (10). De maneira complementar, foram realizadas entrevistas e aplicados questionários aos dirigentes, assistentes sociais em atividade e usuários da assistência social. Com essas informações, buscou-se detectar não apenas a necessidade, mas também a concepção do curso pela comunidade regional.

A concepção do curso, naquele momento, teve como base a formação de um mediador entre as pessoas, seus problemas sociais e sua convivência no trabalho e na sociedade, buscando-se, nesse papel de mediação, além do conhecimento básico para poder responder aos principais questionamentos dos mandatários dos serviços operacionalizados pela profissão, sem os quais não se estabelece a dialética, a persistência na ação e no equilíbrio emocional.

A referida Carta Consulta logrou aprovação do CEE pelos Pareceres N^{os} CES/94/78 e CP1/102/78. Em julho de 1979 o pedido de autorização de funcionamento do curso foi reencaminhado ao CEE. Enquanto o pedido tramitava no DEMEC/SC, o Decreto Presidencial N^o. 86.000, de 13 de maio de 1981, suspendeu a criação de novos cursos de graduação nas Universidades e Estabelecimentos Isolados de Ensino Superior, atingindo o Curso de Serviço Social da Fundação Universidade Regional de Blumenau.

Este decreto vigorou até 7 de dezembro de 1982, quando foi reaberta a possibilidade de implantação do ensino de Serviço Social na FURB (Decreto n^o 87.911, de 07 de dezembro de 1982). Com isso, retomou-se a discussão sobre as características do curso, tendo em vista:

- as grandes mudanças socioeconômicas e culturais pelas quais passou a sociedade e, sobretudo, a cidade de Blumenau; e
- a proposta curricular emitida pelo Conselho Federal de Educação, em 1982.

Formou-se uma Comissão composta por três professores e duas assistentes sociais da Região, a fim de elaborar um projeto para o curso, conforme as condições sociais e as disposições legais.

Com base na Portaria Ministerial n^o 117, de 13 de fevereiro de 1986, que reconheceu a FURB como Universidade, o projeto final foi autorizado em 7 de abril de 1987 pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Regional de Blumenau pelo Parecer n^o 026/87. Desse modo, em agosto de 1987, o curso de Graduação em Serviço Social foi implantado na Universidade Regional de Blumenau.

De acordo com o projeto de implantação do curso, havia, na região, a necessidade de profissionais desta área, considerando: - o crescimento industrial que a caracterizava; - o

número de Instituições Públicas e Privadas nas quais o profissional assistente social era substituído por pessoas não qualificadas; - a falta de cursos superiores na área na região e a existência de clientela em potencial.

Acrescentou-se a estes, novos e mais fortes motivos que justificaram a criação do Curso de Serviço Social. Um deles foi o crescimento da massa popular nas periferias dos centros urbanos, em busca de trabalho e o conseqüente surgimento de *problemas sociais*² relacionados à habitação, saúde, alimentação, marginalização cultural e outros. À semelhança do que aconteceu nos grandes centros urbanos da América Latina, em especial na década de 1960, enfrentava-se, no contexto local, o desafio social dos aglomerados humanos.

Neste sentido, o Curso de Serviço Social foi entendido como mais uma das formas de estender o serviço da Universidade à Comunidade, por meio da colocação de profissionais qualificados no mercado de trabalho da região de Blumenau, para atender, sobretudo, a estas novas necessidades sociais.

Os objetivos do curso, na época, foram expressos da seguinte forma:

- Conhecer e compreender a realidade social, em sua dinâmica estrutural e conjuntural;
- Refletir criticamente sua prática profissional, no sentido de criar formas participativas de solução aos problemas individuais e coletivos, vistos em sua conexão com os processos sociais mais amplos;
- Contribuir para o avanço do saber e da prática profissional em suas dimensões teórica e metodológica.

No contexto sociocultural da América Latina, já não se poderia conceber a educação social como processo individual, mas como uma tomada de consciência coletiva da necessidade de participar dos processos de mudanças que se faziam necessários para criar condições adequadas de vida humana.

Em vista disto, desde o início, o curso apresentava o propósito de formar profissionais de Serviço Social com uma postura crítica diante da realidade a ser trabalhada, indicando a necessidade de uma atuação consciente e de uma prática libertadora. Portanto, o assistente

² Esta categoria teórica não é mais utilizada pelo Serviço Social numa perspectiva crítica. A discussão realizada pelo conjunto da profissão por ocasião da Reforma Curricular (1996-2000), contribuiu para a definição do objeto de intervenção do Serviço Social como sendo as expressões da questão social.

social deveria formar-se dentro de uma visão crítica de si mesmo, de seu meio e de seu tempo, para interferir coletivamente no processo histórico, por meio da prática profissional comprometida com as necessidades e os interesses da população.

O mercado de trabalho identificado no momento de implantação do curso vislumbrava a possibilidade de atuação basicamente exercida em três campos específicos: instituições públicas e privadas, empresas e comunidades.

Nas Instituições, suas tarefas seriam:

- Conhecer e acompanhar a clientela na conquista de seus direitos, como também na prática daqueles deveres que realizam sua condição de cidadãos;
- Estimular e orientar ações que visem à criação de estruturas sociais capazes de manter um nível de vida compatível com a condição humana.

Nas Empresas, o trabalho do assistente social orientar-se-ia:

- Ao conhecimento das necessidades da Empresa e das possibilidades do trabalhador, na realização do contrato de trabalho;
- Ao acompanhamento do trabalhador em busca de seus direitos, no exercício adequado de suas funções e no uso dos benefícios que lhe competem;
- À complementação de seu desenvolvimento (individual e coletivo), sugerindo modalidades específicas de preparo profissional, técnico e humano.

Nas Comunidades, a tarefa do assistente social consistiria em:

- Conhecer a população, contextualizando suas necessidades e interesses;
- Estimular a participação como meio de exercer a própria cidadania e de conquistar espaços sociais e políticos (educação popular);
- Sugerir meios que possibilitem a complementação do desenvolvimento individual e coletivo, incentivando a organização popular para consegui-los.

Em 14 de março de 1992 ocorreu a formatura das turmas que ingressaram em 1987/2 e 1988/1, após o curso ter obtido o reconhecimento pelo Ministério da Educação e Cultura, através do Conselho Nacional de Educação, pelo parecer nº 106/92 de 20 de fevereiro de 1992.

A primeira reformulação curricular foi proposta e implantada em 1994 com o intuito de redimensionar a formação profissional à realidade social e ocupacional. Porém, antes desta

proposta, houve algumas alterações na matriz curricular impostas por parte da então Reitoria da Universidade.

Em 1996, outra proposta de reforma foi apresentada ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da Universidade, por meio do processo nº 324/96. O novo currículo foi implementado a partir do primeiro semestre de 1997, após sua aprovação pelo parecer nº 429, de 17 de dezembro de 1996. A novidade dessa proposta, além da busca pela coerência da formação frente à realidade social, estava na implantação do curso de Serviço Social também no período matutino. Esta decisão fez com que o curso tivesse, em determinado momento, a execução de três matrizes curriculares: 1994, 1997 matutino e 1997 noturno. O curso noturno passou a ter duração de nove semestres e o matutino, com carga horária diária maior, com a duração de oito semestres de estudos.

Nos anos 2001/2002, após um longo processo de discussão, foi realizada uma nova revisão curricular, com redefinição do Projeto Político Pedagógico do Curso e da matriz curricular, buscando maior adequação às diretrizes da ABEPSS e ao projeto ético-político da profissão, em sintonia com as demandas postas naquela conjuntura.

A proposta curricular apresentada incorporou sugestões de professores, estudantes e profissionais de Serviço Social visando a otimização de recursos e o alcance de patamares mais elevados de qualificação do processo de formação profissional. Acompanhando as discussões realizadas pelo conjunto das universidades brasileiras que ofertavam o curso de Serviço Social, à época, partilhou-se do entendimento de que um projeto de formação profissional deveria se pautar num conjunto de conhecimentos indissociáveis, traduzidos em Núcleos de Fundamentação constitutivos da formação profissional.

Nesta perspectiva, conforme Yamamoto (2014, p. 620, grifos no original),

O conteúdo da formação está sustentado em três núcleos temáticos, o que representa uma inovação na maneira de pensar a formação acadêmica. São eles: a) Núcleo dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da vida social; b) Núcleo dos fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do significado do Serviço Social no seu âmbito; c) Núcleo dos fundamentos do trabalho profissional, abrangendo elementos constitutivos do Serviço Social enquanto especialização do trabalho: trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado.

O primeiro Núcleo, que trata o ser social enquanto totalidade histórica, analisa os componentes fundamentais da vida social, que serão particularizados nos dois outros

Núcleos de fundamentação da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do trabalho profissional. Nesta direção, a formação profissional constitui-se de uma totalidade de conhecimentos que estão expressos nestes três Núcleos, contextualizados historicamente e manifestos em suas particularidades. Estes três Núcleos congregam os conteúdos necessários para a compreensão do processo de trabalho do assistente social e se afirmam como eixos articuladores da formação pretendida. Ao mesmo tempo, desdobram-se em áreas de conhecimento que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares objetivando romper com a visão formalista do currículo, antes reduzida a matérias e disciplinas. Esta proposta potencializa uma nova forma de realização das mediações (entendida como relação teoria-prática) que deve estar presente em toda a formação profissional do assistente social, articulando ensino-pesquisa-extensão.

Tal perspectiva se configura como uma nova lógica que supera a fragmentação do processo de ensino-aprendizagem e possibilita uma intensa convivência acadêmica entre professores, alunos e sociedade. Este é, ao mesmo tempo, um desafio político e uma exigência ética: construir um espaço por excelência do pensar crítico, da dúvida, da investigação e da busca de soluções (ABEPSS, 2000, p. 01). Os processos de revisão posteriores mantiveram a proposta de formação segundo a orientação da ABEPSS, observando-se os Núcleos de Fundamentação.

O grande desafio que se coloca ao Projeto Pedagógico do Curso é conciliar a realidade dos estudantes, as demandas dos espaços sócio ocupacionais, as exigências da formação profissional postas pelas diretrizes curriculares da ABEPSS, o Projeto Pedagógico Institucional da FURB e demais legislações. O PPC ora proposto constitui uma estratégia neste sentido.

2.3 DADOS GERAIS DO CURSO

Quadro 1 - Detalhamento do curso

Nome do Curso:	Serviço Social
Centro de Curso:	Centro de Ciências Humanas e da Comunicação - CCHC
Departamento:	Serviço Social
Grau:	Bacharelado
Modalidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Presencial <input type="checkbox"/> EAD
Titulação conferida:	Bacharel em Serviço Social
Turno de funcionamento:	<input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> V <input type="checkbox"/> I <input checked="" type="checkbox"/> N

Regime Letivo:	semestral
Regime de Matrícula:	por componente curricular
Número de vagas anuais autorizadas:	40 (quarenta)
Distribuição das vagas de ingresso:	1º semestre: <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> V <input checked="" type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> I (vagas para cada turno: 40)
Carga horária total do curso:	Horas aula: 3.636 Horas relógio: 3.030
Total de créditos:	202
Presencial (% da carga horária total):	3.420
EAD (% da carga horária total):	216 h/a
Tempo de duração do curso (quantidade de fases/anos):	8 fases/4 anos
Distribuição de carga horária por componentes curriculares	
Estágio Obrigatório:	<input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Sim, indicar carga horária 540h/a
AACCs:	<input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Sim, indicar carga horária 180h/a
Tempo integralização curricular	
Tempo mínimo:	4 anos
Tempo máximo:	8 anos
Organização curricular:	Eixos temáticos
Endereço:	FURB - Campus I Rua Antônio da Veiga, 140 Blumenau/SC

Legenda: M – Matutino / V – Vespertino / N – Noturno / I – Integral

2.4 FORMAS DE INGRESSO

Os processos de ingresso nos cursos de graduação são regulamentados por editais que, dentre os critérios, exigem, por parte do candidato, a conclusão de ensino médio ou equivalente. Existem diferentes formas de acessar o ensino superior na FURB, quais sejam: vestibular, ENEM, histórico escolar, Acesso FURB, reingresso, transferência externa ou interna e diplomado. Existe, ainda, a possibilidade de o candidato cursar até 4 (quatro) disciplinas como aluno especial. No entanto, essa condição não gera vínculo acadêmico com a universidade.

2.5 JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO

O profissional de Serviço Social atua com várias expressões da desigualdade na sociedade capitalista, forma de produção e reprodução, projetando formas de resistência e de defesa da vida.

Os(as) assistentes sociais têm nas múltiplas expressões da “questão social”, as vividas pelos indivíduos sociais, como a “matéria” sobre a qual incide o trabalho profissional. Ela é moldada tanto pelas políticas públicas quanto pelas lutas sociais cotidianas de diferentes segmentos subalternos que vêm à cena pública para expressar interesses e buscar respostas às suas necessidades (IAMAMOTO, 2014, p.611). Os(as) assistentes sociais trabalham com a questão social nas várias expressões cotidianas, assim como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde e na assistência social, entre outros

O profissional de serviço social atua em inúmeras instituições, o que cria um vasto campo de possibilidades (espaços) para o exercício profissional. O assistente social atua em empresas, instituições filantrópicas, associações, cooperativas, fundações e outras. Entre as ações interventivas o assistente social presta serviços socioassistenciais gerência e planejamento, de mobilização e organização social, de assessoria e consultoria, desenvolve ações socioeducativas, entre outras.

Justifica-se a oferta do curso, considerando que o assistente social possui um amplo mercado de trabalho para atuação profissional, desde a prestação de serviços socioassistenciais em instituições públicas como Prefeituras Municipais (através de seus diferentes Serviços, Programas, Projetos), Hospitais, Unidades de Saúde, Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Tribunais de Justiça, Ministério Público; Empresas; Organizações sem fins lucrativos de caráter público, instituições filantrópicas; Instituições Educacionais; com Ações de Assessoria e/ou Consultoria junto a instituições públicas ou privadas, Empresas, Movimentos Sociais, Conselhos de Direito, Fóruns, Conferências de Políticas Públicas, entre outros.

No Brasil, Santa Catarina e Médio Vale do Itajaí reconhece-se a importância do trabalho realizado pelos assistentes sociais especialmente na explicitação das demandas dos usuários, na perspectiva de defesa da esfera pública das políticas sociais e da proteção social e de universalização e democratização de direitos e acessos ao conjunto da população.

Pensar o Serviço Social na contemporaneidade, requer habilidades para decifrar o mundo e participar de sua recriação. Realizar uma análise crítica da realidade e da complexa questão social e suas manifestações, faz com que seja necessário pensar o trabalho profissional pautado pela qualidade dos serviços, defesa da universalidade de acesso aos serviços públicos e na atualização dos compromissos éticos-políticos na defesa da classe trabalhadora, interesses coletivos e da população usuária.

2.6 BASE LEGAL

O Serviço Social tem como pilares normativos a Lei n.º. 8.662 que regulamenta, disciplina e legitima a profissão de assistente social e a Lei n.º. 12.317, de 26 de agosto de 2010, que altera o artigo 5º da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n.º. 8.662/1993), para instituir a duração do trabalho do assistente social em 30 horas semanais.

O Código de Ética do Assistente Social, instituído pela Resolução CFESS n.º. 273/1993, relaciona princípios fundamentais a serem incorporados na formação profissional e no exercício da atividade profissional,

[...] fundamentados na definição mais abrangente de compromisso com os usuários, com base na liberdade, democracia, cidadania, justiça e igualdade social” (Simões, 2007, p. 475), derivando daí o compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, e a construção de uma nova ordem societária sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. (DELGADO, 2013, p.136).

A formação acadêmica em serviço social se fundamenta na Política Nacional de Estágio de Serviço Social da ABEPSS - Maio de 2010, documento que traz os princípios norteadores para a realização do estágio em Serviço Social para a formação profissional e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS 1999. Além disso, incide sobre a organização do curso de Serviço Social: a Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007, que Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial; a Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de Março de 2002, que Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social; o Parecer CNE 492/2001, que Emite pareceres sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia; e o Parecer CNE 1363/2001- Retifica o Parecer CNE/CES n.º 492, de 3 de abril de 2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.

No aparato jurídico-político concernente ao espaço sócio ocupacional, o assistente social desenvolve sua ação profissional respaldada em um conjunto de legislações sociais: Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS-Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e Sistema Único de Assistência Social – SUAS - Lei n.º 12.435, de 6 de julho de 2011; Estatuto da Cidade - Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001; Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Decreto n.º 914, de 6 de setembro de 1993 e correlatas; Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso); Lei n.º 8.842, de 4 de janeiro de 1994 - Política Nacional do Idoso; Lei Orgânica da Previdência Social - Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960; Política Nacional de Saúde Mental - Lei n.º 10.216, de 6 de abril de 2001; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Lei Orgânica da Saúde - Lei n.º 8.080, de 19 de Setembro de 1990; Estatuto da Criança e do Adolescente -Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990; Estatuto da Juventude - Lei n.º 12.852, de 5 de agosto de 2013; Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional-Lei n.º 11.346, de 15 de setembro de 2006, entre outros.

2.7 OBJETIVOS DO CURSO

2.7.1 Objetivo Geral

Formar profissionais assistentes sociais comprometidos/as com a construção de relações

sociais democráticas, possibilitadoras do acesso aos direitos sociais e exercício da cidadania, fundamentado numa teoria social crítica.

2.7.2 Objetivos Específicos

- a) promover a apreensão do conhecimento crítico-científico, fundado no arcabouço teórico/metodológico construído na teoria social crítica, no diálogo com as Ciências Sociais e Humanas, destinado a subsidiar a análise da realidade social e do processo histórico nacional e internacional;
- b) assegurar uma formação ética e humanista;
- c) possibilitar a aquisição do conjunto de competências e habilidades, com base na análise das expressões da questão social nos diversos espaços sócio ocupacionais, para o exercício profissional;
- d) fomentar uma postura investigativa para o exercício profissional;
- e) articular conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, relacionados às demandas e necessidades sociais para a formulação de respostas profissionais.

2.8 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO E ÁREAS DE ATUAÇÃO

No que diz respeito ao perfil profissiográfico, busca-se a formação de profissionais críticos e propositivos frente à realidade social contemporânea, considerando demandas consolidadas e emergentes do mercado de trabalho. Conforme Iamamoto (2014, p. 619, grifos no original),

*Decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a “questão social hoje é de fundamental importância para o Serviço Social em uma dupla perspectiva: para *apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais* — sua produção e reprodução ampliada — e para *projetar formas de resistência e de defesa da vida e dos direitos, que apontam para novas formas de sociabilidade.**

Para que o curso de Serviço Social consiga alcançar este perfil é imprescindível tomar o projeto ético-político profissional como guia para a formação.

No âmbito da prática profissional esses valores se materializam na defesa intransigente da qualidade dos serviços, na construção da competência profissional, na potencialização e viabilização dos direitos sociais e da cidadania. Ferreira indica que tais valores impõem a luta pela radicalização da democracia e um imprescindível empenho no aprimoramento intelectual dos profissionais (FERREIRA, 2000:92).

Esses princípios configuram-se como eixos fundantes das diretrizes curriculares para o Serviço Social e definem o perfil do profissional que se quer formar:

[...] Um profissional que atua nas manifestações da questão social (entendida como um conjunto de expressões da desigualdade social cujas raízes estão na produção socializada e na apropriação privada de seus frutos), formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais, na perspectiva de sua ampliação e garantia como direitos sociais e não como mercadorias. Um profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Um profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social (FERREIRA, 2000:92).

Esta tarefa que se coloca no âmbito da formação profissional enfrenta inúmeros obstáculos, considerando a realidade contemporânea, em especial em se tratando das questões relativas ao ensino superior no Brasil que, em consonância com a proposta neoliberal de reforma do ensino superior em curso, enfatiza a educação como mercadoria, estimula as formações específicas em detrimento das formações generalistas, prioriza a quantidade em detrimento da qualidade, estimula processos avaliativos como mecanismos de competitividade.

Mais que conjunto de conteúdos os profissionais egressos dos cursos de Serviço Social devem desenvolver o conjunto de competências e atribuições previstas na Lei de Regulamentação da Profissão lei n° 8.662, de 7 de junho de 1993.

As competências são:

- I - Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
- II - Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- III - Encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
- IV - (Vetado);
- V - Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;

VI - Planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;

VII - Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

VIII - Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;

IX - Prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

X - Planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;

XI - Realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

I - Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

II - Planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;

III - Assessoria e consultoria a órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;

IV - Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

V - Assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;

VI - Treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;

VII - Dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;

VIII - Dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;

IX - Elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;

X - Coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;

XI - Fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;

XII - Dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;

XIII - Ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

3 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

3.1 POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

3.1.1 Ensino

De acordo com PDI (2016-2020, p. 81), da Universidade Regional de Blumenau, as políticas que dão as diretrizes para os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) e garantem os princípios filosóficos e técnico-metodológicos são as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de Cursos de Graduação e, internamente, o Projeto Pedagógico Institucional e a Resolução nº 201/2017, os quais guiam o curso de Serviço Social, assim como Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007 e Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002 e legislações afins.

O ensino em Serviço Social segue os princípios institucionais previstos no PDI/PPI (2016-2020, p. 81), pautam-se pela intencionalidade pedagógica da comunidade acadêmica da FURB, visando ao desenvolvimento humano integral, ancorados por valores éticos, sociais, culturais e políticos, assim definidos (PPI FURB): a) Democracia e Direitos humanos; b) Ética e Cidadania ambiental; c) Relações étnico-sociais; d) A formação crítica. amparados nesses princípios norteadores, bem como nas legislações pertinentes, definem-se as diretrizes que orientam os PPCs dos cursos de graduação da universidade, os quais devem contemplar, considerando suas especificidades, as seguintes diretrizes: a) Aprendizagem como foco do processo; b) Educação geral c) Flexibilização; d) Tecnologias digitais; e) Internacionalização; f) Indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão.

No que se refere às especificidades da formação em Serviço Social, a prática pedagógica pauta-se nas Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (com base no currículo aprovado em 08 de novembro de 1996) expressam inúmeros avanços, dentre eles: o amadurecimento da compreensão do significado social da profissão, a tradição teórica que permite a leitura da realidade em uma perspectiva sócio-histórica, as respostas da profissão à conjuntura e apontam para consolidação de um projeto de profissão vinculado às demandas da classe trabalhadora. Pensar o ensino no Serviço Social pressupõe a construção de bases teóricas de uma formação crítica e de uma prática profissional pautada e que defenda o Projeto Ético Político da profissão.

Considerando as recomendações da ABEPSS e as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, para desenvolver o processo de formação profissional é necessário que a organização curricular supere fragmentações do processo de ensino e aprendizagem, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos como experiência concreta no decorrer da formação profissional. Sustenta-se no tripé dos conhecimentos constituídos pelos núcleos de fundamentação da formação profissional, quais sejam:

- núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social;
- núcleo de fundamentos da formação sócio histórica da sociedade brasileira que remete à compreensão das características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais;
- núcleo de fundamentos do trabalho profissional que compreende os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado.

Os núcleos englobam um conjunto de conhecimentos e habilidades que se especificam em atividades acadêmicas, enquanto conhecimentos necessários à formação profissional.

A proposta das Diretrizes Curriculares da ABEPSS aponta para a formação de um perfil profissional com:

[...] capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade. Considerando a apreensão das particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social na realidade brasileira. Além da percepção das demandas e da compreensão do significado social da profissão; e o desvelamento das possibilidades de ações contidas na realidade e no exercício profissional que cumpram as competências e atribuições legais. (ABEPSS, 2014, p. 02-03).

Nesta nova lógica, as matérias se desdobram em diferentes componentes curriculares, que ganham forma didático-pedagógica diferenciadas nas disciplinas teórico, nas práticas interventivas e investigativas, nos seminários temáticos, na curricularização da extensão, nas atividades de auto estudo, no estágio obrigatório e no trabalho de conclusão de curso.

3.1.2 Extensão

Na FURB, a extensão foi regulamentada como política em 2004, pela Resolução nº 24/2004, sendo definida como “[...] o processo de interação entre Universidade e Sociedade, indissociado do ensino e da pesquisa, visando ao sustentável desenvolvimento social, econômico e ambiental, por meio do intercâmbio científico, cultural e tecnológico, com uma perspectiva crítica e transformadora” (FURB, 2004).

Especialmente o curso de Serviço Social da Universidade Regional de Blumenau tem a preocupação de favorecer a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, desenvolve projetos que contribuem para afirmação dos direitos humanos e ampliação da cidadania, buscando construir uma sociedade mais justa e democrática.

O Departamento de Serviço Social é um dos que mais têm desenvolvido ações de extensão na instituição, com a média de 30% de propostas coordenadas por docentes do curso aprovadas nos editais da FURB no período 2004-2014 e 12% no biênio 2015-2016. Essas atividades envolveram a comunidade interna e externa nas atividades acadêmicas, por meio de parcerias com as organizações comunitárias, instituições públicas e organizações não-governamentais, produzindo e compartilhando o conhecimento.

Os programas desenvolvidos no período 2004-2019 articularam professores das mais diversas áreas do conhecimento: direito, engenharias, arquitetura e urbanismo, saúde (medicina, odontologia, farmácia, enfermagem), ciências sociais, dentre outras.

Alguns programas e projetos desenvolvidos pelo corpo docente do Departamento de Serviço Social ao longo desse percurso são: Programa Assessoria e Capacitação às Organizações Comunitárias; Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP; Programa de Assistência Sociojurídica; Educação e Saúde; Educação em Saúde: doce alegria da assistência integral à saúde; Graco: Gestão de Riscos e Participação Comunitária.

O curso de Serviço Social tem estimulado a inserção dos estudantes na extensão tanto por oportunizar o contato com a comunidade externa e o aprendizado em cenário diverso da sala de aula, como pela questão financeira, ou seja, pelo acesso a bolsas de extensão.

A FURB conta com as seguintes possibilidades de bolsas de extensão-para os estudantes de Serviço Social:

1. Edital interno da PROPEX, o qual disponibiliza, com recursos próprios, bolsas de extensão equivalentes a 10 (dez) créditos financeiros por 16 horas de dedicação do estudante em um projeto aprovado no edital. O acesso do estudante se dá mediante processo seletivo organizado pelo(a) docente que teve o projeto aprovado. Visando a retenção do estudante, no edital mais recente, vigente para 2020, a bolsa foi equiparada a R\$800,00 e a dedicação ampliada para 20 horas, de forma equânime aos demais programas institucionais.

2. FUMDES/Artigo 171/Extensão. No Programa de Bolsas do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior – FUMDES, em conformidade com as Leis Complementares nº 407/2008 e 583/2012 e o Decreto nº 2.672/2009 oferece bolsas que são pagas pelo Governo Estadual de Santa Catarina. O estudante acessa a bolsa vinculada a um projeto aprovado no âmbito de Edital específico lançado pela PROPEX. O valor da bolsa é de um salário mínimo praticado em dezembro do ano anterior e há possibilidade de permanência do estudante até dois anos, se mantidos os requisitos para tanto. O acesso do estudante se dá mediante processo seletivo organizado pelo(a) docente que teve o projeto aprovado. Em 2020, houve alterações com respeito à regulação deste financiamento estudantil. O Decreto nº 470/2020, publicado pelo governo do estado de Santa Catarina, cancelou o Decreto nº 2.672/2009 e instituiu o Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (UNIEDU), e alterou a forma de distribuição de bolsas, ora dependente da inscrição do estudante em sistema próprio da Secretaria de Estado da Educação e da obtenção de índice de carência (IC) para acesso à bolsa. O valor desta, para a extensão e para a pesquisa, permanece sendo igual a um salário mínimo do mês de dezembro do ano anterior e a permanência/renovação depende do atendimento a condicionais definidas no Decreto.

3. PROESDE Desenvolvimento Regional, Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional, do Estado de Santa Catarina, que possibilitava a estudantes de bacharelado gratuidade de 70% do curso de graduação e gratuidade em Curso de Extensão para o Desenvolvimento Regional. O acesso do estudante se dava mediante sorteio, nos termos da legislação estadual. Em 2020, houve mudança no processo, por conta do Decreto nº 470/2020, anteriormente mencionado, que possibilita a inclusão do estudante no PROESDE mediante a sua inscrição no programa por meio do UNIEDU e cuja seleção se dá exclusivamente pelo índice de carência econômica. A bolsa equivale a 100% de gratuidade na graduação, acrescida da gratuidade no Curso de Extensão para o Desenvolvimento Regional.

4. Bolsas de cultura, pela participação nos grupos culturais da FURB, como o Coro, Camerata, Orquestra, Teatro e Dança. O acesso do estudante se dá mediante processo seletivo organizado pelo(a) docente coordenador e o valor da bolsa é de 8 (oito) créditos financeiros.

5. Bolsas pela participação em equipe esportiva, nos termos da Resolução FURB que define diretrizes para o apoio ao esporte. O estudante pode acessar essa bolsa caso seja atleta de alguma modalidade aprovada pela Comissão de Gestão Esportiva da FURB.

Além dessas bolsas, um dos projetos com fomento externo desenvolvido por docente do curso, sempre possibilita a inserção de estudantes como bolsistas extensionistas. Assim, nesse caso e nos citados nos itens 1 e 2 acima, os projetos aprovados pelo curso tem possibilitado a participação de um número significativo de estudantes na extensão universitária na condição de bolsistas.

Os quadros a seguir relacionam os projetos de extensão executados por docentes do Departamento de Serviço Social no período de 2014 a 2018.

Quadro 2 – Projetos de Extensão executados no ano de 2014 por docentes do Departamento de Serviço Social

Nº SIPEX	Título	Categoria
335/2014	Instrumental técnico e o Serviço Social: um debate necessário	Evento - Seminário
713/2014	Formação e Capacitação jurídica comunitária	Projeto de Extensão
729/2014	Redes de Economia Solidária do Vale do Itajaí	Projeto de Extensão
821/2014	Programa Assistência Sociojurídica	Programa de Extensão
823/2014	GRACO: Gestão de Risco e Participação Comunitária	Programa de Extensão
824/2014	Mediação de Conflitos Familiares	Projeto de Extensão
826/2014	Participação Juvenil e Gestão de Riscos	Projeto de Extensão
827/2014	Orientação Sociofamiliar	Projeto de Extensão
842/2014	Assessoria e Capacitação comunitária	Projeto de Extensão

Fonte: SIPEX (2019).

Quadro 3 – Projetos de Extensão executados no ano de 2015 por docentes do Departamento de Serviço Social

Nº SIPEX	Título	Categoria
295/2015	XX Semana Acadêmica de Serviço Social: Semana Acadêmica de Serviço Social: Direitos Humanos em pauta	Evento - Semana de Estudos
725/2015	A Violência Intrafamiliar e Contra a Mulher: desafios à intervenção e o cuidado das (os) profissionais que atuam na área.	Evento - Seminário
783/2015	80 anos de Serviço Social no Brasil: exercício profissional e política social - trajetórias e avanços	Evento - Semana de Estudos

Fonte: SIPEX (2019).

Quadro 4 – Projetos de Extensão executados no ano de 2016 por docentes do Departamento de Serviço Social

Nº SIPEX	Título	Categoria
1017/2016	Formação de Conselheiros Municipais nas Políticas Públicas	Projeto de Extensão - Projeto - Categoria III
1023/2016	Projetos Territoriais de Inclusão Produtiva pela Economia Solidária da População dos CRAS Blumenau	Projeto de Extensão - Projeto - Categoria III
1024/2016	Remissão de pena por meio do trabalho associado	Projeto de Extensão - Projeto - Categoria II
1059/2016	Juventude, Direitos Humanos e Inclusão Social	Projeto de Extensão - Projeto - Categoria III
1106/2016	Identidade, Alteridade e Reconhecimento: Sexualidade e Questões de Gênero na Convivência Humana na FURB	Projeto de Extensão - Projeto - Categoria II
811/2016	As violências contra a mulher a partir de uma construção de gênero e os grupos reflexivos com homens como uma das estratégias de enfrentamento.	Evento - Seminário
963/2016	Cidades Para as Pessoas: o empoderamento das Organizações Sociais	Projeto de Extensão - Projeto - Categoria V
997/2016	Formação e Capacitação Jurídica Comunitária.	Projeto de Extensão - Projeto - Categoria III

Fonte: SIPEX (2019).

Quadro 5 – Projetos de Extensão executados no ano de 2017 por docentes do Departamento de Serviço Social

Nº SIPEX	Título	Categoria
379/2017	30 Anos do Curso de Serviço Social na FURB: o papel do Serviço Social na Construção de um Novo Projeto Societário	Evento - Semana de Estudos
42/2017	Fortalecer e ampliar a atuação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da FURB - PROEXT 2015	Projeto de Extensão - Projeto - Fomento
734/2017	Voltando ao mundo do trabalho. Promoção do trabalho autônomo e da economia solidária na ressocialização e reintegração social.	Curso - Iniciação
741/2017	O cárcere e a cidadania: da exclusão à ressocialização	Evento - Mesa Redonda
760/2017	Blumenau no contexto de contrarreforma: do conformismo à contestação	Evento - Seminário
764/2017	Violência sexual, gênero e democracia	Evento - Ciclo de Debates
814/2017	Juventude, Direitos Humanos e inclusão social	Projeto de Extensão - Projeto - Categoria II
851/2017	Cidades Para as Pessoas: o empoderamento das Organizações Sociais	Projeto de Extensão - Projeto - Categoria IV
869/2017	Doce Alegria - Atenção integral à criança e ao adolescente com diabetes	Projeto de Extensão - Projeto - Categoria IV
893/2017	A violência doméstica e os direitos sociais e a busca da cidadania das mulheres atendidas no NPJ	Projeto de Extensão - Projeto - Categoria II
901/2017	Mediação de Conflitos	Projeto de Extensão - Projeto - Categoria II

Fonte: SIPEX (2019).

Quadro 6 – Projetos de Extensão executados no ano de 2018 por docentes do Departamento de Serviço Social

Nº SIPEX	Título	Categoria
467/2018	Ciclo de Debates "Violência Obstétrica e Empoderamento Materno" e "Os Riscos Psicossociais e Depressão nas Costureiras Fabris" e "Mediação de Conflitos".	Evento - Ciclo de Debates
874/2017	Formação sobre a Diversidade Étnico-Cultural para a Vigilância Social do SUAS	Projeto de Extensão - Projeto - Categoria II
473/2018	Sou Profissional e Acadêmica/o de Serviço Social e tenho minhas bandeiras de luta!	Evento - Semana de Estudos
771/2018	Curso de Formação Continuada em Economia Solidária	Curso - Aperfeiçoamento
827/2018	Voltando ao Mundo do Trabalho - III edição	Curso - Iniciação
873/2018	CONSTRUIR: desenvolvimento com qualidade de vida e ampliação da cidadania	Projeto de Extensão - Projeto - Categoria IV
957/2018	O cárcere e a cidadania: reintegração sócio-econômica de pessoas em privação de liberdade	Projeto de Extensão - Projeto - Fomento

Fonte: SIPEX (2019).

Quadro 7 – Projetos de Extensão executados no ano de 2019 por docentes do Departamento de Serviço Social

Nº SIPEX	Título	Categoria
906/2018	Ciranda	Projeto de Extensão - Projeto - Categoria II
909/2018	Formação sobre a Diversidade Étnico-Cultural para o SUAS	Projeto de Extensão - Projeto - Categoria II
931/2018	O Núcleo de Práticas Jurídicas - NPJ e o enfrentamento da violência doméstica e os direitos sociais na busca da cidadania	Projeto de Extensão - Projeto - Categoria II
109/2018	Institucionalização ITCP	Projeto de Extensão - Fomento
873/2018	CONSTRUIR: desenvolvimento com qualidade de vida e ampliação da cidadania	Projeto de Extensão - Projeto - Categoria IV
242/2019	Violências, desigualdades e lutas sociais	Evento - Semana de Estudos
532/2019	Ações Territoriais e Economia Solidária: reintegração socioeconômica da população usuária dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS	Projeto de Extensão - Extensão FUMDES

Fonte: SIPEX (2019).

A preocupação sobre como a Universidade deve responder às demandas que lhe são postas pela Sociedade é, em geral, expressa pelas atividades de extensão. Visando superar as críticas às universidades pelo seu distanciamento da sociedade é que a Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012) anuncia dentre os seus objetivos o compromisso com o enfrentamento das questões sociais que afetam o país, propondo que a Extensão Universitária seja parte da solução dos grandes problemas sociais do País, reafirmando-a como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, além de indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade.

Nesse sentido, define que a “extensão universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade”. (FORPROEX, 2012. p.15.)

Defende a Política Nacional de Extensão Universitária (2012), dentre suas diretrizes, que a “[...] participação do estudante nas ações de Extensão Universitária deve estar sustentada em iniciativas que viabilizem a flexibilização curricular e a integralização de créditos logrados nas ações de Extensão Universitária”. Para assegurar a qualidade da formação do estudante, é preconizado o planejamento pedagógico contendo: (i) a designação do professor orientador; (ii)

os objetivos da ação e as competências dos atores nela envolvidos; (iii) a metodologia de avaliação da participação do estudante. Por outro lado, essa estruturação normativa e legal disposta na Política Nacional deve, do ponto de vista institucional, orientar o estabelecimento de regras relacionadas à composição de grade curricular, correlação entre carga horária e créditos atribuídos ou previsão de cronogramas de disciplinas e regras disciplinares. (Política Nacional, 2012, p.20).

O Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) prevê na Meta 12.7: “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, 2014).

O conceito de extensão universitária é aprofundado em 2018 pela Resolução n.º 07/2018, do Conselho Nacional de Educação, ao afirmar que:

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e a aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. (BRASIL, 2018).

Aponta essa Resolução em seu artigo 4º que “As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos.” (BRASIL, 2018).

Nesse contexto, torna-se um desafio viabilizar a efetiva indissociabilidade extensão-pesquisa-ensino, o que remete o curso a (re)pensar a singularidade de seu projeto pedagógico e a proposta política com a qual se compromete quanto à universidade que queremos e a que profissionais formaremos. Como aproximar a universidade da sociedade na perspectiva de enfrentamento de pautas reais, relação com empresas, organizações não governamentais, movimentos sociais, entidades públicas, entre outros?

No âmbito da formação profissional, o curso de Serviço Social, assume o compromisso de formar assistentes sociais comprometidos/as com a construção de relações sociais democráticas, que favoreçam o acesso aos direitos sociais e o exercício da cidadania, fundamentados numa teoria social crítica, proposição que se correlaciona com a Política Nacional de Extensão Universitária.

Esse compromisso é afiançado pelo corpo docente do Curso de Serviço Social no Plano Departamental por meio das seguintes metas:

- Desenvolver projetos de capacitação cidadã voltados à formação de conselheiros, lideranças e organizações comunitárias;
- Ampliar periodicamente cursos de atualização profissional;
- Dar continuidade aos programas de extensão por meio da submissão a editais internos e externos de fomento;
- Apoiar o Colegiado e o Centro Acadêmico na organização da Semana Acadêmica de Serviço Social da FURB, e;
- Promover a articulação regional da categoria com vistas ao debate sobre as práticas profissionais do Assistente Social. (FURB, 2014).

Em consonância com os documentos nacionais, o PDI da FURB 2010-2015, prevê, na Meta 39, a inserção da extensão nos Planos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), ou seja, que o componente curricular relativo às atividades de extensão seja obrigatório para todos os alunos de graduação, com uma carga horária mínima, a ser estabelecida de acordo com o total de horas do curso.

Por sua vez, a Resolução FURB nº 99, de 29 de novembro de 2019, “Regulamenta a curricularização das atividades de extensão no âmbito dos cursos de graduação da FURB” e a Instrução Normativa nº 1-PROEN/2020 “Estabelece orientações técnicas para integralização da carga horária de extensão nos Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação e regulamenta o artigo 6º, § 2º, da Resolução FURB nº 99, de 29 de novembro de 2019”.

O curso de Serviço Social, nesta revisão do PPC, adota a estratégia de incorporar a extensão como “parte de componentes curriculares com destinação de carga horária de extensão definida no currículo”, seguindo o disposto no inciso I do art. 7 da Resolução nº. 99/2019, conforme segue:

Extensão, Universidade e Sociedade: (72 h) - disciplina obrigatória teórico-prática que abordará: Histórico da Extensão Universitária na América Latina e no Brasil. Conceitos, metodologias, características e indicadores da Extensão Universitária. Extensão e produção de conhecimento, abrangendo a sua articulação com a pesquisa e com o ensino. Vivências em

extensão. Cabe salientar, que essa disciplina tem como foco introduzir o debate sobre extensão universitária e sua aproximação com o trabalho comunitário.

Atividade Curricular de Extensão (324 h), disciplinas obrigatórias teórico-práticas de 36 horas semestrais, ministradas por professor orientador pertencente ao quadro docente, vinculado às disciplinas de Políticas Sociais: Assistência Social; Saúde; Previdência Social; Educação e Questão Urbana e Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Família e Gerações. Essas ações poderão ser desenvolvidas em programas, projetos, cursos e eventos em vigência na FURB ou departamento (quadro ilustrativo), ou ainda, por meio de projeto próprio elaborado pelos docentes e discentes. Essas ações serão planejadas entre professor-orientador e estudantes no transcorrer das aulas teóricas e viabilizadas por meio de atividades interventivas, tais como: ações socioeducativas, visitas técnicas (MCMV, presídio, unidades de acolhimento, delegacias, comunidades) seminários, palestras, mostras literárias e fotográficas, entre outros.

Quadro 8 – Disciplinas que integralizam extensão

Unidade curricular	Ação curricular de extensão
Extensão, Universidade e Sociedade	72
Serviço Social: Famílias e Gerações	36
Gestão Social e Planejamento em Serviço Social II	18
Movimentos Sociais e Serviço Social	36
Política Social: Assistência Social e Serviço Social	36
Política Social: Saúde e Serviço Social	36
Política Social: Previdência Social e Serviço Social	36
Política Social: Educação e Serviço Social	36
Política Social: Questão Urbana e Meio Ambiente e Serviço Social	36
Gênero, Violência e Serviço Social	36
TOTAL	378

Fonte: NDE (2019).

Atendendo os dispositivos de, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação em integralização de extensão, a proposta que ora apresentamos totaliza 378 horas/aula, perfazendo 11,88% de curricularização de extensão.

3.1.3 Pesquisa

A Resolução nº 054/2015, que institui a Política de Pesquisa e Pós-Graduação *stricto sensu* da FURB (Alterada pelas Resoluções nº 014/2016 e nº 131/2017), afirma a pesquisa científica e/ou tecnológica como “processo metódico de investigação, recorrendo a procedimentos técnicos e científicos para encontrar respostas para um problema de interesse da comunidade técnica e científica ou da sociedade e para produzir novos conhecimentos, processos ou produtos.” (FURB, 2015).

O curso de Serviço Social estimula a inserção na pesquisa desde as fases iniciais, podendo o acadêmico participar de programas de bolsas de iniciação científica (IC) remuneradas.

A FURB conta com 5 programas de bolsas de iniciação científica – IC:

1. PIBIC/CNPq – No Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica a FURB possui 53 bolsas que são pagas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Os projetos têm duração de 12 meses e iniciam em agosto de cada ano. Neste programa o aluno deve dedicar-se apenas às atividades acadêmicas.
2. PIBIC/FURB – No Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica a FURB oferece 53 bolsas com recursos próprios. Os projetos têm duração de 12 meses e iniciam em agosto de cada ano.
3. PIBITI/FURB – No Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação a FURB possui 9 bolsas que são pagas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Nesse programa os projetos devem estimular os estudantes ao desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e inovação.
4. PIPE/Artigo 170 – No Programa de Incentivo à Pesquisa a FURB possui aproximadamente 100 bolsas que são pagas pelo Governo do Estado de Santa Catarina. No PIPE/Artigo 170 o aluno pode atuar em outras atividades além da bolsa de IC, desde que tenha a anuência do orientador.
5. FUMDES/Artigo 171 – No Programa de Bolsas do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior – FUMDES, em conformidade com as Leis Complementares nº 407/2008 e 583/2012 e o Decreto nº 2.672/2009 oferece bolsas que são pagas pelo Governo Estadual de Santa Catarina, sendo que neste programa a FURB tem, aproximadamente 40 bolsas.

A partir de 2020, os programas PIPE/art. 170 e FUMDES/Pesquisa, por conta do Decreto nº 470/2020, supramencionado, sofreram alterações. O Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (UNIEDU), que incorpora todos os tipos de financiamento estudantil do estado de Santa Catarina, altera a forma de distribuição de bolsas, ora dependente da inscrição do estudante no sistema próprio e da obtenção de índice de carência (IC) para acesso à bolsa. O valor desta, para a extensão e para a pesquisa, permanece sendo igual a um salário mínimo do mês de dezembro do ano anterior e a permanência/renovação depende do atendimento a condicionais definidas no Decreto. Além disso, o Decreto e seus regulamentos impedem que o estudante receba recursos oriundos de outros recursos públicos.

Em 2019, houve somente um projeto de pesquisa em andamento, o de número SIPEX 434/2019, “Conselhos de Comunidade: sementes e frutos da ressocialização” financiado pelo PIBIC, sob coordenação da professora Cláudia Sombrio Fronza, do Departamento de Serviço Social. Nos quadros a seguir estão relacionados os projetos de pesquisa executados no período de 2014 a 2018.

Quadro 9 - Projetos de Pesquisa executados em 2014 a 2015

Nº SIPEX	Título	Categoria
414/2014	Quo Vadis? Os desafios do processo de implementação do Sistema Único de Assistência Social da Associação Microrregional dos Municípios do Médio Vale do Itajaí	SED/FUMDES/Artigo 171
449/2014	Processo de escolha do Conselho Tutelar em Blumenau: a campanha eleitoral dos candidatos ao cargo de conselheiro.	SED/FUMDES/Artigo 171
12/2014	O exercício das representações entre delegados nos processos de escolha dos Conselhos tutelares de Blumenau	PIPE/Artigo 170
419/2015	Processo de escolha do Conselho Tutelar em Blumenau: a campanha eleitoral dos candidatos ao cargo de conselheiro.	SED/FUMDES/Artigo 171
406/2015	Saindo do Papel e Construindo o Alicerce: dando vida aos serviços socioassistenciais do SUAS na realidade dos municípios da Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina	SED/FUMDES/Artigo 171
353/2015	O percurso das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha através da Delegacia e do sistema Judiciário	SED/FUMDES/Artigo 171
121/2015	A Participação Juvenil e Gestão de Riscos	PIPE/Artigo 170
107/2015	O Movimento SUAS: Os rumos do processo de implementação dos serviços socioassistenciais na realidade dos municípios da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí	PIPE/Artigo 170
104/2015	Processo de escolha dos Conselhos Tutelares de Blumenau: o exercício da representação entre delegados governamentais.	PIPE/Artigo 170

Fonte: SIPEX (2019).

Quadro 10 - Projetos de Pesquisa executados em 2016 a 2017

Nº SIPEX	Título	Categoria
809/2016	Uma análise sobre os processos judiciais através de dados documentais e das narrativas dos operadores do sistema Judiciário e da delegacia sobre o percurso das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha	SED/FUMDES/Artigo 171 (pesquisa)
756/2016	O percurso das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha através das narrativas dos operadores dos serviços: delegacia e do sistema judiciário	PIBIC-EM
742/2016	Os Conselhos de Defesa de Direitos de Blumenau e a intersectorialidade.	PIBIC-FURB
645/2016	Ser e conviver na Rede de Economia Solidária no Vale do Itajaí	SED/FUMDES/Artigo 171 (pesquisa)
547/2016	Escolha dos Conselhos Tutelares em Blumenau: a campanha eleitoral dos candidatos ao cargo de conselheiro em eleição direta.	SED/FUMDES/Artigo 171 (pesquisa)
539/2016	Viagem ao SUAS: pelos trilhos e desvios do processo de implementação da Proteção Social Básica	SED/FUMDES/Artigo 171 (pesquisa)
608/2017	A eleição direta para os Conselhos Tutelares nos Municípios da Região do Médio Vale do Itajaí - SC	Projeto - PIBIC
559/2017	A população carcerária e o mundo do trabalho. Um estudo sobre a realidade dos detentos e ex-detentos do município de Blumenau	PIBIC-EM
273/2017	Sistema Único de Assistência Social na Produção Teórica do Serviço Social	SED/FUMDES/Artigo 171 (pesquisa)

Fonte: SIPEX (2019).

Quadro 11 - Projetos de Pesquisa executados em 2018 a 2019

Nº SIPEX	Título	Categoria
92/2018	Juventude e Direitos Humanos	PIPe/Artigo 170
647/2018	Terceirização e quarteirização no setor têxtil-vestuário: um debate necessário	PIBIC
629/2018	O cumprimento da pena em regime aberto e as estratégias de geração de trabalho associativo	PIBIC
434/2019	Conselhos de Comunidade: sementes e frutos da ressocialização	PIBIC

Fonte: SIPEX (2019).

Os projetos destacados nos quadros acima procuram se relacionar às linhas específicas de pesquisa dos docentes do curso: política de assistência social, trabalho, renda, economia solidária e previdência, conselhos gestores e conselhos tutelares, juventude, gênero e violência de gênero.

A participação em projetos de pesquisa também pode integralizar a carga horária do estudante na forma de AACC. Além da possibilidade de participação em programas com bolsas remuneradas, no âmbito do currículo aprovado em 2017, os estudantes cursam: duas disciplinas

de pesquisa (Pesquisa em Serviço Social I e II), nas quais conhecem sobre o processo de produção de conhecimento científico, elaboram e desenvolvem um projeto de pesquisa e o respectivo relatório, além da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I e II, que também possibilitam ao estudante a realização de pesquisa, preferencialmente vinculada ao grupo ou linha de pesquisa do(a) professor(a) orientador(a).

3.2 APOIO AO DISCENTE

A FURB, ciente da sua responsabilidade social e consolidando seu papel para além do ensino de qualidade, disponibiliza, através da CAE, um conjunto de atividades específicas e programas de apoio financeiro que contribuem para a inclusão social, acadêmica e profissional dos(as) estudantes, visando a sua permanência e sucesso na Universidade. São atividades de atenção ao(à) estudante, gerenciadas pela CAE: (a) atendimento e acompanhamento psicossocial; (b) atendimento e acompanhamento aos(às) estudantes com deficiência e altas habilidades/superdotação; (c) encaminhamento aos serviços especializados de atendimento na área da saúde, jurídica e assistência social. Quanto aos programas de apoio financeiro e complementação curricular, tem-se: (a) bolsas de estudo do Art. 170, Art. 171 e Fundo Social; (b) bolsa de pesquisa do Art. 170; (c) estágio interno; (d) estágio curricular não obrigatório; (e) desconto fidelidade. O acesso aos programas de bolsas se dá através de cadastro, com inscrições abertas no início de cada semestre, gerido pela CAE. A gestão dos estágios internos e curriculares não obrigatórios acontece no NGE, vinculado à PROEN. O acesso e a manutenção do desconto fidelidade acontecem na DAF.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e as diretrizes adotadas pelo MEC na avaliação de cursos e de instituições de ensino superior (SINAES) são claras quanto às responsabilidades da educação superior em promover a acessibilidade e adotar princípios e práticas pedagógicas, visando garantir o acesso, a participação e o êxito dos(as) estudantes. Neste sentido, incluir implica compreender particularidades e singularidades do sujeito, respeitar seu potencial e apostar em sua capacidade e autonomia, garantindo as condições objetivas de acessibilidade, seja através do fornecimento de recursos materiais ou de estrutura (como mobiliário adaptado, espaços acessíveis, entre outros), seja através de recursos humanos especializados (como professor(a) de AEE, profissionais de apoio) ou ainda através de recursos pedagógicos (como a adaptação de materiais).

Sendo assim, a CAE é responsável: (a) pela elaboração, implementação, execução e

avaliação da política de apoio aos(as) estudantes em parceria com outras unidades da FURB (Estatuto da Fundação, Art. 63 da Resolução FURB nº 35/2010); (b) pela coordenação de ações relacionadas à inclusão dos(as) estudantes com deficiência³ e altas habilidades/superdotação por meio do NInc, conforme disposto na Política de Inclusão das Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades/Superdotação (Resolução FURB nº 59/2014); (c) pelo serviço de tradução/interpretação de LIBRAS (Resolução FURB nº 08/2015).

Tendo em vista o cumprimento de suas atribuições, a CAE tem buscado fortalecer o relacionamento com os(as) estudantes com deficiência e altas habilidades/superdotação, bem como com aqueles(as) estudantes com quadros clínicos não equiparados à deficiência e com aqueles que apresentam impasses pessoais e dificuldades contingenciais às suas circunstâncias de vida. Através do NInc, tem trabalhado para instituir e garantir ações integradas de apoio às demandas e necessidades estudantis que possam causar prejuízo ao desenvolvimento de atividades acadêmicas/funcionais ou de sua vivência acadêmica, exigindo adequações da FURB no sentido de garantir sua permanência e sucesso acadêmicos.

As atividades de atendimento à comunidade acadêmica são: assessoria técnica, atendimento psicossocial, AEE e atendimento administrativo.

A assessoria técnica, exercida por profissionais do serviço social e da psicologia, compreende:

- a) assessorar e orientar docentes e técnico-administrativos;
- b) oferecer subsídio técnico à elaboração e à execução, bem como disseminar as diretrizes para a elaboração de políticas, projetos, programas e ações institucionais de promoção à inclusão, permanência universitária e qualidade de vida estudantil;
- c) propor ações de acessibilidade em parceria com outras unidades universitárias;
- d) realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre acesso e permanência no ensino superior;
- e) gerir e planejar o cadastro socioeconômico para a distribuição de recursos dos programas de bolsa que exigem a comprovação da situação socioeconômica familiar (Art. 170, FUMDES – Art. 171 e Fundo Social).

O atendimento psicossocial, voltado aos(as) estudantes da Instituição é realizado por

³ Conforme Art. 3º da Política de Inclusão da FURB, considera-se pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial e as com transtorno do espectro autista.

equipe composta por duas profissionais do serviço social e duas profissionais da psicologia. Dentre algumas ações, citam-se:

- a) entrevistar, acompanhar, orientar e encaminhar estudantes, a partir das suas especificidades e quando necessário, oferecendo escuta qualificada;
- b) desenvolver projetos de pesquisa e/ou de extensão;
- c) fazer interlocução com coordenações de cursos, docentes, assessoria pedagógica e técnico-administrativos sobre o campo de possibilidades e de limitações dos(as) estudantes;
- d) participar em reuniões com outros setores e serviços internos e externos à Universidade.

O AEE é voltado aos(às) estudantes com deficiência e altas habilidades/superdotação. Prevê a definição de estratégias e de recursos de acessibilidade na Universidade, orientação a docentes, entre outros, contando com três profissionais de apoio (higiene e audiodescrição) e dez intérpretes (tradução/interpretação) de LIBRAS para o acompanhamento dos(as) estudantes com surdez e professores(as) de LIBRAS. O AEE tem acontecido sob demanda de estudantes que procuram a CAE em razão da deficiência ou altas habilidades/superdotação, que por sua vez os(as) orienta sobre os programas e recursos disponíveis na Universidade e outros encaminhamentos pertinentes às áreas do serviço social e da psicologia, dependendo das demandas apresentadas.

O atendimento administrativo é responsável pelo registro, controle, solicitação e operacionalização de rotinas administrativas. Essas atividades, em conjunto com o(a) estudante, o curso e outras unidades da instituição, têm como objetivos:

- a) contribuir para o desenvolvimento da autonomia e o fortalecimento do(a) estudante;
- b) fortalecer a relação entre estudante e docentes / curso;
- c) estimular a busca de alternativas para a superação das dificuldades;
- d) contribuir para com a garantia do acesso, da permanência e do sucesso acadêmicos;
- e) contribuir com o estabelecimento de uma cultura inclusiva na FURB.

Além das ações inclusivas já citadas, com vistas à garantia de igualdade de condições e oportunidades educacionais, conforme institui a Resolução FURB nº 12/2018, a FURB também conta com uma política de acesso e permanência de estudantes indígenas, em que fixa vagas gratuitas para a graduação e pós-graduação e estabelece critérios de acompanhamento destes estudantes, visando a sua permanência na universidade.

3.3 PROVAS DE SUFICIÊNCIA

Não se aplica nesse PPC.

3.4 ESTUDOS COMPLEMENTARES

Não se aplica nesse PPC.

3.5 MONITORIA

Não se aplica nesse PPC.

3.6 CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA

Dentre as necessidades da comunidade acadêmica, no que diz respeito à adequação e à qualificação da infraestrutura, merece destaque a questão da acessibilidade. Proporcionar a máxima autonomia de estudantes e servidores é um compromisso da FURB, tornando democrático o acesso aos seus ambientes, ampliando e facilitando os processos de inclusão, tanto na infraestrutura física quanto nos seus ambientes de ensino-aprendizagem e de comunicação e atendimento. Atender as normas de acessibilidade é uma preocupação constante e está previsto como meta no PDI 2016-2020, que traz diversas ações a fim de adequar a infraestrutura da Universidade.

Para assegurar acessibilidade dos estudantes a maior parte das salas de aula do curso de Serviço Social possuem acesso por elevador. No caso da presença de pessoa com mobilidade reduzida em qualquer atividade do curso, caso esse acesso não esteja garantido, imediatamente, em parceria com os setores responsáveis pela infraestrutura, faz-se o remanejamento da atividade. O auditório mais frequentemente utilizado para atividade do curso é acessível Bloco T e da Biblioteca contam com rampa de acesso ou acesso facilitado.

3.7 INTERNACIONALIZAÇÃO E MOBILIDADE

A internacionalização, cuja política aprovada conforme Resolução FURB nº 197/2017, é um processo que integra a dimensão internacional, intercultural e global às metas, funções e implementação do ensino superior. Esta é uma ação que complementa e estende a dimensão local, promovendo o relacionamento entre as nações, povos, culturas, instituições e sistemas. O objetivo do processo de internacionalização é possibilitar aos(as) estudantes e docentes experiências para viver e trabalhar num mundo interconectado. O processo de

internacionalização inclui a pesquisa e a extensão, que estão cada vez mais presentes nas atividades dos grupos de trabalho e que visam, principalmente, levar a Universidade a um patamar de reconhecimento internacional.

Os (as) estudantes de Serviço Social podem utilizar os créditos aprovados de disciplinas cursadas em universidades estrangeiras, seja como aluno regular daquele curso seja como intercambista, para equivaler a disciplinas da matriz curricular. Caso não seja possível a utilização desses créditos para equivalência em disciplinas obrigatórias ou eletivas, ainda há a possibilidade de integralização como AACC, incluindo nesta situação a execução de outras atividades válidas realizadas em universidades estrangeiras.

Essas ações contribuem para a formação de um profissional mais autônomo e globalizado e estimulam a empatia, a tolerância, a solidariedade, o respeito pelo outro e a diversidade cultural, características necessárias ao trabalho de equipe. Tudo isto proporciona ao egresso o aumento de empregabilidade em todo o mundo e amplia seu networking em escala global.

Além disso, estudantes e docentes estrangeiros(as) trazem elementos culturais, econômicos, linguísticos, comportamentais e geográficos que enriquecem a sala de aula, como por exemplo, no ano de 2017 recebemos a estudante Franziska Alice Karin Ittner (nacionalidade: Alemanha) do Curso de Serviço Social da Universidade de Nurnberg – Alemanha. A estudante acompanhou as atividades do Curso de Serviço Social, bem como fez estágio na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES, especificamente no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e frequentou as aulas de estágio em serviço social. A estudante permaneceu por 6 (seis) meses no nosso curso.

A CRI é a responsável pelos convênios e processos de intercâmbio. Atualmente a FURB mantém mais de 60 convênios de cooperação com IESs na Europa, América, Ásia e África, com objetivo de promover a qualificação e atualização do conhecimento, para estudantes, docentes e servidores(as) técnico-administrativos de todas as áreas. Por meio dos convênios, os(as) estudantes podem cursar as disciplinas sem pagar mensalidades no exterior e da FURB. É necessário apenas o pagamento da matrícula na FURB e efetuar o trancamento, para manutenção do vínculo acadêmico. Os critérios para participação dos(as) estudantes são:

- a) integralização de 25% dos créditos previstos na grade curricular de seu curso;
- b) média geral igual ou superior a 7,5;
- c) proficiência no idioma exigido pela universidade de acolhimento.

Os(as) estudantes poderão cursar disciplinas nas IESs estrangeiras pelo período de um ou dois semestres. Esta participação é regulamentada de acordo com editais próprios e ofertas de programas específicos, os quais regram as condições necessárias.

3.7.1 Oferta de disciplinas em língua estrangeira

Desde 2012, a FURB oferta disciplinas lecionadas no idioma inglês. A aprovação da inclusão destas disciplinas consta do Processo CEPE nº 187/2011. Para facilitar o processo de internacionalização, o(a) estudante pode cursar disciplinas em língua estrangeira, previstas na matriz curricular do curso e que tenham disciplinas semelhantes no idioma português, sendo ofertadas em paralelo.

Entre os objetivos desta ação, destacam-se:

- a) proporcionar experiências de educação em outro idioma em áreas específicas;
- b) preparar estudantes para participação em intercâmbios internacionais;
- c) oferecer disciplinas em língua estrangeira para atender a estudantes de universidades estrangeiras;
- d) inserir a FURB no contexto da mobilidade acadêmica internacional de estudantes e docentes.

Os alunos(as) de Serviço Social podem cursar disciplinas em língua estrangeira enquanto disciplina eletiva conforme preconiza na matriz curricular do Curso de Serviço Social.

Por fim, a política de internacionalização está inserida no PDI da Universidade e faz parte das dimensões de avaliação do SINAES / MEC.

4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

4.1 METODOLOGIA

A metodologia de ensino envolve um conjunto de estratégias, métodos e técnicas relacionados ao processo de ensino e aprendizagem.

Os docentes do curso têm se preocupado em adotar metodologias para além das tradicionais, aproveitando tanto formações externas como as que são oferecidas no âmbito da formação institucional. Nesse sentido, em 2019, a maior parte dos docentes participam da formação sobre Metodologias Ativas (Mas).

As Metodologias Ativas, por sua vez, têm desafiado o corpo docente a questionar não apenas o que é necessário ensinar, mas o que é necessário o estudante apreender. Nessa perspectiva, os requerimentos se invertem no sentido de criar oportunidades, por meio das Metodologias Ativas, de o estudante construir o conhecimento necessário, por meio de experiências diversas que podem incluir jogos, por exemplo.

As atividades são planejadas de acordo com as necessidades dos estudantes, viabilizando ações em laboratórios de informática no desenvolvimento de projetos, textos colaborativos, TBL, sala de aula invertida, dentre outros, otimizando o espaço da sala de aula para a construção de conhecimento e, quando necessário, demandando, junto à CAE, a adaptação de materiais e atividades para estudantes com deficiência, espectro autista e altas habilidades.

A experiência tem mostrado o desenvolvimento relativo da autonomia do estudante no sentido de atender aos objetivos esperados para a formação profissional. Por outro lado, evidenciam-se alguns limites relacionados ao domínio da linguagem padrão, à interpretação textual e à comunicação oral, bem como, ao tempo dedicado ao estudo. Visando fazer frente a essas questões, o curso tem adotado estratégias diversas: o aproveitamento da sala de aula para o estudo e debate de textos, mediado ou não por meios que favorecerem a leitura e a compreensão, como: estudos dirigidos, cine debate, produção de materiais (fanzine, mural, folder), dentre outros.

Além disso, algumas disciplinas têm proporcionado o desenvolvimento de atividades socioeducativas em espaços externos à Universidade, cabendo ao estudante o estabelecimento de contato, o levantamento de demanda, e a elaboração, execução e avaliação de propostas. Essas atividades tanto permitem a interação com o meio externo como a relação teórico-prática e tem sido, inclusive, item de avaliação.

Merecem destaque como ação discente que oportuniza a relação teoria-prática a inserção dos/das estudantes em projetos de extensão, de pesquisa e em estágios obrigatórios e não obrigatórios. Quanto mais oportunidades de inserção em ações diferenciadas como as citadas, maior o ganho para o estudante no que diz respeito à articulação teórico-prática, ao desenvolvimento da oralidade e da capacidade de leitura e apreensão da realidade, na direção do perfil desejado para o egresso.

Com respeito às TICs, tem sido usado, sobretudo, os recursos disponíveis no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

4.2 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

No PDI/FURB (2016-2020, p. 71), a organização didático-pedagógica dos cursos de graduação,

[...] pauta-se na definição de desenhos curriculares que garantam: a) inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares; b) oportunidades diferenciadas de integralização curricular; c) atividades práticas; d) atividades acadêmico-científico-culturais (AACCs); e) atividades transversais; f) estágios obrigatórios e não obrigatórios; g) incorporação de avanços tecnológicos

Cabe mencionar que o PPC é

[...] o documento norteador de um curso, que traduz as políticas institucionais, com base nas DCN e é composto, entre outros elementos, pelos conhecimentos e saberes necessários à formação das competências estabelecidas a partir do perfil do egresso; estrutura e conteúdo curricular; ementário; bibliografia básica e complementar; estratégias de ensino; docentes; recursos materiais; laboratórios e infraestrutura de apoio ao pleno funcionamento do curso.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Serviço Social é construído com base nos princípios filosóficos e técnico-metodológicos da Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de Cursos de Graduação e, internamente, e a Resolução nº 201/2017.

O PPC do curso de Serviço Social tem como diretriz pedagógica “desenvolvimento humano integral, ancorado por valores éticos, sociais, culturais e políticos”, formação crítica (PDI, 2017, p. 70).

Seguindo as orientações do PPI (2016-2020, p. 71), o projeto pedagógico do curso adota as diretrizes institucionais: I. Aprendizagem como foco do processo; II. Educação geral; III. Flexibilização; IV. As tecnologias digitais; V. Internacionalização na construção de seu projeto e define como viabilizar esses processos no ensino aprendizagem. A proposta de organização curricular incentiva à interdisciplinaridade; a articulação teoria e prática e a adoção dos temas transversais conforme resolução vigente na FURB.

Moran no texto - Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda, afirma que toda aprendizagem é ativa em algum grau, “exige do aprendiz e do docente formas diferentes de movimentação interna e externa, de motivação, seleção, interpretação, comparação, avaliação, aplicação” (MORAN, 2019, p.1) oportunizando a aprendizagem adotando diversas maneiras, técnicas e procedimentos.

A aprendizagem se constrói num processo equilibrado entre três movimentos principais: a construção individual – em que cada aluno percorre seu caminho -; a grupal – em que aprendemos com os semelhantes, os pares e a orientada, em que aprendemos com alguém mais experiente, com um especialista um professor. A aprendizagem acontece nas múltiplas buscas que cada um faz a partir dos interesses, curiosidade, necessidades. (MORAN, 2019, p. 3).

Ainda utilizando como referência Moran (2019, p 14),

podemos combinar tempos e espaços individuais e grupais, presenciais e digitais, com maior ou menor supervisão Aprendemos melhor quando conseguimos combinar três processos de forma equilibrada: a aprendizagem personalizada (em que cada um pode aprender o básico por si mesmo - aprendizagem prévia, sala de aula invertida); a aprendizagem com diferentes grupos (aprendizagem entre pares, em redes) e a aprendizagem mediada por pessoas mais experientes (professores, orientadores, mentores)

Na prática pedagógica cotidiana, os docentes do curso de serviço social, tem adotado Metodologias, o que possibilita a construção de Aprendizagem Baseada em Equipe (Team Based Learning – TBL), **Aprendizagem Colaborativa**, Aprendizagem Baseada em Problemas – Problem-Based Learning, Aprendizagem Baseada em Projetos – (*Project-Base Learning*).

Esses recursos oportunizaram a docente repensar a organização das atividades didáticas, novos espaços, tempos, dinâmicas as aulas, na expectativa do alcance de uma educação reflexiva, crítica, criativa e propositiva, de acordo com a proposta pedagógica apresentada.

A proposta curricular contempla um conjunto de disciplinas que abordam conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Algumas das disciplinas que contemplam o estudo e discussão desses assuntos são: Alteridade e Direitos Humanos; História da Cultura Afro-brasileira e Indígena; Ética Profissional do Assistente Social; Diversidade e Sociedade; Antropologia Cultural; Política Social: Questão Urbana, Meio Ambiente e Serviço Social; Serviço Social, Participação e Controle Social; Gênero, Violência e Serviço Social, entre outras. Além da oferta da disciplina de libras que é ofertada como um requisito legal, podendo o estudante validar no componente eletivo ou como AACCs.

No que se refere a organização do currículo, de acordo com a Resolução FURB nº 201/2017, em seu artigo 19, define-se três eixos: geral, de articulação e específico. O *eixo geral* que se constitui em espaços comuns e integrados de estudos em torno de temáticas ou disciplinas estruturadas pela PROEN, a partir das demandas apontadas pela sociedade e pela comunidade acadêmica. Objetiva promover a compreensão sobre o significado da educação superior e a interação de acadêmicos e docentes das diferentes áreas do conhecimento, através de vivências nos espaços da Universidade (FURB, 2006, p. 14). O *eixo geral* é composto por 216 horas/aula, sendo 36 h/a destinadas à disciplina obrigatória: Universidade Ciência e Pesquisa, garantindo o que determina o art. 10 da Resolução n. 201/2017. O *eixo de articulação* é composto por 144 h/a. O *eixo específico* é composto pela carga horária específica e necessária para a formação em Serviço Social e é organizado por disciplinas, incluindo os demais componentes curriculares, tais como Estágio, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), AACCs e outros.

Desta forma, busca-se a superação da fragmentação e isolamento dos cursos, das áreas, dos sujeitos, dos componentes curriculares e dos espaços de ensino-aprendizagem. A organização dos componentes curriculares na matriz curricular do curso é na forma de disciplinas. O Quadro 13 ilustra a composição em créditos, horas-aula e horas da matriz curricular do curso.

Além das diretrizes institucionais, a formação em Serviço Social ampara-se nas diretrizes curriculares dos cursos de Serviço Social elaborada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS que propõe um projeto ético-político que:

[...] tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. (NETO, 1999, p. 105).

A perspectiva teórico-metodológica do curso de Serviço Social, pautada nas Diretrizes Curriculares formuladas pela ABEPSS, está centrada em três Núcleos de Fundamentação:

- Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social;
- Núcleo de Fundamentos da Particularidade da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira;
- Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional.

O Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, de acordo com as diretrizes definidas pela ABEPSS, caracteriza-se da seguinte forma:

[...] é responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais da vida social que serão particularizados nos núcleos de fundamentação da realidade brasileira e do trabalho profissional. Objetiva-se uma compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa, apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura, frente a momentos anteriores do desenvolvimento histórico. [...] Este núcleo é responsável, neste sentido, por explicar o processo de conhecimento do ser social, enfatizando as teorias modernas e contemporâneas. O tratamento das diferentes filosofias e teorias tem como perspectiva estabelecer uma compreensão de seus fundamentos e da articulação de suas categorias, o que supõe eliminar a crítica a priori ou a negação ideológica das teorias e filosofias, sem o necessário conhecimento de seus fundamentos. (ABEPSS, 2000, p. 02).

O Núcleo de Fundamentos da Particularidade da Formação Sócio-histórica da sociedade brasileira pretende dar conta dos seguintes aspectos, de acordo com a ABEPSS:

[...] remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano-industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social, etc. (ABEPSS, 2000, p. 03).

Quanto ao terceiro núcleo de fundamentação, denominado de Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, as diretrizes da ABEPSS indicam que:

O conteúdo deste núcleo considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objetivo as múltiplas expressões da questão social. Tal perspectiva, permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: o objeto ou matéria prima sobre a qual incide a ação transformadora; os meios de trabalho – instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto; e a atividade do sujeito direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho. Significa, ainda, reconhecer o produto do trabalho profissional em suas implicações materiais, ídeo-políticas e econômicas. A ação profissional, assim compreendida, exige considerar as condições e relações sociais historicamente estabelecidas, que condicionam o trabalho do assistente social: os organismos empregadores (públicos e privados) e usuários dos serviços prestados; os recursos materiais, humanos e financeiros acionados para a efetivação desse trabalho, e a articulação do assistente social com outros trabalhadores, como partícipe do trabalho coletivo.” (ABEPSS, 2000, p. 03).

Esses três núcleos de fundamentação são entendidos como pressupostos para a efetivação de um projeto de formação profissional que remete, diretamente, a um conjunto de conhecimentos indissociáveis.

Segundo Faustini (2006, p. 622-623),

o ensino do Serviço Social brasileiro tem como exigência clara formar profissionais críticos e criativos que possam responder de forma propositiva e interventiva às situações de injustiça, exclusão, desigualdade e negação de direitos dos sujeitos sociais. Dessa forma, considera-se como essencial a integralidade de uma formação voltada para aspectos éticos, filosóficos, políticos, teóricos e metodológicos que sustentem a direção formativa preconizada. O avançar do conhecimento acerca da prática pedagógica no Serviço Social é essencial para garantir a formação de profissionais com os valores ético-políticos, competências metodológicas e habilidades operativas que apontem à inclusão, à igualdade, à justiça e à cidadania. Essas competências não se constroem somente a partir do ensino de conhecimentos formais, mas especialmente a partir da vivência da construção de saberes pelos alunos, viabilizada pela ênfase em processos pedagógicos que os instrumentalizem para irem, ao longo da vida, reconstruindo seus saberes de forma crítica e criativa e enfrentando os desafios, cada vez mais complexos, que o mundo deles demanda.

4.3 COMPETÊNCIAS E ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PELO ALUNO EM CADA FASE

Competências e Habilidades Gerais: a formação profissional deve viabilizar capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à:

- a) apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade;
- b) análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país;
- c) compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- d) identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado;
- e) utilização dos recursos da informática.

Competências e Habilidades Específicas: a formação profissional deverá desenvolver a capacidade de:

- a) formular e executar políticas sociais em órgãos da administração pública, empresas e organizações da sociedade civil;
- b) elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social;
- c) contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais;
- d) planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- e) realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais;
- f) prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- g) orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos;
- h) realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social;
- i) realizar estudos socioeconômicos para identificação de demandas e necessidades sociais;

- j) exercer funções de direção em organizações públicas e privadas na área de Serviço Social;
- k) supervisionar diretamente estagiários de Serviço Social.

O profissional de Serviço Social, conforme a Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, deverá apresentar, ainda, as seguintes competências e habilidades técnico-operativas: a) assumir o magistério de Serviço Social e coordenar cursos e unidades de ensino; b) estabelecer as dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade; c) propor a interdisciplinaridade como elemento fundante no projeto de formação profissional, do Assistente Social; d) exercitar a indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão; e) estabelecer o exercício do pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica e profissional, impondo o necessário debate sobre as várias tendências teóricas que compõem a produção das ciências humanas e sociais; f) compreender a ética como princípio que perpassa toda a formação profissional; g) defender a indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e formação profissional na atividade de estágio.

4.4 ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC) / ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Em conformidade com a Resolução nº 82/2004, da FURB, o Curso incentivará a participação dos acadêmicos em eventos promovidos pela comunidade, tais como: Conferências Municipais, Regionais, Estaduais e Nacionais de Políticas Públicas (Assistência Social, Saúde, Criança e Adolescente, Mulher, entre outras); seminários, fóruns, feiras, além da promoção de atividades previstas no Artigo 5º da referida Resolução.

4.5 ESTÁGIO

Segundo o Art. 1º da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, o estágio constitui

[...] ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2008).

O estágio pode ser obrigatório e não-obrigatório. O estágio obrigatório é atividade curricular, “definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação

e obtenção de diploma”, conforme o § 1º do Art. 2º da Lei nº 11.788/2008 (BRASIL, 2008). Por sua vez, o “Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória”, segundo dispõe o § 2º do Art. 2º da Lei nº 11.788/2008. (BRASIL, 2008).

Do Estágio Obrigatório:

O Estágio em Serviço Social é um componente curricular que objetiva capacitar o estudante para o exercício do trabalho profissional, pressupondo supervisão pedagógica e profissional sistemática, conforme estabelece a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/93). Esta atividade se configura a partir da inserção do estudante em um dos diferentes espaços sócio institucionais nos quais atuam os assistentes sociais. Segundo Iamamoto (1998, p. 268), o estágio constitui “[...] um dos espaços privilegiados de contato direto dos acadêmicos com o cotidiano institucional no mercado de trabalho, com as experiências de trabalho desenvolvidas por assistentes sociais e outros profissionais afins”.

Prossegue a autora afirmando que, elemento-chave no processo de formação profissional, o estágio requer capacitação teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, além do reconhecimento das necessidades postas pela sociedade à profissão. (IAMAMOTO, 1992). Sob esta perspectiva, não se resume à execução, mas supõe preocupação investigativa e indagações teóricas acerca dos processos sociais. Desse modo, o estudante deve desenvolver capacidade para: problematizar teórica e historicamente o contexto conjuntural e sócio institucional da prática profissional; delimitar o objeto de intervenção e descobrir estratégias políticas de ação; compreender o espaço profissional e institucional e os papéis desempenhados pelo assistente social (IAMAMOTO, 1992). Em síntese, o estudante deve tratar a prática cotidiana como desafio intelectual e operativo.

Para os professores, “o ensino da prática” constitui um desafio pedagógico que consiste em aprofundar os elementos teórico-metodológicos e históricos apreendidos nas diversas disciplinas, de modo que, articulados à prática profissional, possibilitem “definir e apontar alternativas viáveis e condizentes com o próprio movimento da realidade e com os propósitos profissionais.” (IAMAMOTO, 1992, p. 205).

A Política Nacional de Estágio afirma que o

[...] estágio se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do(a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir,

posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais. (ABEPSS, PNE, 2010 p.11).

Nesse sentido, a formação e o exercício profissional exigem atualização constante e capacidade analítica e propositiva.

No que diz respeito à operacionalização do estágio em Serviço Social, em consonância com a Resolução FURB nº 89/2018, o curso conta com o professor de estágio, docente responsável pelo planejamento, operacionalização, avaliação e respectivos registros acadêmicos, e com o supervisor de estágio, que acompanha, orienta e supervisiona o(a) estagiário(a) durante o desenvolvimento de suas atividades no campo de estágio.

O estágio tem duração de três semestres, iniciando na 5ª fase e terminando na 7ª fase, em um indissociável processo teórico-prático, com 72h/a (setenta e duas) horas-aula de supervisão acadêmica e 108h/a (cento e oito) horas-aula de atividades na unidade concedente, totalizando, para o estudante a realização de 180h/a (ou 150 horas relógio) semestrais, e 540h/a total nos três semestres. O professor de estágio perceberá somente o valor correspondente à supervisão acadêmica efetuada em sala de aula, ou seja, 4 (quatro) horas-aula, independentemente do número de alunos. Já o supervisor de campo, em consonância com a Resolução FURB nº 89/2018, não será remunerado.

A abertura de vagas de estágio nas instituições caberá ao Professor de Estágio, que deve estabelecer contatos sistemáticos com as instituições a fim de interpretar a proposta de formação e articular a abertura de vagas para o estágio. Para a abertura de vagas nas instituições é condição a existência de assistente social para prestar supervisão direta aos alunos, de acordo com a Lei nº 8.662/93, que Regulamenta a Profissão, no parágrafo único do artigo 14, bem como com a Resolução nº 533/2008, do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). As vagas de estágio serão divulgadas pelo Professor de Estágio aos alunos devidamente matriculados, os quais serão encaminhados às respectivas instituições. Conforme essa legislação, é facultada às instituições a realização de processo seletivo para a escolha do estudante para ocupar a vaga de estágio. Após a resposta da Unidade Concedente, o Professor de Estágio providenciará o Termo de Compromisso, o qual será assinado por representante da Unidade Concedente, da Universidade, pelo Estudante e pelo Supervisor de Campo (a Lei nº 11.788/2008 dispensa a celebração de Convênio).

Para a inserção do estudante no campo de estágio é condição a matrícula na disciplina Estágio em Serviço Social I, Estágio em Serviço Social II e em Estágio em Serviço Social III, respeitando-se os pré-requisitos estabelecidos neste PPC. Além disso, a inserção no campo de estágio será formalizada mediante assinatura do Termo de Compromisso anteriormente mencionado. Não há remuneração e o estágio não gera vínculo de emprego, conforme dispõe a Lei nº 11.788/2008, sendo a FURB a responsável pela apólice de seguro do estudante, desde que devidamente matriculado.

Sob a supervisão do Professor de Estágio, o estudante elaborará a documentação de estágio, composta por Estudo da Instituição, Plano de Estágio e Projeto de Intervenção, o qual terá por finalidade responder a uma demanda identificada em conjunto com o assistente social supervisor de campo e será avaliado e sistematizado no relatório de estágio. Os documentos resultantes do estágio, tais como o Projeto de Intervenção e o Relatório de Estágio, serão disponibilizados para a Unidade Concedente.

A realização do estágio acompanha o calendário acadêmico, não havendo interrupção no mês de julho, durante o recesso escolar. O dia e o horário de estágio são combinados entre o estudante, a Unidade Concedente e o Professor de Estágio, considerando a disponibilidade do(a) supervisor(a) de campo.

Os campos de estágio serão credenciados no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) 12ª Região pelo Professor de Estágio que atualizará os dados, semestralmente, sobre o campo de estágio, o estudante e o profissional supervisor de campo. O credenciamento deve-se ao fato de que a supervisão de estudantes de Serviço Social é atribuição privativa do assistente social devidamente habilitado ao exercício da profissão, sendo o CRESS o órgão responsável pela fiscalização do exercício profissional.

Após a conclusão dos três níveis de estágio, o Professor de Estágio fornecerá para cada estudante, Atestado de Supervisão de Estágio, que é um comprovante de cumprimento do estágio, contendo as seguintes informações: instituição e local onde foi desenvolvido o estágio, o período, a carga horária, os nomes do supervisor de campo e do professor de estágio, com seus respectivos números de registro no CRESS. Esse documento, assinado pelos supervisores, constitui uma das exigências para efetuar o registro no CRESS, conforme dispõe o Artigo 28 da Resolução nº 582, de 01 de julho de 2010, expedida pelo CFESS.

Do Estágio Não-obrigatório:

Ao estágio não-obrigatório em Serviço Social serão aplicadas as regras da Resolução FURB nº 89/2018, as orientações do Núcleo de Gestão de Estágios da FURB, as exigências da Lei nº 8.662/1993, da Política Nacional de Estágio da ABEPSS e da Resolução CFESS nº 533/2008.

Por ser atividade que visa à formação profissional, as atividades do Plano de Estágio também devem atender as competências e atribuições profissionais e a supervisão deve ser realizada por assistente social devidamente registrado no Conselho Profissional.

Os estudantes podem se inserir no estágio não obrigatório em fluxo contínuo desde a primeira fase do curso, desde que cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação.

O acompanhamento das atividades desenvolvidas no estágio não-obrigatório será de competência do coordenador de colegiado de curso, segundo dispõe a Resolução FURB nº 89/2018.

Os assistentes sociais supervisores das Unidades Concedentes também compõem o Fórum de Supervisão de Estágio.

Fórum de Supervisão de Estágio:

Faz parte da organização do estágio o Fórum de Supervisão de Estágio.

Fóruns são instâncias ampliadas de participação e de representação política. Além de se constituírem como espaços para a explicitação de diferentes concepções acerca da realidade e que orientam a prática social. São assembleias permanentes que reúnem categorias sociais organizadas e interessadas numa temática específica. A constituição do Fórum de Supervisão segue a orientação da ABEPSS, sendo que o Fórum Catarinense de Supervisão de Estágio foi articulado, em 2012, pelo CRESS 12ª Região, pela ENESSO Região VI e pela ABEPSS, Regional Sul I. A finalidade do Fórum de Supervisão é garantir um espaço de diálogo entre os campos de estágio, UFAS, ABEPSS, CRESS, ENESSO Região VI para aprofundar os conhecimentos construídos na formação acadêmica e a sua articulação no exercício profissional, conforme as Diretrizes Curriculares da ABEPSS e o Projeto Ético Político da profissão (CRESS, 2012, p. 1).

O documento “Parâmetros para Organização dos Fóruns de Supervisão de Estágios em Serviço Social”, publicado pela ABEPSS em 2018, caracteriza o Fórum de Supervisão como o “[...] Lócus de debates teórico-políticos que põem em cena, as discussões sobre os limites, as

possibilidades e as contradições do processo de formação e do exercício profissional, diante do cenário contemporâneo, contribuindo dessa forma para o fortalecimento do projeto-ético-político profissional” (Lewgoy, 2015 *apud* ABEPSS, 2018). São ainda espaços coletivos e democráticos de debates, de troca de experiência e de fortalecimento do lugar privilegiado de síntese do estágio na formação profissional. (ABEPSS, 2018).

Nessa direção, o Fórum de Supervisão de Estágio em Serviço Social, na FURB, composto por professores do Departamento de Serviço Social, supervisores acadêmicos, por assistentes sociais que exercem a supervisão direta de estágio obrigatório e não-obrigatório de estudantes de Serviço Social das instituições campos de estágio e por estagiários, procura construir coletivamente a pauta entre esse coletivo, tendo como referência as demandas da realidade de cada segmento e do contexto no qual estão inseridos.

Os encontros do Fórum de Supervisão ocorrerem pelo menos duas (2) vezes por semestre, conforme calendário organizado pelo Professor de Estágio e aprovado pelo Colegiado de Serviço Social.

4.6 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso, requisito para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, constitui uma monografia científica e deve ser elaborado sob a orientação de um professor, dentro dos padrões e exigências metodológicas acadêmico-científicas. Nele, o aluno deverá sistematizar o conhecimento resultante de indagações, preferencialmente, geradas a partir da experiência de estágio (ABEPSS, 1996). Nesta direção, “[...] trata-se de um *momento de síntese* da formação profissional, realizada por um recorte temático, podendo expressar-se em sistematização da experiência de estágio, ensaio teórico e/ou exposição dos resultados de uma pesquisa bibliográfica ou de campo” (IAMAMOTO, 1998, p. 286) que procura trazer reflexões significativas para a profissão.

4.7 COMPONENTES CURRICULARES NA MODALIDADE A DISTÂNCIA (EAD)

De acordo com a Resolução FURB nº 03/2020, que “altera a Política Institucional para oferta de componentes curriculares à distância de cursos presenciais da Fundação Universidade Regional de Blumenau” e determina que há possibilidade da modalidade de ensino à distância, com a mediação pedagógica através do uso de tecnologias digitais de informação e

comunicação ser incorporada ao ensino no curso presencial. Desta forma, de acordo com as orientações para EAD estabelecidas pela Divisão de Modalidades de Ensino (DME) na FURB, o curso passa a contar com períodos de autoestudo, formulados com a mediação do corpo docente, com previsão de apoio tutorial e/ou monitoria, com atividades síncronas e assíncronas, vinculadas ao uso da tecnologia digital por meio da plataforma AVA. Atendendo a esse regramento, a partir da Resolução nº 201/2017 (alterada pela Res. 03/2020) há oferta de disciplinas do eixo geral e de temas transversais na modalidade à distância. O quadro 12 indica os modelos de oferta.

Quadro 12 – Componentes Curriculares

Fase	Componente Curricular	Eixo	Modelo	Carga horária (h/a)
1	Produção Textual Acadêmica	Geral	100% EAD	72 h/a
2	Universidade, Ciência e Pesquisa	Geral	80% EAD	36 h/a
4	Alteridade e Direitos Humanos	Geral	80% EAD	36 h/a
4	História da Cultura Afro-brasileira e Indígena	Geral	80% EAD	36 h/a
5	Diversidade e Sociedade	Geral	80% EAD	36 h/a
	TOTAL			216 h/a

Fonte: NDE (2019).

A oferta dos componentes curriculares do eixo geral seguirá a organização institucional definida pela PROEN.

4.8 REGIME CONCENTRADO OU AULAS AOS SÁBADOS

Não se aplica nesse PPC.

4.9 SAÍDAS A CAMPO

Não se aplica nesse PPC.

4.10 INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA LOCAL E REGIONAL DE SAÚDE E O SUS

Não se aplica nesse PPC.

4.11 ESTRUTURA CURRICULAR

4.11.1 Matriz curricular

O Quadro 13 apresenta a matriz curricular do Curso de Serviço Social. Na coluna de carga horária, além da tradicional subdivisão entre teórica e prática, há uma nova coluna

denominada EXT – Extensão e EC – Atividades Extraclasse. A carga horária atribuída ao docente será aquela prevista para atividades presenciais (teórica + prática), ou seja, o professor não será remunerado pelas horas de integralização da extensão e nem nas atividades extraclasse, isso significa que as horas de dedicação ao estudante de forma autônoma em atividade extraclasse não serão acrescidas à carga horária do docente.

Quadro 13 - Matriz Curricular

Fase	Componente Curricular	Eixo ¹	Carga horária ²				EaD ³	Ext. ⁴	CA ⁵	CF ⁶	Pré- Requisitos
			T	P	AE	Total					
1	Produção Textual Acadêmica	EG	72	0	0	72	80%	0	4	4	
	Economia Política	EA	72	0	0	72	0%	0	4	4	
	Introdução ao Serviço Social	EE	72	0	36	108	0%	0	6	4	
	Fundamentos Teórico- Metodológicos do Serviço Social I	EE	72	0	0	72	0%	0	4	4	
	Serviço Social e Questão Social	EE	72	0	36	108	0%	0	6	4	
	Prática Desportiva I	EE	0	36	0	0	0%	0	0	2	
Subtotal			360	36	72	432		0	24	22	
2	Filosofia	EA	36	0	0	36	0%	0	2	2	
	Universidade, Ciência e Pesquisa	EG	36	0	0	36	80%	0	2	2	
	Extensão, Universidade e Sociedade	EE	18	18	36	72	0%	72	4	2	
	Teoria Sociológica I	EE	72	0	0	72	0%	0	4	4	
	Fundamentos Teórico- metodológicos do Serviço Social II	EE	72	0	0	72	0%	0	4	4	
	Processos de Trabalho e Serviço Social I	EE	72	0	0	72	0%	0	4	4	
	Prática Desportiva II	EE	0	36	0	0	0%	0	0	2	
Subtotal			306	54	36	360		72	20	20	
3	Teoria Sociológica II	EE	72	0	0	72	0%	0	4	4	
	Fundamentos Teórico- metodológicos do Serviço Social III	EE	72	0	0	72	0%	0	4	4	
	Processos de Trabalho e Serviço Social II	EE	54	18	36	108	0%	0	6	4	
	Serviço Social, Família e Gerações	EE	54	18	36	108	0%	36	6	4	
	Gestão Social e Planejamento em Serviço Social I	EE	72	0	0	72	0%	0	4	4	
Subtotal			324	36	72	432		36	24	20	
4	Alteridade e Direitos Humanos	EG	36	0	0	36	80%	0	2	2	
	História da Cultura Afro-brasileira e Indígena	EG	36	0	0	36	80%	0	2	2	
	Ética Profissional do Assistente Social	EE	72	0	36	108	0%	0	6	4	
	Processos de Trabalho e Serviço Social III	EE	54	18	36	108	0%	0	6	4	
	Política Social e Serviço Social	EE	72	0	0	72	0%	0	4	4	
	Gestão Social e Planejamento em Serviço Social II	EE	54	18	36	108	0%	18	6	4	

		Subtotal	324	36	108	468		18	26	
5	Diversidade e Sociedade	EG	36	0	0	36	80%	0	2	2
	Antropologia Cultural	EA	36	0	0	36	0%	0	2	2
	Política Social: Assistência Social e Serviço Social	EE	54	18	36	108	0%	36	6	4
	Política Social: Educação e Serviço Social	EE	54	18	0	72	0%	36	4	4
	Movimentos Sociais e Serviço Social	EE	54	18	36	108	0%	36	6	4
	Estágio em Serviço Social I	EE	72	108	0	180	0%	0	10	4
		Subtotal	306	162	72	540		108	30	20
6	Política Social: Previdência Social e Serviço Social	EE	54	18	0	72	0%	36	4	4
	Política Social: Questão Urbana, Meio Ambiente e Serviço Social	EE	54	18	0	72	0%	36	4	4
	Pesquisa em Serviço Social I	EE	72	0	0	72	0%	0	4	4
	Estágio em Serviço Social II	EE	72	108	0	180	0%	0	10	4
		Subtotal	252	144	0	396		72	22	16
7	Política Social: Saúde e Serviço Social	EE	54	18	36	108	0%	36	6	4
	Serviço Social, Participação e Controle Social	EE	72	0	36	108	0%	0	6	4
	Pesquisa em Serviço Social II	EE	72	0	36	108	0%	0	6	4
	Estágio em Serviço Social III	EE	72	108	0	180	0%	0	10	4
		Subtotal	270	126	108	504		36	28	16
8	Disciplina Eletiva	EE	72	0	0	72	0%	0	4	4
	Seminários Temáticos em Serviço Social	EE	72	0	0	72	0%	0	4	4
	Gênero, Violência e Serviço Social	EE	54	18	0	72	0%	36	4	4
	Trabalho de Conclusão de Curso	EE	108	0	0	108	0%	0	6	6
		Subtotal	306	18	0	324		36	18	18
AACC						180			10	
		TOTAL	2448	612	468	3636		378	202	132

- (1) EE – Eixo Específico; EA – Eixo Articulador; EG Eixo Geral
 (2) T – Teórica; P – Prática, PCC - Prática como componente curricular; AE – Atividades Extraclasse
 (3) Ext. – Extensão (informar a carga horária com atividades de extensão caso seja inserida como parte de componentes curriculares, nesta organização as atividades serão distribuídas dentro das horas aula teóricas, práticas ou extraclasse. Se a extensão for inserida apenas em componentes específicos extensionistas a coluna Ext. poderá ser excluída)
 (4) EaD – Educação a Distância
 (5) Créditos Acadêmicos
 (6) Créditos Financeiros

Total da Matriz	3636	Observar instrumentos normativos do CNE
Eixo Geral	216	mínimo 216
Eixo Articulador (EA) ou Eixo Articulador das Licenciaturas	144	mínimo 144 bacharelado ou cursos superiores de tecnologia (EA) e 972 licenciaturas (EAL)
Estágio Obrigatório	540	observar carga horária DCNs
AACC	180	observar DCNs
Extensão	378	10% do total da carga horária do curso
Universidade, Ciência e Pesquisa	36	obrigatório para bacharelados

Componentes Curriculares Optativos

Fase	Componente Curricular	Eixo ¹	Carga horária ²				CA ³	CF ⁴	Pré- Requisitos	
			T	P	AE	Total				
	Libras	EE	72	0	0	72		4	4	

4.11.2 Pré-requisitos

O estabelecimento de pré-requisito supõe a existência de “disciplinas que apresentem essencial dependência de conceitos ou habilidades adquiridas anteriormente” (FURB, 2006, p. 36). Nesta perspectiva, consideramos disciplinas pré-requisitos as que seguem:

Quadro 14 – Componentes Curriculares

componente curricular	pré-requisito – carga horária	justificativa
Pesquisa em Serviço Social II	Pesquisa em Serviço Social I	As disciplinas de pesquisa visam a inserção do aluno em atividades de iniciação científica. Na disciplina Pesquisa em Serviço Social I o aluno elabora, a partir de um objeto de estudo na área de Serviço Social, o projeto de pesquisa, o qual será desenvolvido na disciplina Pesquisa em Serviço Social II, dando origem ao relatório de pesquisa.
Estágio em Serviço Social I	Processos de Trabalho e Serviço Social I, II e III	A disciplina aborda as dimensões teórico-metodológicas e técnico-operativas da intervenção, conteúdos necessários para o desenvolvimento do Estágio.
	Fundamentos Teórico Metodológicos do Serviço Social I, II e III	A disciplina aborda a implementação do Projeto Ético Político da profissão e as construções teórico-metodológicas do Serviço Social na contemporaneidade, conteúdos necessários para a inserção nos campos de estágio e para a compreensão da atuação profissional nos diferentes espaços ocupacionais.
	Ética Profissional do Assistente Social	A disciplina aborda questões éticas da atualidade, a relação entre ética, moral e teoria social, a trajetória dos Códigos de Ética da profissão, o Código de Ética em vigor e os instrumentos processuais. Tais conteúdos constituem condição para a inserção nos campos de estágio e para o desenvolvimento da prática profissional.
	Gestão Social II	A disciplina aborda conteúdos relativos ao planejamento, execução e avaliação de projetos sociais, conteúdos necessários para instrumentalizar o estudante para elaboração dos documentos relativos ao Estágio.
Estágio em Serviço Social II	Estágio em Serviço Social I	No Estágio em Serviço Social I o aluno é inserido no campo de estágio. Sob a orientação do Professor de Estágio, elabora o Plano de Estágio, contendo o estudo institucional e o projeto de intervenção, que

		será desenvolvido ao longo do processo de estágio e avaliado ao final.
Estágio em Serviço Social III	Estágio em Serviço Social II	No Estágio em Serviço Social II o aluno dá continuidade ao desenvolvimento do Plano de Estágio, sob a orientação do Professor de Estágio, o qual será concluído e avaliado no Estágio em Serviço Social III.
Trabalho de Conclusão de Curso	Pesquisa em Serviço Social I e II	A disciplina de Pesquisa em Serviço Social I é destinada à elaboração do projeto que será desenvolvido na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso.

4.11.3 Detalhamento dos componentes curriculares

4.11.3.1 Detalhamento dos componentes curriculares do Eixo Geral

Componente Curricular: Alteridade e Direitos Humanos
Ementa: Aspectos e relações históricas, políticas e culturais de direitos humanos. Legislação e convenções internacionais, nacionais e locais de direitos humanos. Princípios fundamentais para os direitos humanos e cidadania. Organizações públicas e sociais de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos. Reparação das formas de violação de direitos.
Objetivos: Reconhecer os direitos humanos como princípio fundamental para a convivência democrática e igualitária, afirmando valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade promovendo a alteridade e a dignidade da pessoa humana.
Bibliografia Básica: CLAUDE, Richard P.; ANDREOPOULOS, George. (orgs). Educação em direitos humanos para o século XXI . São Paulo: EDUSP, 2007. SIDEKUM, Antonio; WOLKMER, Antonio Carlos; RADAELLI, Samuel Manica (orgs). Enciclopédia Latino-Americana dos Direitos Humanos . Blumenau: Edifurb; Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2016. SILVA, Aínda Maria Monteiro; TAVARES, Celma (orgs). Políticas e Fundamentos da Educação em Direitos Humanos . São Paulo: Cortez, 2010
Complementar: BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais . Brasília, 2013. FERNANDES, Angela V. N.; PALUDETO, Melina C. Educação e Direitos Humanos: Desafios para a Escola Contemporânea . Cadernos CEDES. Campinas, Vol. 30, n. 18, p. 233-249, mai-ago. 2010.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos Humanos Fundamentais**. 13ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

ONU, Organização Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Nova York: 1948.

Componente Curricular: Diversidade e Sociedade

Ementa: Diversidade e desigualdade. Diversidade e cultura: religiosidades, identidade de gênero e relações étnico-raciais. Preconceito, intolerância e violência.

Objetivos: Combater a desigualdade social e cultural e reconhecer a diversidade como condição para a vida pessoal, para a vida em sociedade e para o exercício profissional, bem como para o exercício da cidadania.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 236 p.

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 301 p.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 476 p.

Complementar:

FLEURI, Reinaldo Matias et.al (orgs). **Diversidade Religiosa e direitos humanos: conhecer, respeitar e conviver**. Blumenau: Edifurb, 2013. Disponível em

<http://gpead.org/wp-content/uploads/2015/05/Livro-DR-DH.pdf> Acesso em 07 julho 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 14ª ed. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

PINSKY, Jaime (Org.). **12 faces do preconceito**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2004. 123p.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: etnocentrismo e ciências sociais – Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

RIAL, Carmen; PEDRO, Joana Maria; AREND, Silvia Maria Fávero (Orgs.) **Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. 427 p.

SANSONE, Livio. **Negritude sem etnicidade**. Salvador: Edufba; Pallas, 2003. 335p. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8750/3/Negritude%20sem%20etnicidade%20Cupy.pdf>. Acesso em 7 jul. 2017.

SIDEKUM, Antonio; WOLKMER, Antonio Carlos; RADAELLI, Samuel Manica (orgs). **Enciclopédia Latino-Americana dos Direitos Humanos**. Blumenau: Edifurb; Nova Petrópolis:

Nova Harmonia, 2016.

Componente Curricular: História da Cultura Afro-brasileira e Indígena

Ementa: História e cultura afro-brasileira e indígena: contribuições e influências das diversidades étnicas na formação da sociedade brasileira no passado, presente e futuro. Construção da ideia de raça. Ideologia do branqueamento. Mito da democracia racial. Novas abordagens sobre história, memória e identidades afro-brasileiras e indígenas. Ações afirmativas.

Objetivos: Reconhecer a importância da história e cultura afro-brasileira e indígena para a formação da sociedade brasileira no passado, presente e futuro, discutindo temas relacionados aos grupos étnicos na convivência sociocultural e na prática profissional.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, Elma, J.; FAUSTINO, Rosangela. (orgs). **Educação e diversidade cultural**. Marinhá: eduem, 2012.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

LOPES, Nei. **História e cultura africana e afro-brasileira**. São Paulo: Barsa Planeta, 2008.

Complementar:

PACHECO DE OLIVEIRA, J. & ROCHA FREIRE, C.A. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília, SECAD/MEC e UNESCO, 2006.

PEREIRA, Márcia Guerra. **História da África, uma disciplina em construção**. Tese de doutoramento. São Paulo: PUC, 2012.

SANTOS, Joel Rufino dos. **A questão do negro na sala de aula**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

SOUZA, Marina de Mello. **África e Brasil africano**. São Paulo: Ática, 2007.

WITTMANN, Luisa. **Ensino de História Indígena**. Rio de Janeiro: Autêntica, 2015

Componente Curricular: Produção Textual Acadêmica

Ementa: Produção textual na esfera acadêmica: relações de poder e identidade. Princípios e técnicas de estudo: esquemas, mapas e diário de leitura. Práticas de leitura, oralidade e escrita: características da linguagem, autoria e organização textual da produção científica. Gêneros textuais da esfera acadêmica: resumo, resenha, relatório, artigo científico. Coesão, coerência e tópicos gramaticais relacionados à norma padrão.

Objetivos: Compreender e aprimorar práticas de leitura, oralidade e escrita específicas da esfera acadêmica, produzindo gêneros textuais, orais e escritos, de acordo com a norma padrão.

Bibliografia Básica:

MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. **Resenha**. São

Paulo: Parábola, 2004.

MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. **Resumo**. São Paulo: Parábola, 2004.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola, c2010.

Complementar:

BAZERMAN, Charles. Pagando o aluguel: particularidade e inovação no processo de produção da linguagem. In: VÓVIO, C.; SITO, L.; GRANDE, P. (orgs.) **Letramentos: rupturas, deslocamentos e repercussões de pesquisas em linguística aplicada**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010. p. 163-175.

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão. **Oficina de texto**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 319 p.

GIERING, Maria Eduarda. et al. **Análise e produção de textos**. São Leopoldo: UNISINOS, [199?]. 137p.

MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. **Planejar gêneros acadêmicos**. São Paulo: Parábola, 2005. 116 p.

STREET, B. Dimensões “escondidas” na escrita de artigos acadêmicos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 28, n. 2, p. 541-567, jul./dez. 2010.

Componente Curricular: Universidade, Ciência e Pesquisa

Ementa: O sentido da ciência e da tecnologia no mundo contemporâneo. Evolução da universidade no mundo. Características, funções e desafios da universidade na sociedade contemporânea. A FURB: histórico, experiências, contribuições e desafios do ensino, pesquisa e extensão. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/CPA.

Objetivos: Relacionar ciência, tecnologia e universidade, compreendendo as funções desta instituição para o desenvolvimento econômico e social do seu entorno e dos países, bem como conhecer as atividades de pesquisa e extensão na FURB, visando aproximar a formação acadêmica da sociedade e do mundo do trabalho. Destacar a importância da participação dos(as) estudantes na elaboração, execução e controle do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/Comissão Própria de Avaliação – CPA.

Bibliografia Básica:

DEMO, Pedro. **Praticar ciência: Metodologias do conhecimento científico**. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FIHO, Naomar de. **A universidade no século XXI:** para uma universidade nova. Coimbra, Almedina, 2008.

Complementar:

AZEVEDO, Israel Belo de. **O prazer da produção científica:** passos práticos para a produção de trabalhos acadêmicos. 13. ed. totalmente atual. São Paulo: Hagnos, 2012.

FLICK. Uwe. **Introdução à Metodologia de Pesquisa:** Um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar; HEINZLE, Marcia Regina Selpa. **Internacionalização na educação superior:** políticas, integração e mobilidade acadêmica. Blumenau: Edifurb, 2015.

SCHWARTZMAN, Simon. **Ciência, Universidade e Ideologia:** a política do conhecimento. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

4.11.3.2 Detalhamento dos componentes curriculares específicos do curso

Fase 1

Componente Curricular: Economia Política
Área Temática: Economia
Ementa: Introdução à economia: principais conceitos. O método na Ciência Econômica. Os Sistemas Econômicos e a organização da economia para o enfrentamento dos problemas econômicos: recursos, escassez e escolha. Introdução à economia política. A economia pré-clássica: ideias econômicas anteriores a Adam Smith. A escola clássica da economia política. Karl Marx e a crítica da economia política clássica. A escola neoclássica. Keynes, Kalecki e a crítica da economia neoclássica. A contrarrevolução liberal. Introdução crítica aos problemas econômicos contemporâneos.
Objetivos: A disciplina tem por objetivo propiciar aos discentes a familiarização com as noções básicas da teoria econômica, despertando-lhes o interesse por suas aplicações nas mais variadas esferas de atuação. O desenvolvimento pleno da disciplina deve permitir à/ao estudante compreender as principais teorias e doutrinas econômicas, formar um referencial das ideias econômicas fundamentais, compor um quadro evolutivo da economia política e, de forma crítica, examinar básicas da teoria econômica, despertando-lhes o interesse por suas aplicações nas mais variadas esferas de atuação. O desenvolvimento pleno da disciplina deve permitir à/ao estudante compreender as principais teorias e doutrinas econômicas, formar um referencial das ideias econômicas fundamentais, compor um quadro evolutivo da economia política e, de forma crítica, examinar teórica e praticamente a economia contemporânea.
Bibliografia básica: GASTALDI, J. Petrelli (José Petrelli). Elementos de economia política. 19. ed. São Paulo: Saraiva,

2005. xxii, 480 p, il.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 268 p, il.

ROSSETTI, Jose Paschoal. **Introdução à economia**. 20ed. São Paulo: Atlas, 2003. 922p.

SINGER, Paul. **Curso de introdução a economia política**. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. 186 p.

Bibliografia complementar:

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 185p, il. (Os economistas). Revisão sobre a edição de 1982 e tradução do prefácio de 1982 de Nestor Deola.

FURTADO, Celso. **Prefácio a nova economia política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 137 p. (O mundo de hoje, v.15).

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986, c1983. 243p. (Os economistas).

GUITTON, Henri. **Economia política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. 4v, il. (Biblioteca fundo universal de cultura. Estante de economia). Tradução de Economie politique.

HEILBRONER, Robert L. **A natureza e a lógica do capitalismo**. São Paulo: Ática, 1988. 168p. (Fundamentos, 43).

Componente Curricular: **Introdução ao Serviço Social**

Área Temática: Fundamentos do Serviço Social

Ementa: O curso de Serviço Social e a Universidade. O Serviço Social na divisão sócio-técnica do trabalho. Apresentação e análise da lei de Regulamentação da Profissão. Os diferentes campos de atuação profissional no contexto contemporâneo. Tendências do mercado de trabalho. O assistente social como trabalhador. A organização política da categoria profissional. O profissional de Serviço Social e a consolidação e ampliação de direitos sociais.

Objetivos: Situar o aluno na Universidade, no curso de Serviço Social e nos espaços sócio-ocupacionais da profissão.

Bibliografia básica:

BOSCHETTI, Ivanete. Condições de trabalho e a luta dos assistentes sociais pela jornada semanal de 30 horas =: Work conditions and the social workers' struggle for a thirty-hour working journey. **Serviço social & sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 557-584, jul./set. 2011.

FALEIROS, Vicente de Paula. O que serviço social quer dizer =: What does social work mean. **Serviço social & sociedade**, São Paulo, n. 108, p. 748-761, out./dez. 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 326 p.

Bibliografia complementar:

- CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (9. REGIÃO). Legislação brasileira para o serviço social: coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentação da (o) Assistente Social. 2. ed. rev., ampl. e atual. até dezembro de 2005. São Paulo: O Conselho, 21006. 478 p.
- MARTINELLI, Maria Lucia. **Serviço Social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 1989.
- SANT'ANA, Raquel Santos. O desafio da implantação do projeto ético-político do serviço social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 21, n. 62, p. 73-92, mar. 2000.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2007. 511 p.
- TEIXEIRA, Joaquina Barata. BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: Conselho Federal de Serviço Social; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço social (Org.). **Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais**. CFESS, ABEPSS, Brasília, 2009.

Componente Curricular: **Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social I**

Área Temática: Fundamentos do Serviço Social

Ementa: A expansão do capitalismo, a questão social e as demandas societárias. A trajetória do serviço social na Europa e nos Estados Unidos e a influência das matrizes teóricas. A constituição do Serviço Social como profissão no Brasil e sua trajetória histórica e teórico-metodológica até os anos de 1950.

Objetivos: Apresentar o contexto sócio-histórico da questão social no capitalismo monopolista. Discutir as condições de emergência, institucionalização e desenvolvimento do Serviço Social no mundo e no Brasil.

Bibliografia básica:

- IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1986. 383 p.
- MARTINELLI, Maria Lucia. **Serviço social: identidade e alienação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1997. 165p, il.
- ORTIZ, Fátima Grave. **O serviço social no Brasil: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes**. Rio de Janeiro: E-papers: FAPERJ, 2010. 226 p.

Bibliografia complementar:

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá.** 4. ed. São Paulo: Cortez; Piracicaba [SP] : UNIMEP, 1989. 152 p.

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil.** 8. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992. 211p.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo monopolista e serviço social.** São Paulo: Cortez, 1992. 165p.

SETUBAL, Aglair Alencar. Alguns aspectos da história do serviço social no Brasil. In: **Serviço Social & Sociedade**, 4(12): 109-139, ago. 1983.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O serviço social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura.** São Paulo: Cortez, 1995. 311 p.

Componente Curricular: Serviço Social e Questão Social
Área Temática: Serviço Social
Ementa: O significado contemporâneo da questão social e a exclusão do acesso aos direitos econômicos, políticos e sociais. As principais expressões da questão social local, regional e nacional, priorizando estudos sobre desemprego, pobreza, a precarização das relações e condições de trabalho, formas de preconceito e de discriminação. A questão social como objeto de trabalho do Serviço Social.
Objetivos: Analisar a realidade social no capitalismo contemporâneo, identificando os processos sociais geradores das várias expressões da questão social, objeto de trabalho do Serviço Social.
Bibliografia básica: BÓGUS, Lúcia; YAZBECK, Maria Carmelita; WANDERLEY, Mariângela Belfiore. Desigualdade e a questão social. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Educ., 2000. 272p. DUARTE JUNIOR, Joao-Francisco. O que é realidade. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. 103p. IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2000. 326p. PEREIRA, Potyara Amazoneida P. Questão social, serviço social e direitos de cidadania. Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, v. 2, n. 3, p. 51-61, jan./jun. 2001.
Bibliografia complementar:

DUARTE JUNIOR, João Francisco. **O que é realidade**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

MARCONDES FILHO, C. **O capital da notícia**: jornalismo como produção social de segunda natureza. São Paulo: Ática, 1986. 188 p.

MATTEI, Lauro Francisco; LINS, Hoyêdo Nunes. **A socioeconomia catarinense**: cenários e perspectivas no início do século XXI. Chapecó: Argos, 2010. 420 p.

SOUZA, Herbert de. **Como se faz análise de conjuntura**. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social**: direitos e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 125-141.

_____. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social**: direitos e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 145-163.

Fase 2

Componente Curricular: Filosofia
Área Temática: Filosofia
Ementa: Problemas e propostas fundamentais da filosofia ocidental. Breve história desse desenvolvimento, dos gregos aos nossos dias. Metafísica, ética e política: de Sócrates a Hume; de Kant à atualidade.
Objetivos: Reconhecer a contribuição dos principais filósofos, enfatizando os aspectos relacionados à contemporaneidade.
Bibliografia básica: ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de filosofia . 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. BOCK, Ana M. Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes T. Psicologias : uma introdução ao estudo de psicologia. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 368 p, il. CHAUI, Marilena de Souza. Convite à filosofia . 14. ed. São Paulo, Ática, 2012. 520 p, il
Bibliografia complementar: DESCARTES, Rene. Discurso sobre o método . São Paulo: Hemus, c1978. 136p. DROIT, Roger-Pol. Filosofia em cinco lições . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. 317 p. HESSEN, Johannes. Teoria do conhecimento . São Paulo: Martins Fontes, 1999. 177p. HUME, David. Investigação acerca do entendimento humano . São Paulo: Comp. Ed. Nacional, Ed. Univ. S. Paulo, 1972. xxxvii, 190p. (Biblioteca Universitária: Filosofia, v.13). Tradução de Enquiries concerning the human understanding and concerning the principles of morals. KANT, Immanuel. Crítica da razão pura . 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. xix, 415p, ret, 24cm. (Os Pensadores). Tradução de: Kritik der reinen Vernunft.

Componente Curricular: Extensão, Universidade e Sociedade
Área Temática: Serviço Social Aplicado
Ementa: Histórico da Extensão Universitária na América Latina e no Brasil. Metodologias, características e indicadores da Extensão Universitária. Extensão e produção de conhecimento. Vivências em extensão.
Objetivos: Conhecer a história, conceitos e perspectivas da Extensão Universitária. Conhecer metodologias, características e indicadores da Extensão Universitária. Refletir sobre a extensão como fonte de produção de conhecimento. Vivenciar experiências em projetos de extensão.
<p>Bibliografia básica: ANGIONI, A.; VICENTINI, A. M.. Percepções de estudantes egressos de projetos de extensão sobre a extensão universitária da FURB. Participação. Revista do Decanato de Extensão - Universidade de Brasília. ano 15, nº 27, jul. 2015. p. 56-65. FERNANDES, Costa; SILVA, Lucilane Maria Sales da; MACHADO, Ana Larissa Gomes Machado; MOREIRA, Thereza Maria Magalhães. Universidade e a Extensão Universitária: a visão dos moradores das comunidades circunvizinhas. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 28, n. 04, p. 169-194. Dez. 2012.</p>
<p>Bibliografia complementar: PAULA, João Antônio. A extensão universitária: história, conceito e propostas. Interfaces - Revista de Extensão, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/revistainterfaces/index.php/IREXT/article/view/5/pdf Acesso em: 20 jul. 2017. SILVA, Soraya Petla; QUIMELLI, Gisele A. de Sá Quimelli. A extensão universitária como espaço de formação profissional do assistente social e a efetivação dos princípios do projeto ético-político. Emancipação, 6(1): 279-296, 2006. THIOLENT, Michel. Metodologia participativa e extensão universitária. In: THIOLENT, Michel; BRANCO, Alba Lúcia Castelo; GUIMARÃES, Regina Guedes Moreira; ARAÚJO FILHO, Targino. (orgs.) Extensão universitária: conceitos, métodos e práticas. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Sub-Reitoria de Desenvolvimento e Extensão, 2003. Pp. 57-67. _____. Construção do Conhecimento e Metodologia da Extensão. Texto apresentado em mesa-redonda, coordenada pelo Prof. José Willington Germano (Pró-reitor de Extensão da UFRN), no I CBEU – Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, João Pessoa (PB), 10 de novembro de 2002.</p>

Componente Curricular: Teoria Sociológica I
Área Temática: Sociologia
Ementa: O contexto histórico do surgimento da sociologia. A institucionalização da sociologia como saber científico. Os clássicos e suas teorias: positivismo evolucionista; positivismo funcionalista; materialismo histórico e dialético; sociologia compreensiva. Contribuição das teorias clássicas para a compreensão de fenômenos contemporâneos. A importância do pensamento sociológico clássico para o ensino de Sociologia na Educação Básica e para o exercício da cidadania.
Objetivos: Analisar a constituição da sociologia como campo científico. Compreender as principais reflexões clássicas e seus pressupostos analíticos. Identificar a importância do pensamento sociológico clássico para a compreensão dos fenômenos sociais atuais.
Bibliografia básica: ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico . 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 539p. GIDDENS, Anthony. Sociologia . 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. 725 p. SELL, Carlos Eduardo. Sociologia clássica: Durkheim, Weber e Marx . 4.ed. Itajaí: Ed. da UNIVALI, 2006. 255 p.
Bibliografia complementar: BERGER, Peter. Perspectivas sociológicas: uma visão humanística . 21.ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 202p. IANNI, Octavio (org.) Karl Marx: sociologia . São Paulo: Ática, 1987. 214 p. LALLEMENT, Michel. História das idéias sociológicas , Volume I. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia . 24.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. 99p. RODRIGUES, José Albertino (org.). Émile Durkheim: sociologia . 9.ed. São Paulo: Ática, 1999. 208 p.

Componente Curricular: Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social II
Área Temática: Fundamentos do Serviço Social
Ementa: O contexto do desenvolvimentismo, do capitalismo monopolista, da ditadura militar e a questão social. O processo de reconceituação do serviço social na América Latina e Brasil. As construções teórico-metodológicas a partir das matrizes do pensamento social.
Objetivos: Fornecer elementos à problematização das condições sócio-históricas da Renovação do Serviço Social latino-americano e a particularidade brasileira. Discutir a crise da autocracia burguesa e o processo de redemocratização no Brasil. Oferecer elementos para a crítica ao Serviço Social tradicional e a aproximação ao marxismo. Apresentar e discutir a produção teórica do Serviço Social no período.

Bibliografia básica:

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petropolis, RJ: Vozes, 1984. 337, [25]p, 23cm. Tradução de: State and opposition in military Brazil.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez Ed, 1991. 333 p.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O serviço social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 1995. 311 p.

Bibliografia complementar:

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, M. do Socorro Reis. **O novo sindicalismo e o serviço social: trajetória e processos de luta de uma categoria: 1978-1988**. São Paulo: Cortez, 1995. 315 p.

FALEIROS, Vicente de Paula. Confrontos teóricos do movimento de reconceituação do serviço social na América Latina. **Serviço Social & Sociedade**, 8(24): 49-69, ago. 1987.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão social e serviço social no Brasil: fundamentos socio históricos**. Cuiabá: EdUFMT: FAPEMAT, 2008. 204 p, il.-

KATÁLYSIS. Pesquisa em Serviço Social. Vol. 10. Número Especial. Florianópolis:Ed UFSC.2007.

IAMAMOTO, Marilda V. **O debate contemporâneo da reconceituação do Serviço Social: ampliação e aprofundamento do marxismo**. 2ª Parte, cap. II. (p.201-249). *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.

Componente Curricular: **Processos de Trabalho e Serviço Social I**

Área Temática: Serviço Social

Ementa: O trabalho como elemento fundante do ser social. Especificidades do trabalho na sociedade burguesa e as mudanças no padrão de acumulação capitalista e regulação social. A inserção do serviço social como especialização do trabalho coletivo. Os elementos constitutivos do processo de trabalho. A atuação do AS nos diferentes espaços ocupacionais. Eixos de atuação do AS: ações socioeducativas, ações socioemergenciais, ações de gestão e planejamento, ações de articulação e mobilização.

Objetivos: Compreender a categoria trabalho, sua especificidade na sociedade burguesa e sua relação com o Serviço Social.

Bibliografia básica:

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**, Ed. Boitempo. São Paulo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho** (Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho), Ed. Boitempo, São Paulo, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social na contemporaneidade: O trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez, 2013, 22ª edição.

Bibliografia complementar:

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais** / [organizadores] CFESS, ABEPSS. -Brasília, DF: CFESS: ABEPSS, 2009

GRANEMANN, Sara. **Processos de trabalho e Serviço Social**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 2: Crise contemporânea, questão social e serviço social – Brasília: UNB, CEAD, 1999.

HARVEY, D. **A condição Pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

LESSA, Sérgio. O processo de produção/reprodução: trabalho e sociabilidade. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 2: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília: UNB, CEAD, 1999. NETO, José Paulo. **Economia política: uma introdução crítica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.v.1

MARX, Karl. **O capital**, 2ª edição, São Paulo, Boitempo, 2011.

Fase 3

Componente Curricular: Teoria Sociológica II
Área Temática: Sociologia
Ementa: O desenvolvimento da Sociologia no século XX e sua consolidação disciplinar. Funcionalismo, interacionismo simbólico e teoria crítica. A Sociologia na América Latina: temas e abordagens. Sociologia no Brasil: antecedentes conceituais e temáticos (pensamento social brasileiro). A institucionalização da Sociologia no Brasil. A agenda de pesquisa recente.
Objetivos: Conhecer os elementos básicos das principais correntes teóricas e autores que sucedem o pensamento sociológico clássico. Reconhecer os principais debates sobre as teorias e pesquisas sociológicas contemporâneas, considerando a realidade latino-americana e brasileira. Problematicar a atualidade dessas reflexões e seu uso como recurso para ensino de Sociologia e exercício da cidadania.
Bibliografia básica: FARGANIS, James. Leituras em teoria social . 7. Porto Alegre: AMGH, 2016. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788580555615 .

IANNI, Octavio. **Sociologia da sociologia: o pensamento sociológico brasileiro**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1989. 239p.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; SENTO-SÉ, João Trajano. PAIVA, Vanilda. (orgs.). **Pensamento social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2005. 223 p.

Bibliografia complementar:

GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. **Teoria social hoje**. São Paulo: Editora UNESP, 1999. 609p.

LIEDKE FILHO, Enno D. A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios, **Sociologias**, Vol. 7, N. 14, p. 376-437, 2005.

NOBRE, Marcos. **A teoria crítica**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004. 79 p.

MICELI, Sérgio (org.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: IDESP, 1989.

MICELI, Sergio. **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré; Brasília, DF : CAPES : ANPOCS, 1999.

Componente Curricular: **Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social III**

Área Temática: Fundamentos do Serviço Social

Ementa: O processo de redemocratização do país e as relações. Estado e sociedade nos anos de 1980. A construção do projeto ético-político da profissão. A globalização, o projeto neoliberal, pós modernidade, neoconservadorismo e o redimensionamento da profissão. As construções teórico-metodológicas na contemporaneidade.

Objetivos: Analisar, no contexto da redemocratização do Brasil, a construção e a implementação do Projeto Ético Político do Serviço Social e as construções teórico-metodológicas contemporâneas.

Bibliografia básica:

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 326 p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 495 p.

SANTOS, Josiane Soares. Pós-modernidade, neoconservadorismo e serviço social. **Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, Brasília, DF, v. 5, n. 10, p. 29-50, jul./dez. 2005.

Bibliografia complementar:

BRAZ, Marcelo. O governo Lula e o projeto ético-político do serviço social. **Serviço Social & Sociedade**, v. 25, n. 78, p. 48-68, jul. 2004.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de; BONETTI, Dilsea Adeodata; IAMAMOTO, Marilda Villela. Projeto de investigação: a formação profissional do assistente social no Brasil : determinantes históricos e perspectivas. **Serviço Social & Sociedade**, 5(14) :104-143, abr. 1984.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (BRASIL); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS: ABEPSS, 2009. 760 p.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a especificidade e sua reprodução**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 223 p.

PAULO NETTO, José. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995. 93p.

Componente Curricular: Processos de Trabalho e Serviço Social II
Área Temática: Serviço Social
Ementa: Os elementos constitutivos do processo de trabalho. As demandas postas ao profissional de Serviço Social nos diferentes espaços sócio ocupacionais. Dimensão teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativo da prática profissional. A instrumentalidade como elemento da intervenção profissional. O estudo social e o estudo socioeconômico. Os instrumentos técnicos operativos: a observação, a entrevista, a visita domiciliar, a visita institucional e a documentação (parecer social, relatório).
Objetivos: Aprofundar a compreensão sobre as demandas presentes nos espaços sócio-ocupacionais do profissional assistente social vinculando-as ao uso do instrumental técnico-operativo para intervenção junto as demandas particulares, individuais e familiares, componente do processo de trabalho.
Bibliografia básica: GUERRA, Yolanda. a dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: Santos, Cláudia Mônica Dos; Backx, Sheila; Guerra, Yolanda (Org.). A Dimensão Técnico-Operativa no Serviço Social: Desafios Contemporâneos . Juiz De Fora: UFJF, 2012. LAVORATTI, Cleide; COSTA, Dorival (Organizadores). Instrumentais técnico-operativos no serviço social: um debate necessário . Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016. 261p XAVIER, Arnaldo. MIOTO, Regina Célia Tamaso. Reflexões sobre a prática profissional do assistente social: relação teoria-prática, historicidade e materialização cotidiana. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 13, n. 2, p. 355 - 365, jul./dez. 2014 Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/18520/12517
Bibliografia complementar:

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de. MIOTO, Regina Célia Tamasso. DAL PRÁ, Keli Regina. A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), nº 7, jul. 2007

FAERMANN, Lindamar Alves. A processualidade da entrevista no Serviço Social. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 13, n. 2, p. 315 - 324, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/16610/12514>

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Orientação de Indivíduos, Grupos e Famílias. In: CFESS e Conselho Federal de Serviço Social, ABEPSS -Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (orgs.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. V.1. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Estudos Socioeconômicos. In: CFESS, Conselho Federal de Serviço Social, ABEPSS -Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (orgs.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. V.1. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009.

Componente Curricular: Serviço Social, Família e Gerações
Área Temática: Serviço Social
Ementa: Família: fundamentos históricos e teóricos. A família na contemporaneidade: os impactos das mudanças estruturais, econômicas e sociais. A família nuclear burguesa e as novas configurações familiares. Poder familiar e o direito à convivência familiar e comunitária: procedimentos para averiguação de situação de risco e para colocação em família substituta; serviços de abrigo (crianças, adolescentes, idosos, pessoas em situação de violência). Violência intrafamiliar. Redes de atenção às famílias vulneráveis. A intervenção do serviço social com famílias: formas de abordagem e instrumentos técnico-operativos. Componente curricular com atividades extensionistas.
Objetivos: Compreender os fundamentos históricos e contemporâneos da família e a intervenção do assistente social nesta realidade.
Bibliografia básica:

ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller. **Família: redes, laços e políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez Ed : IEE/PUC, 2005. 316 p, il.

DUARTE, Marco José de Oliveira; ALENCAR, Mônica Maria Torres de. **Família & famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. xviii, 186 p.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. 215p, 21cm. (Perspectivas do homem. Série ciências sociais, v.99. Tradução de: Der Ursprung der Familie, des Privateigentums und des Staats. 'Trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan.')

Bibliografia complementar:

GUEIROS, Dalva Azevedo; OLIVEIRA, Rita de Cássia Silva. Direito à convivência familiar. **Serviço Social & Sociedade**, v. 26, n. 81, p. 117-134, mar. 2005.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria (Orgs.). **Familismo: direitos e cidadania, contradições da política social**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2015. 244 p.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria (Orgs.). **Familismo: direitos e cidadania, contradições da política social**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2015. 244 p.

SALES, Mione Apolinario; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina. **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. São Paulo : Cortez; Rio de Janeiro : UERJ, 2004. 317 p.

RODRIGUES, Ana Valéria; MAGALHÃES, Neide Cordeiro de. Resiliência: um enfoque para a promoção de saúde em idosos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 29, n. 93, p. 146-169, mar. 2008.

Componente Curricular: **Gestão Social e Planejamento em Serviço Social I**

Área Temática: Serviço Social

Ementa: Conceito, princípios e diretrizes da Gestão Social e o Serviço Social. Elementos da gestão da política social no Brasil contemporâneo. Planejamento Social. Metodologias e Instrumentos de Planejamento e de gestão de políticas sociais. Indicadores Sociais no planejamento de Políticas Públicas. Elaboração de projeto social. Atribuições e competências dos assistentes sociais no planejamento nas esferas pública e privada.

Objetivos: Compreender conceito, princípios e diretrizes da Gestão Social e sua articulação com o Serviço Social. Reconhecer processos de planejamento social e seus instrumentos na gestão pública e privada. Entender o debate teórico-metodológico no campo da Gestão e do Planejamento de Planos, Programas e Projetos Sociais. Depreender o uso de indicadores sociais no planejamento de políticas públicas. Elaborar projeto social. Reconhecer as atribuições e competências dos assistentes sociais no planejamento nas esferas pública e privada.

Bibliografia básica:

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento social:** intencionalidade e instrumentação. 2. ed. São Paulo: Veras Ed; Lisboa : CPIHTS, 2002. 155 p, il.

BERTOLLO, Kathiúça. Planejamento em Serviço Social: tensões e desafios no exercício profissional. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan/jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/issue/view/700> Acesso em: 01 jun. 2020.

BROSE, Markus. **Metodologia participativa:** uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo, 2001. 306p.

SILVA, Ademir Alves. **A gestão da seguridade social brasileira:** entre a política pública e o mercado. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. Formulação, administração e execução de políticas públicas. In: CFESS, Conselho Federal de Serviço Social, ABEPSS -Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (orgs.). **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. V.1. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009.

Bibliografia complementar:

ANGIONI, Marilda. **Elaboração de projetos.** Blumenau: Edifurb; Gaspar: ASSEVALI Educacional, 2008. 80 p, il. (Pós-Graduação. Modalidade a distância).

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Gestão social e trabalho social:** desafios e percursos metodológicos. 1. ed. São Paulo (SP): Cortez, 2014. 221 p.

KISIL, Rosana. **Elaboração de projetos e propostas para organizações da sociedade civil.** 2. ed. São Paulo: Global, 2002. 81p, il. (Gestão e sustentabilidade).

LACRUZ, Adonai José. **Gestão de Projetos no Terceiro Setor:** uma aplicação prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

MAIA, Marilene. **Gestão Social:** Reconhecendo e construindo referenciais. Revista Virtual Textos & Contextos, n.º 4, dez. 2005.

RICO, Elizabeth de Melo; RAICHELIS, Raquel; FRANCO, Augusto de. **Gestão social:** uma questão em debate. São Paulo: EDUC: IEE, 1999. 231 p.

Fase 4

Componente Curricular: Ética Profissional do Assistente Social
Área Temática: Serviço Social
Ementa: Debate teórico-filosófico sobre as questões éticas da atualidade. Os códigos de ética profissional na história do serviço social brasileiro, com ênfase no código de ética em vigor, seus princípios e o significado do projeto ético-político da profissão. Ética e instrumentos processuais no Serviço Social.
Objetivos: Possibilitar a reflexão crítica sobre a dimensão ético-moral da vida social, despertando o compromisso com o projeto ético-político da profissão e seus desdobramentos no cotidiano profissional.
<p>Bibliografia básica:</p> <p>BARROCO, Maria Lúcia Silva. Ética: fundamentos sócio-históricos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 245 p.</p> <p>BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Sylvia; CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (BRASIL). Código de ética do/a assistente social comentado. 1. ed. São Paulo: Cortez, CFESS, 2012. 262 p.</p> <p>BONETTI, Dilsea Adeodata. Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 2. ed. São Paulo: Cortez: CFESS, 1998. 232p</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>CHAUÍ, Marilena de Souza. Convite à filosofia. 14. ed. São Paulo: Ática, 2012. 520 p., il.</p> <p>BRITES, Cristina Maria; SALES, Míone Apolinario; CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (BRASIL). Ética e práxis profissional. 2. ed. rev. e atual. Brasília, D.F : Conselho Federal de Serviço Social, 2007. 82 p, il. (Curso de capacitação ética para agentes multiplicadores, 2).</p> <p>CORREIA, Claudio P. Diniz. O papel da ética na construção do projeto político-profissional do assistente social. Serviço Social & Sociedade, 13(40): 118-123, dez. 1992.</p> <p>KOIKE, Maria Marieta dos Santos. Notas sobre ética profissional do assistente social. Serviço Social & Sociedade, v. 14, n. 43, p. 142 154, dez. 1993.</p> <p>TERRA, Sylvia; CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (BRASIL). Ética e instrumentos processuais. 2. ed. rev. e atual. Brasília, D.F : Conselho Federal de Serviço Social, 2007. 79 p, il. (Curso de capacitação ética para agentes multiplicadores, 3).</p>

Componente Curricular: Processo de Trabalho e Serviço Social III
Área Temática: Serviço Social
Ementa: As demandas postas ao profissional de Serviço Social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Dimensão teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativo da prática profissional. A instrumentalidade como elemento da intervenção profissional junto às demandas coletivas. A atuação com grupos. Instrumentos técnico-operativos: reunião, abordagem em sala de espera, oficina, assembleia, documentação (relatório, ata). Aproximação com os campos de atuação e o cotidiano profissional
Objetivos: Aprofundar a compreensão sobre as demandas presentes nos espaços sócio-ocupacionais do profissional assistente social vinculando-as ao uso do instrumental técnico-operativo para intervenção junto as demandas coletivas, componente do processo de trabalho
Bibliografia básica: <p>ABREU, Marina Maciel. CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização social e práticas educativas. In: CFESS - Conselho Federal de Serviço Social, ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (orgs.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. V.1. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009.</p> <p>MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. O trabalho com grupos em serviço social: a dinâmica de grupo como estratégia para reflexão crítica. 2ª ed. São Paulo, Cortez, 2014. 160p.</p> <p>LIMA, Avangelina Sanches. CARLOTO, Cássia Maria. Ações socioeducativas: reflexões a partir de Freire. Emancipação, Ponta Grossa, 9(1): 127-139, 2009.</p> <p>TORRES, Mabel Mascarenhas. As múltiplas dimensões presentes no exercício profissional do assistente social: intervenção e o trabalho sócio-educativo. Serv. Soc. Rev. Londrina, v. 12, n.1, p. 202-227, jul./dez. 2009.</p>

Bibliografia complementar:

CONCEIÇÃO, Débora Guimarães da. O Serviço Social e prática pedagógica: a arte como instrumento de intervenção social. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 12, n.2, p. 51-67, jan./jun. 2010

Disponível em: www.uel.br/revistas

LIMA, Avangelina Sanches. CARLOTO, Cássia Maria. Ações socioeducativas: reflexões a partir de Freire. **Emancipação**, Ponta Grossa, 9(1): 127-139, 2009.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Orientação de Indivíduos, Grupos e Famílias. In: CFESS e Conselho Federal de Serviço Social, ABEPSS -Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (orgs.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. V.1. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009.

MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. **O trabalho com grupos em serviço social: a dinâmica de grupo como estratégia para reflexão crítica**. 4ª edição, São Paulo: Cortez, 2017.

TORRES, Mabel Mascarenhas. As múltiplas dimensões presentes no exercício profissional do assistente social: intervenção e o trabalho sócio-educativo. **Serv. Soc. Rev.** Londrina, v. 12, n.1, p. 202-227, jul./dez. 2009.

Componente Curricular: **Política Social e Serviço Social**

Área Temática: Serviço Social

Ementa: Conceituação de estado e política. Teorias explicativas da constituição e desenvolvimento das políticas sociais. Modelos de proteção social e direitos. Desenvolvimento do sistema de proteção social brasileiro e a inserção do profissional de serviço social.

Objetivos: Compreender o processo de constituição do Estado e das políticas sociais e sua relação com a profissão.

Bibliografia básica:

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 25-146. (Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social, v. 2).

MONNERAT, G. L.; SOUZA, R. G. Da seguridade social à intersetorialidade: reflexões sobre a integração das políticas sociais no Brasil. **Katálisis**, Florianópolis, v. 14, n.1, p. 41-49, 2011.

PEREIRA, Potyara A. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, I. et al. (Org.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 87-108.

Bibliografia complementar:

BOSCHETTI, I. Seguridade social na América Latina. In: _____ et al. (Org.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

BRAGA, Léa; CABRAL, Maria do Socorro R. **Serviço social na previdência**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FALEIROS, Vicente P. Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. In: CFESS; ABEPSS; CEAD; NED; UnB. **Capacitação em serviço social e política social**. Brasília, DF: CEAD/UnB, 2000. p. 41-55. mód. 3.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Brasil em desenvolvimento 2011: **Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília, DF: IPEA, 2012. v. 1 e 2.

MARSHALL, Theodore. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

Componente Curricular: Gestão Social e Planejamento em Serviço Social II
Área Temática: Serviço Social
Ementa: Metodologias de avaliação de políticas e projetos sociais. O uso de indicadores sociais na avaliação. O assistente social na elaboração, coordenação, execução e avaliação de políticas e programas sociais. Elaboração de projeto de avaliação. A assessoria, consultoria e supervisão em Serviço Social. Componente curricular com atividades extensionistas.
Objetivos: Conhecer o debate teórico-metodológico no campo da avaliação de políticas e projetos sociais. Apreender o uso de indicadores sociais na avaliação de políticas e projetos sociais. Conceber um projeto de avaliação. Reconhecer os processos de assessoria, consultoria e supervisão em Serviço Social.
Bibliografia básica: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurício Costa de. Assessoria, consultoria & serviço social . Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. 309 p. BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (BRASIL); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais . Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. 709p. Pp.575-592. GASPARINI, Max Felipe Vianna; FURTADO, Juarez Pereira. Avaliação de Programas e Serviços Sociais no Brasil: uma análise das práticas no contexto atual. Serv. Soc. Soc. , São Paulo, n. 117, p. 122-141, jan./mar. 2014.
Bibliografia complementar:

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília 56 (2):137-160 Abr/Jun 2005.

TENÓRIO, Fernando Guilherme; MENDES, Eugênio L. **Avaliação de projetos comunitários: uma abordagem prática**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2003. 87 p, il. (Brasil dos trabalhadores, 12).

ARREGUI, Carola. **O debate sobre a produção de indicadores sociais alternativos**. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, 2012, p. 529-554.

MINAYO, M.C. **Construção de indicadores qualitativos para avaliação de mudanças**, IN: *Revista Brasileira de Educação Médica*, nº 35, 2009

WANDERLEY, Mariangela. **Sistema de Informação em gestão social**. In : *Estudos Avançados*. 20 (56), 2006

Fase 5

Componente Curricular: Antropologia Cultural
Área Temática: Antropologia
Ementa: Processo de hominização. Conceito de cultura, Linguagem, diversidade das manifestações culturais do homem: noção de indivíduo; instituições sociais; família e parentesco; faixa etária, etnia e gênero.
Objetivos: Compreender o processo de constituição do sujeito através de cultura: Identificar a diversidade das manifestações culturais do homem como forma de produção de conhecimento e de diferentes modos de vida.
Bibliografia básica: BOAS, Franz; CASTRO, Celso. Antropologia cultural . 6. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2010. 109 p. CHILDE, V. Gordon (Vera Gordon). A evolução cultural do homem . Rio de Janeiro: Zahar, 1966. 229p, il. (Biblioteca de cultura histórica). Tradução de imself. ERIKSEN, Thomas Hylland; NIELSEN, Finn Sivert. História da antropologia . Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 261 p.
Bibliografia complementar: BAUDOT, François. Moda do século . São Paulo: Cosac & Naify, 2000. 399p, il. LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico . 15. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002. 117 p. MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zélia Maria Neves. Antropologia: uma introdução . 5. ed. São Paulo : Atlas, 2001. 324 p. STEVENSON, N. J. Cronologia da moda: de Maria Antonieta a Alexander McQueen . Rio de Janeiro : Zahar, 2012. 288 p, il. WEBER, Caroline. Rainha da moda: como Maria Antonieta se vestiu para a Revolução . São Paulo: J. Zahar, 2008. 454 p, il

Componente Curricular: Política Social: Assistência Social e Serviço Social
Área Temática: Serviço Social
Ementa: O Estado brasileiro e a política de assistência social. A assistência social como direito social. Marco legal da política de Assistência Social. Financiamento, gestão e controle social da política de assistência social. O Sistema Único da Assistência Social. O exercício profissional do assistente social no âmbito da política de assistência social. Componente curricular com atividades extensionistas.
Objetivos: Compreender o processo histórico de constituição da política de assistência social no Brasil e sua gestão, com ênfase no debate atual sobre o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e a prática do assistente social
Bibliografia básica: COUTO, Berenice Rojas. O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível? 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008. MOTA, A. E. (Org.). O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009. PAES-SOUSA. R.; VAITSMAN, J. (Org.). Avaliação de políticas e programas do MDS: resultados: bolsa família e assistência social. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2007. v. 2.
Bibliografia complementar: ALAYON, N. Assistência e assistencialismo. 2. ed., São Paulo: Cortez, 1995. BEHRING, E. R. Contra-reforma do estado, seguridade social e o lugar da filantropia. Serviço Social & Sociedade, n.73, mar. 2003. CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de assistência social. Brasília, DF: CFESS, 2009. COUTO, B. R. O direito social e a assistência social na sociedade brasileira. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006. DUQUE-ARRAZOLA, L. S. O sujeito feminino nas políticas de assistência social. In: MOTA, A. E. (Org.). O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Componente Curricular: Política Social: Educação e Serviço Social
Área Temática: Serviço Social

Ementa: Serviço Social A educação como um direito humano e social. A política de educação no Brasil: bases legais, princípios e diretrizes. A relação escola, família e comunidade. O Serviço Social e a educação popular. Educação em Direitos Humanos. O exercício profissional do assistente social na política de educação. Componente curricular com atividades extensionistas.

Objetivos: Compreender a educação como um direito humano e social; descrever a organização e o funcionamento da política de educação no Brasil e sua interface com as demais políticas sociais; Compreender a educação popular e a educação em direitos humanos e sua relação com o Serviço Social; Identificar as atribuições e competências do/a assistente social na educação no âmbito das relações entre escola, família, comunidade e a rede de serviços.

Bibliografia básica:

BRASIL. LDB. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13 n. 37 jan./abr. 2008.

CFESS. **Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Brasília, CFESS, s.d.

DUARTE, Clarice Seixas. A Educação como um Direito Fundamental de Natureza Social. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 691-713, out. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

FÁVERO, A. A.; BECHI, D. O Financiamento da Educação Superior no Limiar do Século XXI: o caminho da mercantilização da Educação. **Revista Inter. Educ. Sup.**, Campinas (SP), v. 3, n. 1, p. 90-113, jan./abr. 2017.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Educação e Serviço Social: elo para a construção da cidadania**. [online]. São Paulo: Editora UNESP. 2012. 277 p. ISBN 978-85-3930-243-7. Disponível em: SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

PINTO, José Marcelino de Rezende. O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: 30 ANOS DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 39, n. 145, p. 846-869, Dec. 2018. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302018000400846&lng=en&nrm=iso>. access on 02 Apr. 2020. Epub Nov 14, 2018. <https://doi.org/10.1590/es0101-73302018203235>.

Bibliografia complementar:

CAVAIGNAC, M. D.; COSTA, R. M. P.da. Serviço social, assistência estudantil e “contrarreforma” do Estado. **Temporalis**, Brasília (DF), v.17, n. 34, jul./dez. 2017.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; BALDI Luiz Agostinho de Paula. Serviço Social, mobilização e organização popular: uma sistematização do debate contemporâneo. **Rev. katálysis** [online]. 2012, vol.15, n.2 [cited 2015-02-11], pp. 193-202. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v15n2/04.pdf>

FAHEL, Murilo. **Desigualdades educacionais & pobreza**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2013. 390 p, il.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade.**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, Aug. 2017.

KAWAKAMI, Érica Aparecida; JODAS, Juliana. Políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior Brasileiro e o Acesso de Povos Indígenas. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, v. 6, n.2, p. 21-43, 2013.

MACHADO, Aline Maria Batista. A relevância da educação popular para o Serviço Social. **Rev. Educação Unisinos**, 17 (2):123-136, maio/agosto 2013.

SANCHES, M; SARMENTO, H. Assistente Social nas escolas: crianças interlocutoras do debate. **Ser Social**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 48-75, jan./jun. 2012.

Componente Curricular: Movimentos Sociais e Serviço Social

Área Temática: Serviço Social

Ementa: As diferentes abordagens sobre movimentos sociais. Movimentos sociais na atualidade. Esfera pública, redes, associativismo civil. Os movimentos sociais nos processos de constituição das políticas sociais. Redes de movimentos sociais. Análise e reconhecimento dos movimentos sociais no Brasil e Santa Catarina. Estudo dos principais movimentos sociais locais A atuação do serviço social junto aos movimentos sociais. Componente curricular com atividades extensionistas.

Objetivos: Apresentar as diferentes de abordagem teóricas sobre movimentos sociais e as principais distinções, compreender o processo histórico de constituição da dos movimentos sociais no Brasil e Santa Catarina e o exercício profissional do assistente social juntos aos movimentos sociais.

Bibliografia básica:

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais no início do Século XXI:** antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2003. 143 p.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teorias dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos.5. ed. São Paulo: Loyola, 2006. 383 p.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais?. **Lua Nova - cultura e política**, n. 17, p. [49]-66, jun., 1989.

Bibliografia complementar:

ANDRADE, Edinara Terezinha de; SANTOS, Nelson Afonso Garcia. **Associativismo civil e movimentos sociais em Blumenau**: história, organização e mecanismos de participação. Florianópolis : Insular, 2010. 251 p, il.

COSTA, Sergio. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas publicas locais. Revista Brasileira de Ciências Sociais.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. 2. ed. Petrópolis : Vozes, 2010. 189 p.

SILVA, Edalea Maria Ribeiro da. **Movimentos sociais em tempos de democracia e globalização em Santa Catarina**: os anos 90. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005. 316 p, il.

Componente Curricular: **Estágio em Serviço Social I**

Área Temática: Serviço Social Aplicado

Ementa: O estágio e a formação profissional. As bases normativas do estágio e da supervisão. A supervisão de estágio. A política de estágio da FURB e do Serviço Social. Inserção do acadêmico nos espaços sócio institucionais. Exercício teórico-prático do trabalho profissional a partir do conhecimento da instituição e da identificação das demandas. A documentação do estágio.

Objetivos: Promover o inter-relacionamento entre FURB e os espaços socio institucionais lócus de estágio curricular. Reconhecer o estágio como etapa da formação profissional do assistente social. Conhecer as bases normativas do Estágio e da supervisão. Inserir os/as estudantes em espaços socio institucionais para o estágio curricular. Propiciar exercícios de vivência da prática profissional considerando os aspectos ético político, técnico operativo e metodológico.

Bibliografia básica:

ABEPSS. Política Nacional de Estágio da ABEPSS. PNE. Brasília: ABEPSS, 2009.

BASTOS, Samira Safadi. Estágio Supervisionado em Serviço Social no processo de formação profissional: avanços, tensões e desafios. **Via Social**. Florianópolis: CRESS-SC, SET. 2014. Pp. 8-9.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Atribuições Privativas do/da Assistente Social em Questão. 1. edição ampliada. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf. Acesso em: 19/07/2014.

CAPUTI, L. Supervisão de estágio em Serviço Social: significâncias e significados. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 389-394, out./dez. 2016.

Bibliografia complementar:

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Legislação e Resoluções sobre o trabalho do/da Assistente Social. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: www.cfess.org.br/arquivos/LEGISLACAO_E_RESOLUCOES_AS.pdf
Acesso em: 19/07/2014.

COSTA, J. V.; GUINDANI, M. K.. Didática e pedagogia do diário de campo na formação do Assistente Social. **Emancipação**, Ponta Grossa, 12(2): 265-278, 2012. Disponível em <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/3404/3294>> Acesso em: 12 ago. 2015.

GUIRALDELLI, Reginaldo; ALMEIDA, Janaina Loeffler de. A construção dos Fóruns de supervisão de estágio em serviço social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 395-402, dez. 2016. ISSN 1982-0259. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1414-49802016.003.00010>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

LISBOA, Teresa Kleba; RIBEIRO, Edaléa Maria. Pressupostos para a intervenção profissional em Serviço Social. **Emancipação**, Ponta Grossa, 12(1): 143-153, 2012. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>

LIMA, Telma Cristiane Sasso de Lima; MIOTO; Regina Célia Tamasso; DAL PRÁ, Keli Regina. A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo. **Textos & Contextos** (Porto Alegre). Porto Alegre v. 6 n. 1 p. 93-104. jan./jun. 2007. Disponível em: revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/1048/3234. Acesso em: 11/02/15.

Fase 6

Componente Curricular: Política Social: Previdência Social e Serviço Social
Área Temática: Serviço Social
Ementa: O processo de construção da Política de Previdência Social no Brasil. A Previdência Social no contexto da seguridade social. A crise do capital e as implicações para política previdenciária. As transformações no mundo trabalho e desmonte do sistema de proteção social. O Serviço Social na previdência social. O exercício profissional do assistente social na Política de Previdência Social. Componente curricular com atividades extensionistas.
Objetivos: Compreender a política de previdência no contexto da seguridade social; a crise do capital e as implicações na política previdenciária; o exercício profissional do assistente social no setor previdenciário.
Bibliografia básica: CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998. 611p. (Zero a esquerda). Tradução de: Les metamorphoses de la question sociale.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **O direito do trabalho como instrumento de justiça social.** São Paulo: LTr, 2000. 407p.

- SALVADOR, Evilásio; BOSCHETTI, Ivanete. A reforma da previdência social no Brasil e os impactos sobre o mercado de trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 70, p. 114-139, jul. 2002.

Bibliografia complementar:

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes; CORTIZO, María Del Carmen. **Entrevista com Ana Maria Baima Cartaxo: previdência social, história e contradições.** Revista Katál., Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 267-274, jul./dez. 2015

MACEDO, Alano Carmo; MOREIRA, Joana Idayanne Silveira. **Serviço Social na previdência social: gênese, desenvolvimento e perspectivas.** SER Social, Brasília, v. 19, n. 40, p. 31-48, jan.-jun./2017. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14670

MAGIONI, Mirella Januário. **O Banco Mundial e as reformas da Previdência Social na América Latina.** Argumentum, Vitória (ES), v. 6, n.2, p.103-118, jul./dez. 2014.

SILVA, Maria Lucia Lopes. **70 anos de Serviço Social na Previdência Social: luta pela efetivação da seguridade social no Brasil.** CFESS: 2º Seminário Nacional de Serviço Social na Previdência Social. Brasília, CFESS 2015. Disponível em:

<http://www.cfess.org.br/arquivos/2015-Livro2SeminarioPrevidencia-Site.pdf>

- SILVA, Maria Lucia Lopes. **Contrarreforma da Previdência Social sob o comando do capital financeiro.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 131, p. 130-154, jan./abr. 2018

Componente Curricular: **Política Social: Questão Urbana, Meio Ambiente e Serviço Social**

Área Temática: Serviço Social

Ementa: O processo de urbanização no Brasil. A questão habitacional e as respostas do estado. Ocupações urbanas e processos de regularização fundiária. Mobilizações da sociedade civil com relação à questão urbana e o exercício profissional diante dessas questões. O estatuto da cidade. A questão socioambiental e a atuação do assistente social. Componente curricular com atividades extensionistas.

Objetivos: Compreender o processo histórico de ocupação do espaço urbano no Brasil; a construção de uma política de meio ambiente; a atuação do Estado e, mais especificamente, do Serviço Social com relação a estas questões.

Bibliografia básica:

FREITAG, Bárbara. **Teorias da cidade**. Campinas: Papyrus, 2006. 190 p, il.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001. 204 p, il.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993. 157p, il. (Estudos urbanos, 5).

ARAÚJO, Victor Santana. Direito à Cidade: a segregação e o crime na cidade de São Paulo. **Filosofia, ciência e vida**. (Caderno de Ciências Sociais e Educação). 2020, P. 34-40.

Bibliografia complementar:

DUTRA, A. S.. Outras perspectivas para o exercício profissional de assistentes sociais na gestão de desastres. Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social (16. : E56a 2018 : Vitória, ES). Anais/16º Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social, de 2 a 7 de dezembro de 2018, em Vitória (ES). ζ Vitória (ES): Universidade Federal do Espírito Santo, 2018.

PEREIRA, Larisa Dahmer. Questão habitacional no território: sobre soluções para a acumulação na racionalidade burguesa. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 11, n. 2, p. 376 - 389, ago./dez. 2012.

SAMAGAIA; J.; CARDOSO, A. M. F.; JESUS, D. DE; SANTOS, P. D. G. B. DOS; CERQUEIRA, J. A. C. O Trabalho dos Assistentes Sociais nas Políticas Urbanas, Habitacionais e de Saneamento, em Salvador (BA). Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social (16. : E56a 2018 : Vitória, ES). Anais/16º Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social, de 2 a 7 de dezembro de 2018, em Vitória (ES). ζ Vitória (ES): Universidade Federal do Espírito Santo, 2018.

VAINER, Carlos B. **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo : Carta Maior : Boitempo, 2013. 110 p, il.

NUNES, Leticia Soares. A questão socioambiental e a atuação do assistente social. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 12, n. 1, p. 196 - 212, jan./jun. 2013 |

Componente Curricular: **Pesquisa em Serviço Social I**

Área Temática: Serviço Social

Ementa: A pesquisa na produção do conhecimento. A pesquisa como dimensão constitutiva do trabalho do assistente social. A ética na pesquisa. Os elementos constitutivos de um projeto de pesquisa. Construção do projeto de pesquisa a partir de um objeto da realidade social. Coleta de dados.

Objetivos: Possibilitar ao aluno a reflexão sobre a importância da pesquisa social na produção do conhecimento e na prática profissional do Assistente Social, bem como o seu exercício.

Bibliografia básica:

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Reflexões sobre ética, pesquisa e serviço social. **Temporalis:** Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, DF, v. 5, n. 9, p. 103-116, jan./jun. 2005.

FRAGA, Cristina Kologeski. A atitude investigativa no trabalho do assistente social =: The investigative attitude in the social worker's job. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 30, n. 101, p. 40-64, jan./mar. 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 200 p, il.

Bibliografia complementar:

ALCOFORADO, M. G. Elaboração de projetos de pesquisa. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 719-740.

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, 2007. Edição especial.

LOWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen**. 2. ed. São Paulo: Busca Vida, 1987.

MÉSZÁROS, I. **Estrutura social e formas de consciência:** a determinação social do método. São Paulo: Boitempo, 2009.

NETTO, J. P. Introdução ao estudo na teoria social. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 667- 700.

Componente Curricular: **Estágio em Serviço Social II**

Área Temática: Serviço Social Aplicado

Ementa: Exercício teórico-prático do trabalho profissional a partir da elaboração do projeto de intervenção, do registro e da sistematização do processo de trabalho. O processo de supervisão em Serviço Social

Objetivos: Possibilitar ao acadêmico o exercício da prática profissional com base na problematização da realidade, das demandas identificadas e do planejamento da intervenção. Propiciar reflexão sobre a supervisão em serviço social.

Bibliografia básica:

BARROCO, Maria Lúcia da; TERRA, Sylvia Helena. **Fundamentos éticos do Serviço Social da Silva**. Código de Ética Comentado. CFESS, (PRG.); Cortez: São Paulo, 2012.

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. 709p. Pp.575-592

COUTO, Berenice Rojas. Formulação de Projeto de Trabalho Profissional. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (BRASIL); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF : CFESS : ABEPSS, 2009. 760 p.

Bibliografia complementar:

GUERRA, Yolanda; BRAGA, Maria Elisa. Supervisão em Serviço Social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (BRASIL); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF : CFESS : ABEPSS, 2009. 760 p.

LISBOA, Teresa Kleba; RIBEIRO, Edaléa Maria. Pressupostos para a intervenção profissional em Serviço Social. **Emancipação**, Ponta Grossa, 12(1): 143-153, 2012. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>

FORTI, V.; GUERRA, Y.. **Serviço Social: temas, textos e contextos: coletânea nova de serviço social**.4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

GUERRA, Yolanda. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Serviço Social & Sociedade**, nº 91, Cortez Editora. São Paulo, 2007, p.5-33.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; NORONHA, Karine. O estado da arte sobre os instrumentos e técnicas na intervenção profissional do assistente social: uma perspectiva crítica. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (Org.). **Serviço Social: tema, textos e contextos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

Fase 7

Componente Curricular: **Política Social: Saúde e Serviço Social**

Área Temática: Serviço Social

Ementa: A saúde como direito social e o conceito ampliado de saúde. O Estado Brasileiro e a Política de Saúde. O Movimento de Reforma Sanitária. A implementação do Sistema Único de Saúde (SUS). O Sistema Único de Saúde: bases legais, princípios, diretrizes, financiamento, gestão e controle social. O SUS e o projeto privatista de saúde. Atribuições e competências do/a assistente social na Saúde. Componente curricular com atividades extensionistas.

Objetivos: Subsidiar a compreensão do processo histórico de constituição da política pública de saúde no Brasil. Possibilitar o conhecimento do processo de implementação do Sistema Único de Saúde (SUS). Propiciar o conhecimento e reflexões sobre as tensões entre o projeto do SUS e o projeto privatista de saúde. Aprender as atribuições e competências do/a assistente social na Saúde.

Bibliografia básica:

BRAVO, M. I. **Serviço social e reforma sanitária:** lutas sociais e práticas profissionais. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Parâmetros da atuação do assistente social na saúde. Brasília, DF: CFESS, 2009.

ESCOREL, S.; NASCIMENTO, D. R.; EDLER, F. C. As origens da reforma sanitária e do SUS. In: LIMA, N. T. et al. (Org.). **Saúde e democracia.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p. 353-383.

Bibliografia complementar:

MENDES, E. V. As políticas de saúde no Brasil nos anos 80: a conformação da reforma sanitária e a construção da hegemonia do projeto neoliberal. In: MENDES, E. V. (Org.). **Distrito sanitário:** o processo social de mudança das práticas sanitárias do Sistema Único de Saúde. 3. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1995. p. 19-91.

MOTA, A. E. et al (Org.). **Serviço Social e saúde:** formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

NOGUEIRA, V. M.; MIOTO, R. C. **Serviço Social e saúde:** desafios intelectuais e operativos. SER Social, Brasília, DF, v. 11, n. 25, p. 221-243, 2009.

SOARES, R. C. Contrarreforma na política de saúde e prática profissional do serviço social nos anos 2000. In: MOTA, A. E. (Org.). **As ideologias da contrarreforma e o serviço social.** Recife: Ed. da UFPE, 2010. p. 337-379.

VASCONCELOS, A. M.A **prática do serviço social:** cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006

Componente Curricular: **Serviço Social, Participação e Controle Social**

Área Temática: Serviço Social

Ementa: Democracia, participação e políticas públicas. Disputas pela construção democrática na América Latina. Crise da democracia brasileira. Estudo das principais experiências de participação democrática e controle social. O exercício profissional no espaço institucional articulado às lutas e reivindicações sociais e nas instâncias de controle social democrático.

Objetivos: Compreender as diferentes concepções de participação e democracia e as disputas na construção da democracia na América Latina, o exercício profissional articulado às lutas e reivindicações sociais e nas instâncias de controle social democrático.

Bibliografia básica:

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. 8. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 207 p. (Pensamento crítico, v.63).

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. 444p. (Perspectivas do homem. Política, v.35). Tradução de: Note sul Machiavelli sulla política e sullo Stato moderno.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 678p. (Reinventar a emancipação social para novos manifestos, v.1)

Bibliografia complementar:

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J; PANFICHI, Aldo. **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo; Campinas: Paz e Terra: Unicamp, 2006. 501 p, il.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. nv. (Biblioteca tempo universitário, 101).

MOISES, Jose Álvaro. **Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democracia**. São Paulo: Ática, 1995. 301p, il

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984. 534 p. (Biblioteca de ciências sociais. Economia).

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influencia no serviço social**. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo : Cortez, 1995. 281p

Componente Curricular: **Pesquisa em Serviço Social II**

Área Temática: Serviço Social

Ementa: Organização e análise dos dados coletados. Elementos constitutivos do relatório de pesquisa. Elaboração do relatório da pesquisa. Divulgação dos resultados da pesquisa.

Objetivos: Possibilitar a vivência do processo de iniciação científica, particularmente no que se refere à organização e discussão dos resultados, incentivando os acadêmicos à atitude investigativa/reflexiva no exercício da profissão.

Bibliografia básica:

CHIZZOTTI, A. Coleta de dados quantitativos e coleta de dados qualitativos. In: _____. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 51-68; 89-108.

GIL, Antônio Carlos Gomes. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994. -

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2004.

Bibliografia complementar:

ALCOFORADO, M. G. Elaboração de projetos de pesquisa. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 719-739.

BASTIDE, R.; FERNANDES, F. O preconceito racial em São Paulo. In: HIRANO, S. (Org.). **Pesquisa social: projeto e planejamento**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

DIRTERICH, H. **Novo guia para a pesquisa científica**. Blumenau: FURB, 1999.

FRAGA, C. K. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 101, p. 40-64, jan./mar. 2010.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, 2007. Edição especial.

Componente Curricular: **Estágio em Serviço Social III**

Área Temática: Serviço Social Aplicado

Ementa: Execução do projeto de intervenção, articulado à discussão ético-política, teórico-metodológica e técnico operativa e às políticas sociais e ao processo de supervisão. Elaboração da documentação. Elaboração de relatório final de estágio.

Objetivos: Acompanhar e avaliar criticamente a execução do projeto de intervenção, bem como sua sistematização e socialização.

Bibliografia básica:

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. 709p. Pp.575-592

FORTI, V.;

GUERRA, Y.. **Serviço Social: temas, textos e contextos: coletânea nova de serviço social**.4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Retomando a temática da “sistematização da prática” no serviço social. In: MOTA, Ana Elizabete et al. **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

Bibliografia complementar:

CARTAXO, A. M. B.; MANFROI, V. M.; SANTOS, M. T. Formação continuada: implicações e possibilidades no exercício profissional do assistente social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 239-253, 2012.

GUERRA, Yolanda; BRAGA, Maria Elisa. Supervisão em serviço social. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 531-552.

IAMAMOTO, M. V. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: ENCONTRO NACIONAL DO CFESS/CRESS, 30., 2001, Belo Horizonte. Palestra proferida.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e o exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

VASCONCELOS, Iana. Dilemas e desafios do estágio curricular em serviço social: expressão dos (des)encontros entre a formação profissional e o mercado de trabalho. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 9, n. 17, p. 61-82, jan./jul. 2009.

Fase 8

Componente Curricular: Seminários Temáticos em Serviço Social
Área Temática: Serviço Social
Ementa: Oportunizar o debate de questões contemporâneas no Serviço Social e o exercício profissional; Possibilitar o aprofundamento teórico dos temas relativos aos objetos de estudo dos TCCs, bem como a troca de experiências e de conhecimentos.
Objetivos: Questões contemporâneas relevantes ao exercício profissional do/a assistente social de forma a complementar a formação do estudante concluinte, incluindo enfoques teórico-metodológicos relacionados aos Trabalhos de Conclusão do Curso.
Bibliografia básica:

BARROCO, Maria Lucia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011. Disponível em: . Acesso em: 15 jul. 2013.

_____. Fundamentos éticos do serviço social. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 165-184.

MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. **O trabalho com grupos em Serviço Social: a dinâmica de grupo como estratégia para reflexão crítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2017. 172 p., il.

Bibliografia complementar:

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 56. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. 253 p.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O serviço social na cena contemporânea. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p.15-50.

NETTO, José Paulo. Desigualdade, pobreza e serviço social. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 19, 2007.

SANTOS, Josiane et al. Fiscalização do exercício profissional e projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 101, p. 146-176, jan./mar. 2010.

SANTOS, Josiane. **Questão social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social, v. 6).

Componente Curricular: **Gênero, Violência e Serviço Social**

Área Temática: Serviço Social

Ementa: História dos movimentos feministas. Perspectivas teóricas presentes na construção dos conceitos de gênero, sexualidade, masculinidades, violência contra a mulher, violência intrafamiliar, violência doméstica. Serviço Social violência e relações de gênero no âmbito das políticas públicas. Componente curricular com atividades extensionistas.

Objetivos: Criar um espaço de discussão e fundamentação teórica conceitual a partir dos referenciais analíticos: feminismo, violência de gênero, sexualidade e masculinidades, com leituras e debates da contemporaneidade, relacionados a intervenção profissional do Serviço Social nas políticas públicas.

Bibliografia básica:

BIANCHINI, Alice. Lei Maria da Penha: **Lei 11.340/2006: aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero**. 3ª. ed.. São Paulo: Saraiva. 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CEPIA Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação. **Relatório de Pesquisa: Violência Contra as Mulheres – os serviços de responsabilização dos homens autores de violência**, 2016. Disponível em: <http://www.cepia.org.br/relatorio.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2018.

Bibliografia complementar:

CHAGOYA, Melissa Fernández. Tendencias discursivas en el activismo de varones profeministas en México: algunas provocaciones a propósito del “cambio” en los hombres. (2014). Rio de Janeiro.

Conexões Psi, v.2, n. 1 (p.31-56). Disponível em <http://apl.unisuam.edu.br/revistas/index.php/conexoespsi/article/view/324>

DEBERT, G. G. As Delegacias de Defesa da Mulher: judicialização das relações sociais ou politização da justiça. In: CORRÊA, M.; SOUZA, É. R. **Vida em família: uma perspectiva comparativa sobre crimes de honra**. Campinas, UNICAMP. 2006, pp. 15-64.

Estudos feministas, Florianópolis, CFH/CCE/UFSC, v.19, n.1, p. 11-20, 2011.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. São Paulo: Paz e Terra; 1993.

MONTENEGRO, Marília. **Lei Maria da Penha: uma análise criminológico-crítica**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Revan. 2015. 264p.

SARDENBERG, Cecília. (Org.); TAVARES, Márcia Santana. (Org.). **Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento**. Salvador, Brasil: EDUFBA. 2016. 335p.

Componente Curricular: **Trabalho de Conclusão de Curso**

Área Temática: Serviço Social

Ementa: Elaboração de TCC, conforme regulamento.

Objetivos: Aprimorar a vivência da investigação científica, desenvolvendo no acadêmico a atitude reflexiva frente à realidade, a criatividade e a capacidade intelectual.

Bibliografia básica:

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Reflexões sobre ética, pesquisa e serviço social. **Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, Brasília, DF, v. 5, n. 9, p. 103-116, jan./jun. 2005.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. 2. ed. São Paulo : Veras, 2012. 144 p, il.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. 2. ed. São Paulo : Veras, 2012. 144 p, il.

Bibliografia complementar:

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 24. ed. Petrópolis : Vozes, 1994. 80 p. (Temas sociais, 1).

MORAES, Carlos Antônio de Souza; JUNCA, Denise Chrysóstomo de Moura; SANTOS, Katarine de Sá. Para quê, para quem, como?: alguns desafios do cotidiano da pesquisa em serviço social = What for, for whom, how? Some daily challenges of the research in Social Services. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 30, n. 103, p. 433-452, jul./set. 2010.

PRATES, Jane Cruz. Planejamento da pesquisa social. **Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, v. 4, n. 7, p. 123-143, jan./jun. 2003.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos.** Juiz de Fora : Ed. UFJF, 2012. 183 p., il.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez, 2008.

5 MUDANÇAS CURRICULARES

5.1 ALTERAÇÕES DAS CONDIÇÕES DE OFERTA

O curso de Serviço Social da FURB continuará a ser ofertado somente no turno noturno, em regime anual, com ingresso no verão. Com relação ao número de vagas anual, definimos, a partir de critérios didático pedagógicos, que serão ofertadas 40 vagas.

Devido as características próprias do curso não existem componentes curriculares a serem desdobrados com a necessidade de divisão de turma, bem como a utilização de laboratórios ou salas especiais para a realização das atividades de aprendizagem.

5.1.1 Inclusão de componentes curriculares e departamentalização

Quadro 15 – Listagem dos componentes curriculares novos

Componente Curricular	Depto	Área temática do departamento	Justificativa
Alteridade e Direitos humanos	CSO	Ciências Sociais	Inclusão da discussão sobre direitos humanos e promoção da alteridade e a dignidade da pessoa humana.
Diversidade e Sociedade	CSO	Ciências Sociais	Inclusão do debate sobre religiosidades, identidade de gênero e relações étnico-raciais e as diversas formas de discriminação e violência.

História da Cultura Afro brasileira e Indígena	HIS	História	Inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena para formação da sociedade brasileira.
Economia Política	ECON	Economia	Inclusão de disciplina que oportunize aproximação com as noções básicas da teoria econômica e aspectos da economia contemporânea
Produção textual acadêmica	LET	Letras	Adequação do nome do componente curricular, excluindo a palavra do texto e comunicação oral.
Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social I	SSO	Serviço Social	Adequação do nome do componente curricular, excluindo a palavra Históricos.
Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social II	SSO	Serviço Social	Adequação do nome do componente curricular, excluindo a palavra Históricos.
Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social III	SSO	Serviço Social	Adequação do nome do componente curricular, excluindo a palavra Históricos.
Serviço Social e Questão Social	SSO	Serviço Social	Atualização da ementa, centralidade dos estudos nas expressões da questão social como objeto de trabalho do Serviço Social, priorizando estudos sobre desemprego, pobreza, a precarização das relações e condições de trabalho, formas de preconceito e de discriminação
Filosofia	CSO	Ciências Sociais	Inclusão de disciplina que discuta elementos da filosofia ocidental e metafísica, ética e política: de Sócrates a Hume; de Kant à atualidade.
Extensão, Universidade e Sociedade	SSO	Serviço Social	Inclusão do debate sobre extensão universitária e sua aproximação com o trabalho comunitário.
Gestão Social e Planejamento em Serviço Social I	SSO	Serviço Social	Adequação do nome do componente curricular
Gestão Social e Planejamento em Serviço Social II	SSO	Serviço Social	Adequação do nome do componente curricular
Processos de Trabalho e Serviço Social III	SSO	Serviço Social	Inclusão de disciplina que prioriza a discussão sobre os instrumentais técnico-operativo para intervenção junto as demandas coletivas
Antropologia Cultural	CSO	Ciências Sociais	Compreender o processo de constituição do sujeito através de cultura: Identificar a diversidade das manifestações culturais do

			homem como forma de produção de conhecimento e de diferentes modos de vida.
Política Social: Assistência Social e Serviço Social	SSO	Serviço Social	Adequação do nome do componente curricular
Política Social: Previdência Social e Serviço Social	SSO	Serviço Social	Exclusão do debate sobre o direito ao trabalho. Políticas de trabalho, emprego e renda. Prioriza-se a discussão sobre a seguridade social e a política da previdência, espaço privilegiado de atuação do assistente social
Seminários Temáticos em Serviço Social	SSO	Serviço Social	Inclusão da disciplina, que oportunize o debate de questões contemporâneas no Serviço Social e o exercício profissional relacionados aos temas de TCCs
Gênero, Violência e Serviço Social	SSO	Serviço Social	Inclusão de disciplina que fomente o debate sobre feminismo, violência de gênero, sexualidade e masculinidades.
Trabalho de Conclusão de Curso	SSO	Serviço Social	Adequação do nome do componente curricular
Serviço Social, Participação e Controle Social	SSO	Serviço Social	Atualização da ementa, priorizando o debate sobre democracia, participação e políticas públicas. Incorporação de debates atuais e em evidência das disputas pela construção democrática na América Latina e crise da democracia brasileira.

5.1.2 Exclusão de componentes curriculares

Quadro 16 - Listagem dos componentes curriculares excluídos

código no Sistema de Gestão de Cursos	Componente curricular	Depto
FIL.0041.02-9	Filosofia e Teoria do Conhecimento II	CSO
SSO.0050.00-4	Serviço Social e Realidade Social	SSO
SSO.0049.01-4	Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos do Serviço Social I	SSO
SSO.0049.02-2	Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos do Serviço Social II	SSO
SSO.0049.03-0	Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos do Serviço Social III	SSO
SSO.0040.01-7	Atividade de Articulação I	SSO

SSO.0040.02-5	Atividade de Articulação II	SSO
SSO.0040.03-3	Atividade de Articulação III	SSO
SSO.0040.06-8	Atividade de Articulação IV	SSO
HIS.0096.00-2	História Regional e Local	HIST
LET.0165.00-9	Produção de Texto e Comunicação Oral	LET
SSO.0032.01-4	Gestão Social I	SSO
SSO.0032.02-2	Gestão Social II	SSO
SOC.0174.00-6	Desafios Sociais Contemporâneos	CSO
SSO.0043.00-8	Política Social: Assistência Social	SSO
SSO.0060.00-0	Serviço Social e Área Sócio Jurídica	SSO
SSO.0046.00-7	Política Social: Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente	SSO
SSO.0061.01-4	Tópicos Especiais em Serviço Social I	SSO
SSO.0061.02-2	Tópicos Especiais em Serviço Social II	SSO
SSO.0047.00-3	Política Social: Trabalho, Emprego e Renda e Previdência Social	SSO
SSO.0056.01-0	Trabalho de Conclusão de Curso I	SSO
SSO.0056.03-7	Trabalho de Conclusão de Curso II	SSO
SSO.0048.00-0	Participação e Democracia	SSO
DIR.0130.00-5	Direito e Cidadania	DIR
SOC.0093.00-6	Antropologia Urbana	CSO
PSI.0009.00-0	Psicologia Social	PSC

5.1.3 Manutenção de componentes curriculares

Quadro 17 - Listagem dos componentes curriculares mantidos

código no Sistema de Gestão de Cursos	componente curricular	Depto
SSO.0029.00-5	Introdução ao Serviço Social	SSO
SOC.0182.01-7	Teoria Sociológica I	CSO
SOC.0182.02-5	Teoria Sociológica II	CSO
SSO.0051.01-9	Processos de Trabalho e Serviço Social I	SSO
SSO.0051.02-7	Processos de Trabalho e Serviço Social II	SSO

SSO.0052.00-7	Ética Profissional do Assistente Social	SSO
SSO.0041.00-5	Serviço Social, Famílias e Gerações	SSO
SSO.0042.00-1	Política Social e Serviço Social	SSO
SSO.0058.01-3	Estágio em Serviço Social I	SSO
SSO.0058.02-1	Estágio em Serviço Social II	SSO
SSO.0058.03-0	Estágio em Serviço Social III	SSO
SSO.0059.00-1	Política Social: Saúde e Serviço Social	SSO
SSO.0054.00-0	Movimentos Sociais e Serviço Social	SSO
SSO.0055.01-4	Pesquisa em Serviço Social I	SSO
SSO.0055.02-2	Pesquisa em Serviço Social II	SSO
SSO.0062.00-2	Política Social: Educação e Serviço Social	SSO

5.2 ADAPTAÇÃO DE TURMAS EM ANDAMENTO

Não haverá adaptação de turmas. Esta matriz valerá para as turmas ingressantes a partir de 2021/1.

5.3 EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS

Quadro 18 – Equivalências para fins de transição curricular

componente curricular (matriz anterior)	h/a	componente curricular (matriz proposta)	h/a
Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I	72	Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social I	72
Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III	72	Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social II	72
Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III	72	Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social III	72
Gestão Social I	72	Gestão Social e Planejamento em Serviço Social I	72
Gestão Social II	72	Gestão Social e Planejamento em Serviço Social II	72
Política Social: Assistência Social	72	Política Social: Assistência Social e Serviço Social	72
Política Social: Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente	72	Política Social: Questão Urbana, Meio Ambiente e Serviço Social	72

Política Social: Trabalho, Emprego e Renda e Previdência Social	72	Política Social: Previdência Social e Serviço Social	72
Participação e Democracia	72	Serviço Social, Participação e Controle Social	72

6 CORPO DOCENTE

6.1 PERFIL DOCENTE

Atualmente o Departamento de Serviço Social é composto de professores doutores e mestres que estão em constante processo de formação, aliando suas produções teóricas aos debates nacionais e internacionais, bem como participando de eventos científicos. Cabe mencionar também que os professores na sua trajetória profissional atuaram em diversas políticas públicas e instituições como assistentes sociais, o que favorece o processo de diálogo sobre a prática profissional nas instituições empregadores e orientar sobre o processo de trabalho.

O corpo docente do Departamento de Serviço Social está em constante aperfeiçoamento em relação a própria área e sobre questões pedagógicas que favorecem os processos de ensino, como uso de tecnologias, diversificação de metodologias e instrumentos e critérios de avaliação. Um exemplo se dá que todos os docentes realizam a formação oferecida pela PROEN sobre metodologias Ativas.

O Departamento de Serviço Social é um dos que mais desenvolve ações de extensão e envolve a comunidade interna e externa nas atividades acadêmicas, por meio de parcerias com as organizações comunitárias, instituições públicas e organizações não-governamentais, produzindo e partilhando, desta forma, o conhecimento com a comunidade local e regional.

Uma das principais qualidades do grupo é a capacidade de desenvolvimento de propostas interdisciplinares, especialmente no que se refere à extensão. Os programas desenvolvidos pelo departamento contam com professores das mais diversas áreas do conhecimento: direito, engenharias, arquitetura e urbanismo, saúde (medicina, odontologia, farmácia, enfermagem), ciências sociais, entre outras.

O quadro de docentes possui uma formação generalista e rotinas pesquisa sobre transformações no mundo do trabalho; trabalho, emprego e previdência, saúde, assistência social; participação e democracia, gênero, entre outros, ou seja, estudos voltam-se para uma diversidade de áreas que envolvem a profissão.

Todas estas atividades desenvolvidas possibilitam a produção teórica e o envolvimento de alunos bolsistas e estagiários neste processo, além de contribuir para ampliar as possibilidades de acesso às bolsas para custear os estudos, tratando-se de público de baixa renda conforme apresentado.

6.2 FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE

Quanto à formação didático-pedagógica, o Curso de Serviço Social se adequa à política de formação implementada pela PROEN, cujo cronograma é feito semestralmente. A formação específica se dá em diferentes espaços e momentos: Semana Acadêmica do Curso, que contempla em sua programação temas atuais que permeiam a profissão. Além disso, há frequência dos docentes em eventos da categoria, tais como: Congressos de Assistentes Sociais, Conferências, Fóruns ou Seminários de Políticas Públicas, ENPESS (Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social) e outros eventos programados pela ABEPSS, direcionados à formação profissional.

6.3 COLEGIADO

O Colegiado de Curso, com as competências estatuídas nos artigos 17 a 25 do Regimento Geral da Universidade, Resolução FURB nº 129/2001, exerce a coordenação didática, acompanhando, avaliando a execução e integralização das atividades curriculares, zelando pela manutenção da qualidade e adequação do curso. A composição do Colegiado de Curso está normatizada na Resolução FURB nº 129/2001.

6.4 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

A Resolução FURB nº 73/2010 normatiza o funcionamento do NDE no âmbito da FURB. O NDE constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do PPC. Dentre suas principais atribuições pode-se citar: contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; zelar pelo cumprimento da legislação educacional vigente e demais leis

pertinentes; acompanhar o processo do ENADE e propor ações que garantam um nível de avaliação adequado; acompanhar e consolidar o PPC em consonância com as DCNs, o PDI e PPI da FURB; zelar pela contínua atualização do PPC; e, por fim, orientar e participar da produção de material científico ou didático para publicação.

7 AVALIAÇÃO

7.1 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação é compreendida como um processo de investigação, tanto do(a) estudante como dos(as) docentes, da equipe envolvida e da Instituição, no sentido de que “avaliar é interrogar e interrogar-se” (ESTEBAN, 1999, p. 22). Nessa concepção de avaliação, torna-se imprescindível considerar o processo de desenvolvimento do(a) estudante, priorizando-se a avaliação formativa, realizada ao longo do processo educacional, e não apenas em momentos pontuais. Diante desse aspecto, a avaliação é um movimento contínuo que aponta reorganizações e correções no processo de desempenho do(a) estudante, orientando a intervenção, o planejamento e as estratégias do(a) docente.

Em termos gerais, o processo avaliativo deve basicamente pautar-se pela coerência das atividades em relação à concepção e aos objetivos do PPC e ao perfil do egresso. Assim, deve ser levada em consideração a autonomia dos futuros profissionais em relação ao seu processo de aprendizagem e à sua qualificação. A avaliação não deve ser vista como um instrumento meramente classificatório ou como um instrumento de poder, mas como um instrumento de verificação do processo de aprendizagem, capaz de (re)direcionar tanto a prática do(a) docente como a do(a) estudante, em função dos objetivos previstos. Em suma, a avaliação deve verificar a relação entre os objetivos e os resultados, evidenciando-se aí o seu aspecto formativo.

O PPC orienta que a avaliação discente deve ser processual e formativa. Será processual na medida em que estiver voltada para a verificação da evolução do(a) estudante ao longo dos processos de ensino e aprendizagem, ou seja, não deve ser cumulativa, a não ser nos casos em que as próprias características do conteúdo assim o exijam. Sua função formativa, como o próprio nome diz, será alcançada se for conduzida como elemento de contribuição a mais para a formação do sujeito. Serão considerados, entre outros, os seguintes aspectos: adoção de instrumentos diversificados de avaliação, validação das atividades acadêmicas por instâncias competentes e orientação acadêmica individualizada.

- Avaliação individual (prova) com questões subjetivas e/ou objetivas, podendo ser sem ou com consulta aos textos estudados e com características do modelo de prova adotado no ENADE. As avaliações elaboradas com questões que oportunizem o docente e discente identificar o desenvolvimento de competências, habilidades, valores e emoções e não somente relacionadas à aquisição/domínio de conteúdo. Critérios de avaliação: capacidade de interpretação de texto e de análise da realidade social à luz dos autores estudados; profundidade das reflexões; qualidade e pertinência das argumentações; correção da linguagem; adequação da terminologia técnico-profissional.

- Relatórios de Estágio, Pesquisa e/ou Visitas de Estudo. Critérios de avaliação: observância do roteiro fornecido e do prazo para entrega; observância das normas técnicas para apresentação de trabalho acadêmico; criticidade; capacidade de estabelecer relação teórico-prática e de argumentação; linguagem: objetividade e correção; uso da linguagem técnico-profissional.

- Elaboração de artigos/resenhas/resumos. Critérios de avaliação: capacidade de interpretação de texto, de estabelecer relação teórico-prática e de argumentação; linguagem: correção e objetividade; uso da linguagem técnico profissional e observância do prazo de entrega.

- Construção do Projeto de Pesquisa, de Estágio e/ou de TCC. Critérios de avaliação: observância do roteiro fornecido e do prazo para entrega; observância das normas técnicas para apresentação de trabalho acadêmico; criticidade; capacidade de estabelecer relação teórico-prática e de argumentação; linguagem: objetividade e correção; uso da linguagem técnico-profissional.

- Seminários. Critérios de avaliação: envolvimento dos acadêmicos na preparação do seminário, bibliografia consultada; conhecimento e domínio do tema apresentado; elaboração de Portifólio, instrumentos utilizados na apresentação; apresentação oral.

Segundo Faustini (2006, p. 622-623),

o ensino do Serviço Social brasileiro tem como exigência clara formar profissionais críticos e criativos que possam responder de forma propositiva e interventiva às situações de injustiça, exclusão, desigualdade e negação de direitos dos sujeitos sociais. Dessa forma, considera-se como essencial a integralidade de uma formação voltada para aspectos éticos, filosóficos, políticos, teóricos e metodológicos que sustentem a direção formativa preconizada. O avançar do conhecimento acerca da prática pedagógica no Serviço Social é essencial para garantir a formação de profissionais com os valores ético-políticos, competências metodológicas e habilidades operativas que apontem à inclusão, à igualdade, à justiça e à cidadania. Essas competências não se constroem somente a partir do ensino de conhecimentos formais, mas especialmente a partir da vivência da construção de saberes pelos alunos, viabilizada pela ênfase em processos pedagógicos que os instrumentalizem para irem, ao longo da vida, reconstruindo seus saberes de forma crítica e criativa e enfrentando os desafios, cada vez mais complexos, que o mundo deles demanda.

Moran no texto, *Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda*, afirma que toda aprendizagem é ativa em algum grau, “exige do aprendiz e do docente formas diferentes de movimentação interna e externa, de motivação, seleção, interpretação, comparação, avaliação, aplicação” (MORAN, 2019, p.1) oportunizando a aprendizagem adotando diversas maneiras, técnicas e procedimentos.

A aprendizagem se constrói num processo equilibrado entre três movimentos principais: a construção individual – em que cada aluno percorre seu caminho -; a grupal – em que aprendemos com os semelhantes, os pares e a orientada, em que aprendemos com alguém mais experiente, com um especialista um professor. A aprendizagem acontece nas múltiplas buscas que cada um faz a partir dos interesses, curiosidade, necessidades. (MORAN, 2019, p. 3).

Ainda utilizando como referência Moran (2019, p 14),

podemos combinar tempos e espaços individuais e grupais, presenciais e digitais, com maior ou menor supervisão. Aprendemos melhor quando conseguimos combinar três processos de forma equilibrada: a aprendizagem personalizada (em que cada um pode aprender o básico por si mesmo - aprendizagem prévia, sala de aula invertida); a aprendizagem com diferentes grupos (aprendizagem entre pares, em redes) e a aprendizagem mediada por pessoas mais experientes (professores, orientadores, mentores)

Na prática pedagógica cotidiana, os docentes do curso de serviço social, tem adotado Metodologias, o que possibilita a construção de Aprendizagem Baseada em Equipe (Team Based Learning – TBL), **Aprendizagem Colaborativa**, Aprendizagem Baseada em Problemas – Problem-Based Learning, Aprendizagem Baseada em Projetos – (*Project-Base Learning*).

Esses recursos oportunizaram a docente repensar a organização das atividades didáticas, novos espaços, tempos, dinâmicas as aulas, na expectativa do alcance de uma educação reflexiva, crítica, criativa e propositiva, de acordo com a proposta pedagógica apresentada.

7.2 AVALIAÇÃO DO CURSO

7.2.1 Avaliação institucional

A FURB implantou o seu primeiro processo de avaliação institucional em 1995, com base nos princípios e indicadores do PAIUB. A proposta de avaliação institucional construída nesse ano foi conduzida pela COMAVI, constituída por um grupo de docentes de diferentes áreas do conhecimento, nomeados pelo então Reitor, conforme a Portaria nº 59/1995. Contudo, os pressupostos de uma avaliação institucional abrangente e sistêmica não foram atingidos, pois na prática a avaliação ficou mais restrita ao ensino e aos serviços. Em decorrência das discussões sobre a avaliação da educação superior em âmbito nacional, a Instituição integrou-se, em 2005, ao SINAES, proposto pelo MEC, pois se percebeu haver consonância quanto à concepção e objetivos do processo de autoavaliação desejado e o proposto em âmbito nacional.

O SINAES dispõe que cada IES, pública ou privada, deve constituir uma CPA, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP. A CPA deve ser constituída por ato do dirigente máximo da IES e assegurar a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, com atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição. Seguindo essa orientação, a FURB, por meio da Resolução FURB nº 14/2005, complementada pela Resolução FURB nº 20/2005, reformulou o PAIURB e instituiu a CPA, cuja comissão era composta por 15 (quinze) membros, representantes dos diversos segmentos da comunidade interna e externa.

Mais recentemente, a Resolução FURB nº 25/2015, alterou a redação dos Art. 8 e 9 da Resolução FURB nº 14/2005, especificamente no que tange à composição da comissão, passando a ser constituída de 08 (seis) membros, sendo: 01 (um) representante do setor responsável pela avaliação institucional; 01 (um) representante do corpo docente, indicado pelo Reitor; 01 (um) representante dos servidores técnico administrativos, indicado pelo Reitor; 01 (um) representante discente, indicado pelo DCE; 02 (dois) representantes da comunidade externa, sendo 01 (um) representante dos ex-alunos da FURB e 01 (um) representante do SINSEPES. O mandato de cada representante é de 03 (três) anos, permitida a recondução.

Desde a institucionalização do processo de autoavaliação da FURB, com base no SINAES, a CPA publicou 4 (quatro) relatórios de autoavaliação. As recomendações dadas pela CPA para as fragilidades apontadas nos relatórios de autoavaliação são incorporadas no planejamento de metas e ações do PDI.

7.2.2 Avaliação externa

Com base na Constituição Federal/1988, na LDB/9394/1996 e na Política Nacional de Educação, foi criado em 2004, pela Lei nº 10.861/2004, o SINAES com objetivo de assegurar o processo e a qualidade nacional de avaliação:

- a) das IESs, através da Autoavaliação da IES e do PDI;
- b) dos cursos de graduação, através de Avaliações Externas;
- c) dos(as) estudantes, através do ENADE.

O SINAES avalia todos os aspectos que norteiam o Ensino, a Pesquisa e a Extensão e as relações com a responsabilidade social, o desempenho dos(as) estudantes, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos, zelando sempre pela conformidade da oferta de educação superior com a legislação aplicável.

Os resultados das avaliações possibilitam traçar um panorama de qualidade dos cursos e instituições de educação superior do País. As informações obtidas com o SINAES são utilizadas:

- a) pelas IESs, para orientação de sua eficácia institucional, efetividade acadêmica e social, desenvolvimento e adequações do PDI, revisão de seus planos, métodos e trajetória;
- b) pelos órgãos governamentais, para orientar políticas públicas;
- c) pelos(as) estudantes, pais de estudantes, instituições acadêmicas e público em geral, para orientar suas decisões nas escolhas da Instituição e cursos, visto que as informações estão disponibilizadas pelo MEC em site de livre acesso.

O SINAES institui a regulamentação:

- a) da regulação, com atos autorizativos de funcionamento para as IESs (credenciamento e recredenciamento) e para os cursos (autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento);
- b) da supervisão, zelando pela qualidade da oferta;

- c) da avaliação, para promoção da qualidade do ensino.

Quadro 19– Dados do curso provenientes das avaliações externas

Reconhecimento:	Portaria Ministerial n. 1458 de 01/10/1992
Renovação de Reconhecimento:	Decreto SC n. 1.727 de 20/09/2018
ENADE:	4 (2018) (Obtido do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - aplicado trienalmente pelo INEP-MEC)
CPC:	5 (2018) (Obtido do INEP-MEC, considerando a última avaliação do ENADE)
CC:	5 Renovação sem avaliação/CEE pelo bom desempenho CPC (2018)

Fonte: DPE / PROEN.

7.2.3 Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso

As metas para o ensino de graduação estão definidas no PDI aprovado nos conselhos superiores, onde podem ser destacados: o fomento à discussão, reflexão e implementação das políticas nacionais de avaliação do ensino de graduação; a construção de estratégias pedagógicas a partir da análise dos resultados dos diferentes processos de avaliação (ENADE, CPC, IGC, avaliação docente, autoavaliação, relatórios de reconhecimento e renovações de reconhecimento e credenciamento institucional emitidos pelo CCE/SC).

A PROEN realiza todos os anos formação específica para docentes em diversas áreas temáticas relacionadas à prática pedagógica, contemplando temas como avaliação, metodologias, concepção de aprendizagem, uso de tecnologias, entre outros. Essa formação acontece em todo o período letivo não se restringindo apenas ao período de recesso.

O NDE do curso atua na promoção de encontros pedagógicos por área temática para discutir e sistematizar as abordagens dos conteúdos e metodologias considerando os resultados das avaliações.

Em 2019.1 o Curso de Serviço Social participou de uma formação sobre Metodologias Ativas organizada pelo Centro de Ciências Humanas e da Comunicação – CCHC e após essa formação, três docentes do Departamento de Serviço Social iniciaram em 2019.2 formação específica sobre metodologias ativas organizado pela PROEN.

7.3 AVALIAÇÃO DO PPC

O PPC deve ser concebido na sua dimensão dialética, passível de constante avaliação, tendo em vista a dinamicidade da realidade institucional e sócio-política, requerendo respostas adequadas e atualizadas. Neste sentido, a avaliação deve ocorrer a cada semestre, no processo de elaboração dos planos de ensino, pois é sobretudo neles que o PPC se expressa e se operacionaliza. Além disso, nas programações da formação docente anual, deve-se incluir espaços de avaliação do processo de ensinar e aprender, a partir das concepções e conteúdos previstos no PPC.

Periodicamente, a ABEPSS (Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social) convoca fóruns de discussão e avaliação curricular, nos quais os docentes do curso participam. Os acadêmicos, além dos espaços próprios, como o Centro Acadêmico, o ERESS (Encontro Regional de Estudante de Serviço Social e ENESSO (Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social), também deverão ser chamados para estes espaços onde a avaliação do PPC deve acontecer. Todos esses eventos são anuais e não nos é possível estabelecer previamente um cronograma.

7.4 AVALIAÇÃO DOCENTE

Conforme projeto da Política de Avaliação de Desempenho Docente, apresentado em 2012 pela PROEN, a avaliação se constitui num processo de diagnóstico e entrega de indicadores do desempenho dos docentes.

Portanto, trata-se de uma estratégia para repensar as decisões relativas às mudanças e melhorias na qualidade do desenvolvimento profissional.

O exercício da docência na educação superior exige:

- a) competência técnica decorrente da formação específica no âmbito da graduação e pós-graduação;
- b) competência pedagógica, que compreende o conjunto de saberes necessários para organização do trabalho docente;
- c) experiência, resultado do fazer profissional em campos específicos ou no exercício da docência;
- d) envolvimento com a IES e com o curso.

A articulação entre estas competências, a busca pela formação contínua e a avaliação do desempenho docente constituem elementos essenciais para melhor qualificação da docência na Educação Superior e qualifica os processos de ensinar e aprender, na medida em que fornece subsídios para reflexão sobre as práticas pedagógicas e para a organização de programas de formação.

A avaliação do docente no processo de ensino-aprendizagem da graduação envolve o acompanhamento de atividades como:

- a) o cotidiano da sala de aula (relação professor-estudante, metodologias de ensino, procedimentos de avaliação da aprendizagem);
- b) os instrumentos institucionais (planos de ensino, diários de classe);
- c) a autoavaliação da prática do professor;
- d) a participação em programas de formação didático-pedagógica.

Cabe à Coordenação do Curso a análise inicial dos resultados, e o encaminhamento ao Colegiado para possíveis ações. É fundamental ressaltar que os encaminhamentos devem ter como foco a formação docente, independentemente da origem da avaliação (interna ou externa).

8 INFRAESTRUTURA

8.1 ESPAÇOS ADMINISTRATIVOS E DE ENSINO

O curso de Serviço Social desenvolve suas atividades integralmente no Campus I. As salas de aula são alocadas de acordo com as regras institucionais sob gestão da DRA, sendo prioritariamente ocupadas as salas do Bloco R e S para o curso. Toda sala de aula na FURB é equipada com quadro, projetor multimídia e ar-condicionado. Os docentes do curso, a maioria lotada no Departamento de Serviço Social, compartilham salas para atendimento dos alunos e desenvolvimento de suas atividades, especificamente na Sala R 111 C, sendo a mesma sala para uso da Coordenação do Curso.

8.2 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

Os Comitês de Ética em Pesquisa da FURB são órgãos institucionais que protegem o bem-estar dos indivíduos e animais pesquisados. O Comitê de Ética na Pesquisa em Seres Humanos (CEPH) analisa os projetos de pesquisa, no âmbito da Universidade e região, visando a proteger os seres humanos sujeitos da pesquisa, notadamente na defesa da sua integridade e

dignidade. Trata-se de uma instância colegiada independente, de natureza consultiva, deliberativa, normativa e educativa, vinculada à Reitoria da Universidade Regional de Blumenau. O CEPH é constituído por um docente representante de cada Centro de Curso da FURB, um representante indicado pelo Diretório Central dos Estudantes - DCE, um representante da comunidade externa e um suplente, e um representante de entidade representativa dos usuários e/ou portadores de patologias específicas e deficiências.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em 07 de fevereiro de 2018.
- ABEPSS. Projeto ABEPSS Itinerante. Estágio Supervisionado em Serviço Social: desfazendo nós e construindo alternativas. mimeo, 2014.
- ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigena.pdf Acesso em: 20 ago. 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em 07 de fevereiro de 2018.
- DELGADO, Leila Baumgratz. Espaço sócio-ocupacional do assistente social: seu arcabouço jurídico-político. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 113, p. 131-151, jan./mar. 2013
- ESTEBAN, Maria Tereza (Org.). Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- FAUSTINI, Márcia Salete Arruda. Ação pedagógica no serviço social - a percepção discente. Porto Alegre – RS, ano XXIX, n. 3 (60), p. 621 – 634, Set./Dez. 2006.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014
- _____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. Serviço social : direitos sociais e competências profissionais / [organizadores] CFESS, ABEPSS. -Brasília, DF : CFESS : ABEPSS, 2009, p.1-41.
- MORAN, José. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda, 2019. Disponível em: https://www.educasteam.com.br/wp-content/uploads/2019/12/metodologias_moran1-1.pdf. Acesso em 02/08/2020.

ANEXOS

NORMAS EXTERNAS PARA TODOS OS CURSOS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

_____. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

_____. Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

_____. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e nº 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

_____. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

_____. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de julho de 2007. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências.

_____. Ministério da Educação. Resolução CNE nº 01, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

_____. Ministério da Educação. Resolução CNE nº 02, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura. Brasília, 2010.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. Diretoria de Avaliação da Educação Superior – Daes. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância. Brasília, 2017.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. Resolução nº 013, de 25 de junho de 2018. Fixa normas para o funcionamento da Educação Superior, nas modalidades presencial e a distância, no Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina, e estabelece outras providências.

NORMAS INTERNAS PARA TODOS OS CURSOS

FURB. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI. Blumenau, 2017.

_____. Resolução nº 129, de 20 de dezembro de 2001. Homologa o Regimento Geral da Universidade Regional de Blumenau.

_____. Resolução nº 32, de 27 de abril de 2017. Estabelece a Política de Articulação de Temas Transversais, intitulada PATT, e institui a Comissão no âmbito da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB.

_____. Resolução nº 44, de 3 de setembro de 2014. Dispõe sobre a criação da Comissão Interna de Saúde do Servidor Público - CISSP da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB e aprova as diretrizes gerais de seu funcionamento.

_____. Resolução nº 06, de 26 de fevereiro de 2010. Aprova a implantação da disciplina Libras na Grade Curricular dos Cursos de Graduação na modalidade Bacharelado e Cursos Superiores de Tecnologia.

_____. Resolução nº 33, de 16 de março de 2000. Regulamenta as saídas a campo de acadêmicos da FURB.

_____. Resolução nº 29, de 15 de maio de 2002. Orienta a elaboração de ementas e de planos de ensino-aprendizagem a serem adotados nos cursos de graduação da Universidade Regional de Blumenau.

_____. Resolução nº 39, de 1º de julho de 2002. Dá nova redação à Resolução que “Aprova a implantação e a normatização da Prova de Suficiência nos cursos de graduação da Universidade Regional de Blumenau”.

_____. Resolução nº 104, de 5 de dezembro de 2002. Aprova normas gerais para a elaboração do Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, na forma do Anexo.

_____. Resolução nº 82, de 7 de dezembro de 2004. Aprova o Regulamento das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais – AACCs dos cursos de graduação da Universidade Regional de Blumenau, na forma dos Anexos I e II.

_____. Resolução nº 61, de 31 de outubro de 2006. Aprova as normas gerais para a equivalência de estudos para os cursos de graduação da Universidade Regional de Blumenau.

_____. Resolução nº 66, de 10 de novembro de 2006. Aprova a inclusão de diretrizes nas Resoluções que tratam de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, de Estágio Supervisionado, de Monografia, de Especialização e de Programa de Mestrado, no âmbito da Universidade Regional de Blumenau.

_____. Resolução nº 32, de 19 de setembro de 2007. Altera e acrescenta dispositivos à Resolução nº 70/2004, de 11 de novembro de 2004, que “regulamenta a distribuição de horas-atividade para os docentes da Fundação Universidade Regional de Blumenau ...”

_____. Resolução nº 45, de 16 de agosto de 2013. Regulamenta o exercício das funções de monitoria do ensino de Graduação da Fundação Universidade Regional de Blumenau e fixa diretrizes de declaração de vaga, seleção e ingresso de monitores.

_____. Resolução nº 22, de 7 de maio de 2014. Institui a Política de Estágios da Universidade Regional de Blumenau.

_____. Resolução nº 64, de 07 de dezembro de 2016. Estabelece o número de vagas anuais, aprova os limites mínimos e máximos para integralização curricular e adequa a nomenclatura

dos cursos de graduação aos Referenciais Curriculares Nacionais dos cursos de Bacharelado e Licenciatura e ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

_____. Resolução nº 70, de 11 de novembro de 2004. Regulamenta a distribuição de horas-atividade para os docentes da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, na forma do Anexo. (Alterada pela Resolução nº 32/2007).

_____. Resolução nº 35, de 28 de junho de 2010. Homologa o Estatuto da Fundação Universidade Regional de Blumenau, na forma do Anexo.

FURB. Resolução nº 08, de 8 de abril de 2015. Regulamenta o Serviço de tradução/Interpretação da Língua Brasileira de Sinais – Libras na Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB.

_____. Resolução nº 30, de 3 de julho de 2006. Altera dispositivos da Resolução nº 33/2000, de 16 de março de 2000, que regulamenta as saídas a campo de acadêmicos da Universidade Regional de Blumenau.

_____. Resolução nº 14, de 6 de maio de 2005. Reformula o Programa de Avaliação Institucional da Universidade Regional de Blumenau - PAIURB, na forma do Anexo.

_____. Resolução nº 025, de 30 de julho de 2015. Altera a redação dos Art. 8º e 9º da Resolução nº 14/2005, de 6 de maio de 2005, que reformula o Programa de Avaliação Institucional da Universidade Regional de Blumenau - PAIURB.

_____. Resolução nº 201, de 22 de dezembro de 2017. Institui Diretrizes Gerais e Curriculares Institucionais para os cursos de Graduação da FURB.

_____. Resolução nº 068, de 27 de agosto de 2018. Altera a Resolução nº 201, de 22 de dezembro de 2017.

_____. Instrução Normativa PROEN nº 01, de 04 de outubro de 2017.

ACESSIBILIDADE

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 9050. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

_____. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

_____. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

_____. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

_____. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 - Dispõe sobre a educação especial, o

atendimento educacional especializado e dá outras providências.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior. Diretoria de Política Regulatória. Nota técnica nº 385, de 21 de junho de 2013. Acessibilidade: dúvida mais frequentes.

FURB. Resolução nº 59, de 23 de outubro de 2014. Institui a Política de Inclusão das pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades/Superdotação e cria o Núcleo de Inclusão da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de março de 2016. Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Referenciais de qualidade para educação superior a distância. Brasília, 2007.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018. Dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior - IES, de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial.

_____. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017. Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.

FURB. Resolução nº 67, de 23 de agosto de 2018. Institui a Política Institucional para a Educação a Distância (EAD) da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. Resolução nº 021/2005 - Regulamenta a oferta de disciplina na modalidade a distância nos cursos de educação superior.

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES. Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.

FURB. Resolução nº 73, de 30 de novembro de 2010. Institui e normatiza o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) no âmbito da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB.

NORMAS PARA O SEXTO HORÁRIO

FURB. Resolução nº 117, de 02 de agosto de 2000 - Extingue, do horário oficial de aulas da Universidade Regional de Blumenau, o sexto horário – das 12 às 12 horas e 50 minutos -, a partir do primeiro semestre de 2001.

_____. Parecer CEPE nº 202, de 29 de novembro de 2011 – Liberação do Sexto horário para os cursos de Farmácia, Odontologia e Medicina.